



Instituto de Planejamento e economia Agrícola de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

MIGRAÇÃO RURAL E ESTRUTURA AGRÁRIA NO OESTE CATARINENSE

Apoio financeiro
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – FETAESC e Fundo Estadual de
Pesquisa Agropecuária - FEPA

AGOSTO/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO

Luis Henrique da Silveira

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO INSTITUTO CEPA/SC

Ademar Paulo Simom

ELABORAÇÃO

Eng. Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva

C.Soc. Francisco Carlos Heiden

Eng. Agrª Vilênia Venâncio Porto Aguiar

Engº Agrº José Maria Paul

REVISÃO/EDITORIAÇÃO

Joares A. Segalin

Sidaura Lessa Graciosa

Zélia Alves Silvestrini

REVISÃO TÉCNICA

Eng. Agrº Luiz Toresan

CAPA

Mônica Kestering Vieira

COLABORAÇÃO

Acad. Luciana Nogueira Lavina

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M.

Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense. 2 ed.
rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

ISBN 85-88974-14-2

Migração-SC, Êxodo rural-SC, Estrutura agrária - SC.

Este trabalho foi desenvolvido com apoio financeiro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC, conforme Contrato de Prestação de Serviços firmado em 12 de junho de 1997 e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 15.695, em 16 de junho de 1997 e atualizado e complementado, no segundo semestre do ano de 2002, com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPA.

APRESENTAÇÃO

O objetivo central deste trabalho é fornecer subsídios para a formulação de propostas de políticas públicas para o setor rural e de diretrizes para a consolidação de um processo de desenvolvimento sustentável.

As informações aqui levantadas buscam contribuir para a compreensão de alguns aspectos subjacentes do desenvolvimento rural que vêm limitando o acesso de um grande contingente de trabalhadores à ocupação econômica e às oportunidades de geração de renda, levando ao desemprego e à exclusão de parcela significativa da população rural.

O presente estudo aborda aspectos relacionados à realidade agrária da mesorregião Oeste Catarinense. Assim sendo, serão enfocadas questões referentes a fluxos migratórios, renda, ocupação da mão-de-obra, evolução da estrutura fundiária, êxodo rural e seus impactos no desenvolvimento regional.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro partes. Nas duas primeiras, descreve-se o referencial teórico e metodológico para sua realização.

A terceira parte faz uma breve reconstituição histórica do processo do desenvolvimento econômico da região, bem como apresenta as suas principais características socioeconômicas.

Na quarta parte são analisados alguns indicadores do desenvolvimento rural regional, tais como: estrutura fundiária, demografia, relações de trabalho, sistemas de produção, capitalização e renda.

A quinta parte traz, com base nos dados analisados, a discussão sobre migração e conflitos de terra no oeste catarinense.

Por fim, tecem-se algumas considerações a partir das quais se fazem algumas propostas de política para o setor rural.

Deve-se destacar, também, que o presente estudo foi atualizado e complementado pelo Instituto Cepa/SC com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPA.

Ademar Paulo Simon
Secretário Executivo do Instituto Cepa/SC

verso apresentação

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Procedimentos Metodológicos	10
3. Caracterização Geral da Mesorregião Oeste Catarinense	14
3.1. Divisão Geográfica	14
3.2. O Processo de Ocupação e de Desenvolvimento Econômico Inicial	14
3.3. Características Socioeconômicas Predominantes	17
4. Aspectos Recentes do Desenvolvimento Rural Regional	18
4.1. Uso e Posse da Terra	18
4.1.1. Estrutura Fundiária	18
4.1.2. Condição de Posse da Terra	25
4.1.3. Distribuição de Uso da Terra	25
4.2. Dinâmica Populacional	30
4.2.1. Evolução e Distribuição Espacial da População Rural e Urbana	30
4.2.2. Demografia Rural	39
4.2.3. Composição da População Rural por Gênero e Idade	42
4.3. Sistemas de Produção Agrícola Predominantes	44
4.4. Capitalização, Formação e Distribuição da Renda Agrícola	47
5. Composição e Ocupação da Mão-de-Obra Agrícola	64
5.1. Alteração na Estrutura Ocupacional da Mão-de-Obra Agrícola	64
5.2. Migração, Êxodo Rural e Conflitos de Terras	68
6. Considerações Finais e Proposições de Políticas	84
Bibliografia	89
Lista de Gráficos	93
Lista de Mapas	93
Lista de Tabelas	93

verso sumário

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o estado de Santa Catarina vem apresentando um acentuado êxodo rural, responsável pelo aumento das populações urbanas, e uma escassa absorção da população migrante pela “economia urbana”. A consequência deste processo tem sido o aumento do contingente populacional econômica e socialmente marginalizado, acompanhado do acirramento dos conflitos por terra, especialmente na região Oeste do estado.

A relação imediata que se estabelece entre o êxodo rural e a emergência de conflitos por terra gera a necessidade de se investigar e lançar questões sobre alguns fatores percebidos como relevantes para a compreensão do movimento migratório da população rural no oeste catarinense. O pressuposto é de que alterações socioeconômicas concretas levam uma população (direta ou indiretamente) a se colocar em movimento e que a sua direção é condicionada pelas possibilidades, reais ou não, de conseguir alguma melhoria da qualidade de vida.

Segundo Abramovay e Camarano (1997:1), *“examinar os processos migratórios sob a ótica das transformações socioeconômicas que os determinam é importante, mas insuficiente. A migração é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos na organização de suas vidas: ela não pode ser encarada como o simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão”*.

A perspectiva aqui adotada não exclui a possibilidade de se pensar o êxodo rural a partir de questões inerentes à própria organização interna das unidades familiares de produção, tais quais sucessão, herança, gestão da propriedade, etc., sendo estas também fundamentais para apreender a dinâmica e as virtualidades desse

processo na sua totalidade (Renk, 1991; Abramovay, 1997). No entanto, este estudo limita-se à análise dos fatores estruturais e/ou conjunturais, evitando absolutizar o fenômeno do êxodo rural; ou seja, trata-se de considerá-lo como um traço imanente à própria noção de desenvolvimento, preocupação que vem sendo salientada por alguns estudiosos do meio rural (Abramovay e Camarano, 1997).

Mesmo considerando que outros processos sociais tenham contribuído para a conformação desse fenômeno, como salienta Palmeira (1989), no Sul do país sua intensificação esteve intrinsecamente relacionada à chamada “modernização da agricultura”, sendo considerado pela maioria dos estudiosos do assunto como um dos “efeitos perversos” de um desenvolvimento agrícola que esteve assentado na especialização e centralização da produção, na produção intensiva e no domínio dos recursos naturais (Mattei, 1998). Este processo resultou em profundas transformações na base técnica e socioeconômica da agricultura, especialmente a partir do período que vai de meados da década de 60 até a década de 80. Através dessas mudanças, o setor agrícola passou a incorporar os chamados insumos modernos ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção e integrando-se aos modernos circuitos de comercialização.

Estas características constituíram-se nas particularidades de um modelo de desenvolvimento que se baseou no modelo norte-americano. Assentou-se nos princípios da revolução verde, que se pautou pela obtenção de ganhos de produtividade, via incorporação de “novos fatores de produção” (uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinária agrícola) (Mattei, 1998).

Tal dinâmica levou ao aumento da produção pelo crescimento da produtividade, rompendo o núcleo dinâmico do modelo de crescimento

extensivo da produção até então vigente, agora circunscrito às zonas de fronteira agrícola.

“Mesmo a produção de alimentos para abastecimento das cidades, apesar de dificuldades que teriam a ver com alterações da política econômica, teria sido, no entender de alguns estudiosos, ‘bastante razoável’. A alteração da base técnica da agricultura, associada a sua articulação com a indústria produtora de insumos e bens para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais’ levou à formação do chamado ‘complexo agroindustrial’ ou à ‘industrialização da agricultura’ “ (Palmeira, 1989: 87).

O sucesso da “modernização da agricultura” no aumento da produção e da produtividade agrícola foi acompanhado de impactos negativos, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Se, de um lado, ela contribuiu para a elevação da renda média e redução da pobreza absoluta, por outro, ao privilegiar determinadas regiões, produtos mais dinâmicos (principalmente de exportação) e agricultores mais capitalizados, associou-se fortemente ao aumento de desigualdade distributiva, estando, assim, relacionada com o aumento das disparidades de renda, com a intensificação do êxodo rural e com a deterioração da qualidade de vida da população trabalhadora do campo (Hoffmann, 1989).

Tais impactos, considerados efeitos perversos ou consequências indesejáveis, têm colocado em xeque o crescimento agrícola enquanto promotor do desenvolvimento rural. Com efeito, a modernização da agricultura, além de não ter garantido a qualidade de vida da população rural, acentuou as desigualdades sociais.

A conjunção de fatores que permitiram o rápido processo de modernização começou a se extenuar ainda na década de 70, resultando na chamada “crise” dos anos 80. Alguns fatores conjunturais podem fornecer um esboço da situ-

ação que então se conformou. No final dos anos 70, a política monetária dos EUA triplicou a taxa de juros internacionais, reduzindo drasticamente a disponibilidade de empréstimos. O modelo de política agrícola implantado nos anos 70, viabilizado através de uma grande entrada de capitais externos, entra em crise, com uma drástica redução dos investimentos na agricultura. O governo promove uma grande redução da disponibilidade total do crédito rural (principalmente de investimento), bem como uma redução progressiva do subsídio (Magalhães, 1997).

“ Os fortes subsídios, especialmente os do crédito rural, passaram a ser vistos como um dos principais responsáveis dos crescentes déficits orçamentários, os quais, por sua vez, eram apontados como uma das causas da aceleração inflacionária. E a própria eficácia do sistema de subsídio passou a ser questionada, à medida em que ficavam cada vez mais claras as possibilidades de fraudes oferecidas pelo sistema” (Relatório FAO/INCRA, 1994:4).

Os efeitos do segundo choque do petróleo e o recuo das cotações internacionais dos principais produtos brasileiros de exportação foram alguns dos fatores responsáveis pelo agravamento da crise e pela forte recessão na economia interna.

A partir de 1985, o governo brasileiro iniciou um processo de liberalização da economia e abertura de mercados que, junto com a política de garantia de preços mínimos adotada, provocou uma trajetória de declínio constante dos preços. A perda de renda e a exclusão dos agricultores familiares nesse período foi crescente (Magalhães, 1997). Vale salientar que este período também foi marcado por um intenso processo de reorganização da sociedade civil, com o “resurgimento” da questão agrária e o aumento de conflitos por terra, que passa a ganhar visibilidade, principalmente através do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra).

Já na década de 90 estabeleceram-se mudanças profundas no quadro macroeconômico. Intensificou-se o processo de abertura comercial, de liberalização e estabilização econômica e conformou-se um grande mercado financeiro internacional com a formação de áreas de livre comércio.

Diante deste novo cenário, os sistemas produtivos foram compelidos a se reorganizarem e a passarem a se orientar pelo aumento da competitividade através da redução de custos de produção, provocando uma grande reestruturação tecnológica, que ampliou consideravelmente a produtividade e redimensionou a utilização dos diversos fatores de produção.

A busca da estabilização econômica e de maior inserção do Brasil no mercado internacional gerou graves consequências para a agricultura, de uma maneira geral, pois a estabilização monetária foi garantida pela redução dos preços reais dos produtos agrícolas, pelo aumento dos juros e incentivos à importação, o que provocou uma grande queda na renda global da agricultura. Além disso, a adoção de políticas restritivas de crédito e consumo teve, como uma das suas consequências, uma queda bastante acentuada do preço da terra.

A conjunção desses fatores contribuiu para que cada vez menos agricultores se mantivessem em condições de competitividade no mercado. O quadro de crise econômica na agricultura agravou-se, refletindo-se em grande perda de renda dos agricultores e em crescente dificuldade de viabilizar economicamente uma boa parcela das unidades produtivas. De acordo com trabalho realizado por Testa et al. (1996) no Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP) da Epagri em Chapecó, a crise na agricultura oestina teve como reflexos:

⇒ concentração expressiva da suinocultura: em 1980 existiam 67 mil suinocultores, para os

quais a atividade se constituía na principal fonte geradora de renda da propriedade; hoje estima-se a existência de 16,4 mil suinocultores, com tendência a prosseguir a concentração ;

⇒ esgotamento dos recursos naturais, explorados acima de sua capacidade potencial; redução na área cultivada de milho e soja numa média de aproximadamente 23,5 mil ha/ano nos últimos 14 anos (redução que vem ocorrendo), principalmente nas pequenas propriedades (até 50 hectares);

⇒ redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, especialmente milho e suínos.

Alguns fatores estruturais contribuíram significativamente para a conformação do atual quadro, tais como:

⇒ escassez de terras nobres (somam apenas um terço da área total da região);

⇒ esgotamento da fronteira agrícola;

⇒ estrutura fundiária minifundiária, onde 40% dos estabelecimentos têm menos de 10 hectares e ocupam as áreas mais declivosas e pedregosas;

⇒ alta densidade demográfica rural.

A ação conjunta desses fatores gerou um quadro de descapitalização para significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na intensificação do êxodo rural e regional, na dificuldade de criar oportunidades de trabalho e de viabilizar a pequena propriedade.

Tais constatações têm levado a afirmativas como:

“O desenvolvimento rural, além de não ter sido atingido, foi agravado, já que o padrão

tecnológico da produção agrícola adotado e as políticas públicas impactaram negativamente as variáveis conformadoras do bem-estar no meio rural como: i) perfil de distribuição de renda setorial e intersetorial; ii) democratização do acesso à terra; iii) qualidade de vida; iv) conservação dos recursos naturais; v) descapitalização e êxodo rural (Mior, 1997).

Observa-se, pois, que o modelo de desenvolvimento agrícola não cumpriu o seu papel de promotor do desenvolvimento rural, ocorrendo nos últimos anos uma radicalização tanto dos seus pressupostos quanto dos seus impactos, o que tem levado a se repensar o espaço rural em seu conjunto. É nesse contexto que se insere a reflexão sobre a migração rural no oeste catarinense, a qual não é uma simples contrapartida do desenvolvimento, cuja tendência natural seria o próprio esgotamento. A desruralização ou, ainda, o esvaziamento social e econômico do meio rural oestino tem-se constituído num processo que vem ameaçando o próprio desenvolvimento socioeconômico da região.

O objetivo deste estudo, assim contextualizado, é, com base num breve diagnóstico microrregional, caracterizar as principais alterações socioeconômicas ocorridas no oeste de Santa Catarina, a fim de entender de que forma elas têm incidido sobre o fenômeno da migração rural. Com isso, espera-se melhor compreender a natureza e a dimensão dos conflitos de terra na região e obter elementos para embasar políticas eficazes de desenvolvimento e uso do espaço rural no seu todo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A consecução dos objetivos desta pesquisa foi realizada em três etapas, encadeadas de maneira lógica e seqüencial. A primeira de-

las, de caráter exploratório, consistiu do levantamento de informações qualitativas e quantitativas que permitisse obter um quadro geral da realidade estudada.

As informações quantitativas foram levantadas junto aos três últimos censos agropecuários (1980, 1985 e 1995-1996), assim como os censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e a contagem populacional de 1996, e serviram como elementos iniciais verificadores das tendências do desenvolvimento rural regional.

A nova regionalização adotada pelo IBGE, formando as microrregiões geográficas em substituição às microrregiões homogêneas, tornou as comparações intercensitárias um pouco mais difíceis. Esta regionalização foi utilizada no censo demográfico de 1991, na contagem populacional de 1996, e no censo Agropecuário 1995-1996 e no Censo Demográfico de 2000. No caso da mesorregião Oeste Catarinense, a nova regionalização incorpora três municípios: Lebon Régis, Matos Costa e Calmon, este último desmembrado de Matos Costa. As maiores modificações se deram nas microrregiões. As duas microrregiões homogêneas, Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense, foram substituídas por cinco microrregiões geográficas: Microrregião de Chapecó, Microrregião de Concórdia, Microrregião de Joaçaba, Microrregião de São Miguel do Oeste e Microrregião de Xanxerê.

Buscando a comparabilidade dos dados, agruparam-se as informações da regionalização antiga em nível municipal, segundo as microrregiões geográficas. A criação dos novos municípios dificultou o tratamento das informações municipais. Nesse caso, para comparar a evolução das informações, adotou-se a divisão geopolítica atual, considerando-se os dados referentes ao distrito que deu origem ao novo município, deduzindo-se os valores dos municípios que cederam parte de seu território e parte de sua população.

A segunda etapa envolveu a confecção e aplicação de questionários em uma amostra intencional dirigida aos interlocutores da pesquisa, principalmente lideranças sindicais de trabalhadores rurais e técnicos locais da Epagri e/ou Secretaria Municipal de Agricultura. Foram, ainda, entrevistadas diversas lideranças sindicais dos produtores rurais, dirigentes políticos locais, além de diretores e/ou técnicos de cooperativas. A fim de resgatar a percepção dos sujeitos que interagem e/ou participam desse processo, foram utilizadas técnicas de entrevista semi-abertas, além de aproveitar depoimentos informais. Visou-se com isso definir determinados posicionamentos e proposições que auxiliam a modalidade de trabalho crítico e analítico e os objetivos propostos, ou seja, compreender as causas e efeitos dos movimentos migratórios.

Os questionários buscaram responder a questões como:

- ⇒ níveis de renda dos produtores rurais;
- ⇒ estrutura fundiária (qualificação e estimativa numérica do contingente de agricultores sem-terra, tendência de evolução da estrutura fundiária e principais compradores de terras rurais);
- ⇒ sistemas econômico-produtivos predominantes;
- ⇒ caracterização e quantificação dos conflitos de terra (casos recentes de ocupação de propriedades rurais; origens do movimento e principais lugares de procedência de seus integrantes e existência ou não de propriedades improdutivas);
- ⇒ capacidade de absorção de mão-de-obra rural (adequação da mão-de-obra à demanda, lugares de destino da mão-de-obra excedente ou lugares de origem da mão-de-obra contratada);

⇒ intensidade e causas do êxodo rural (estimativa do êxodo no último ano; características dos emigrantes - sexo, faixa etária e condição de posse da terra - e causas da emigração).

Os questionários foram aplicados nas instituições que atuam diretamente junto aos produtores rurais. As instituições consideradas nos 116 municípios das cinco microrregiões geográficas da área de abrangência da pesquisa foram as prefeituras municipais (em geral, secretarias municipais de Agricultura), escritórios municipais da Epagri, sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos dos produtores rurais, cooperativas agrícolas e, sempre que possível, instituições públicas de nível estadual e organizações não-governamentais.

Dada a exiguidade do tempo, a aplicação foi limitada a dois questionários por município. Quando, no juízo do pesquisador, alguma entrevista apresentava problemas de confiabilidade optou-se por realizar entrevistas adicionais. Assim, foram aplicados 162 questionários em 116 municípios. Em apenas dois dos municípios da região não foram aplicados questionários. Em alguns dos municípios da região, especialmente os criados mais recentemente, foi aplicado um único questionário porque a estrutura administrativa existente não dispunha de todas as instituições alvo da pesquisa.

A aplicação dos questionários foi realizada por uma equipe de quatro técnicos informados dos objetivos da pesquisa e treinados para alcançar os resultados com o máximo de precisão e imparcialidade. As seis primeiras entrevistas foram feitas por um indivíduo do grupo acompanhado pelos demais. Num segundo, a aplicação dos questionários foi feita em duplas até que todos se sentissem suficientemente seguros para prosseguir sozinhos até o término da etapa. Os municípios foram agrupados por

critério de proximidade, de forma que cada pesquisador aplicasse os questionários em pequenos conglomerados de municípios com áreas contíguas. Este procedimento teve por objetivo impedir que algum viés, surgido involuntariamente, interferisse nos resultados de uma única região, mas que na pior das hipóteses fosse diluído por todo o universo.

Tendo previamente definido as instituições que compõem o universo da pesquisa, a escolha dos entrevistados ocorreu totalmente ao acaso. O primeiro passo, ao chegar no município, foi certificar-se da existência ou não das instituições de interesse e então efetuar a visita, dando prioridade a uma instituição pública (prefeitura municipal, normalmente através da Secretaria da Agricultura ou o escritório municipal da Epagri) e a uma instituição privada (sindicato de trabalhadores rurais, sindicato de produtores rurais, cooperativas agrícolas e outras). Cerca de 25% dos questionários foram respondidos por duas ou mais instituições e no total foram ouvidas 265 pessoas. Em 48% dos questionários preenchidos, as informações foram prestadas por duas pessoas ou mais e em 45% destes casos havia, no mínimo, duas instituições representadas.

As informações foram obtidas respeitando realmente a opinião do indivíduo ou do grupo pesquisado; de forma alguma os pesquisadores interferiram nas respostas fornecidas, a menos que se tratasse de algum esclarecimento sobre a pergunta ou quanto a conceitos utilizados. Procurou-se, no momento da aplicação do questionário, deixar os entrevistados bastante à vontade, com garantias de que as informações individualizadas não seriam publicadas, garantindo, assim, o sigilo sobre elas.

A opção pela pesquisa de opinião encontra argumentação no fato de que algumas informações, como, por exemplo, a quantificação das famílias rurais carentes de terra são, por nature-

za, subjetivas; portanto, qualquer número encontrado pode ser contestado, já que há divergências de opinião quanto ao conceito do que é ou de quem pode ser considerado um carente de terra. Mesmo assim, nos levantamentos procurou-se seguir os seguintes conceitos:

◆ **Carentes de terra**

Esse conjunto engloba:

- a) o contingente de pequenos agricultores com renda situada abaixo da linha de pobreza que detenham a propriedade de terras agricultáveis em quantidade insuficiente para a reprodução econômica da família;
- b) todos os agricultores maiores de 18 anos e menores de 60 anos, cujas famílias não só não tenham a propriedade de qualquer quantidade de terra agricultável, como também não possuam condições econômico-financeiras de adquiri-los; abrange as categorias de agricultores cuja posse da terra não é estável e cujas condições de vida, individuais e familiares, não ultrapassem a linha de pobreza: são constituídas por arrendatários e parceiros pobres, pequenos ocupantes e empregados rurais.

◆ **Sem-terra**

O termo "sem-terra" foi utilizado no âmbito deste trabalho como referência ao público conformador dos acampamentos instalados em áreas cuja ocupação foi organizada e coordenada pelo MST.

Este recorte se deve à dificuldade de se realizar uma estimativa correta do número dos agricultores sem-terra no estado, principalmente pelo fato de que nem todos os que podem ser considerados estatisticamente como sem-terra incluem entre os que aspiram a obter terra (cf. Brunner, 1988).

Assim, por exemplo, apesar de ser possível incluir os assalariados agrícolas entre os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, para grande parcelas destes os principais interesses estão no valor da remuneração do trabalho e na segurança e regulamentação das relações de trabalho; neste sentido, não podem ser considerados como agricultores sem-terra.

Por outro lado, entre estes podem perfeitamente ser incluídos os proprietários de minifúndios e filhos adultos de pequenos proprietários agrícolas considerados nos censos como “membros não remunerados da família do chefe da exploração agrícola” (cf. Brunner, 1988).

Com base nessas considerações, o termo sem-terra será utilizado ao se referir àqueles que se autodefinem como tais.

◆ **Linha de pobreza**

É o limite de renda abaixo do qual uma família se encontra em estado de pobreza. Para efeito da pesquisa, esta linha situa-se no limite de meio salário mínimo de renda monetária bruta mensal por família.

◆ **Renda monetária bruta**

É igual à receita monetária menos a despesa monetária com a produção.

Para se ter melhor noção da complexidade destes conceitos, podem-se levantar algumas questões.

Os indivíduos que perderam a condição de agricultor migrando para as cidades também são sem-terra? Os filhos menores de agricultores com pouca terra também devem ser considerados sem-terra? A linha de pobreza deve ser superior a meio salário mínimo de renda monetária bruta familiar mensal? O autoconsumo também deve ser considerado para estabelecer a linha de pobreza?

Outras questões podem ser colocadas no sentido de modificar o conceito e toda vez que o conceito muda, a estatística também muda. Além disso, muitas famílias que poderiam ser enquadradas como carentes de terra não lutam por terra, porque no fundo não a desejam; seus interesses podem estar voltados para uma melhor remuneração da mão-de-obra e segurança no emprego. Assim, qualquer divergência de opinião quanto a estes conceitos dá margem a contestação.

De qualquer modo, supõe-se que as opiniões das pessoas entrevistadas, a maioria das quais com muita experiência adquirida no convívio com as comunidades rurais durante muitos anos de trabalho, apontem para resultados com alto índice de acerto. Salienta-se, ainda, que a crítica de consistência dos dados levantados na pesquisa de campo foi efetuada com parâmetros flexíveis. Primeiramente, porque o volume de informações em nível municipal é pequena (em média, 1,4 questionários por município), oferecendo poucos elementos comparáveis entre si; em segundo lugar, os dados agrupados por microrregião geográfica são incomparáveis, pois cada município possui peculiaridades próprias, decorrentes de especificidades como possuir uma agroindústria integradora atuando no município, ter maior grau de diversificação da produção, apresentar sistemas de produção diferenciados, tipo de solo, tipo de relevo, etc.

Por estas razões, somente se descartaram informações que apresentassem fortes indícios de estarem viesadas.

Finalmente, a terceira e última etapa da pesquisa tem um caráter eminentemente prospectivo, tendo por objetivo fundamental indicar as prováveis tendências da estrutura fundiária e do processo de ocupação da mão-de-obra agrícola no oeste catarinense. A partir deste cenário, formulam-se algumas propostas de políticas agrárias para a região.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

3.1. DIVISÃO GEOGRÁFICA

A mesorregião Oeste Catarinense compreende uma área de 27.303,5 mil km², tendo como fronteiras: a oeste, a República Argentina; ao sul, o estado do Rio Grande do Sul; ao norte, o estado do Paraná; e a leste, as mesorregiões Norte Catarinense e Serrana. É constituída pelas microrregiões geográficas de São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Xanxerê e Joaçaba (Mapa 1). No total são 116 municípios, assim distribuídos, segundo as microrregiões geográficas:

- ◆ **Microrregião Geográfica de São Miguel do Oeste** - Anchieta, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, S. João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Tunápolis.
- ◆ **Microrregião Geográfica de Chapecó** - Águas de Chapecó, Águas Frias, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunha Porã, Guatambu, Iraceminha, Irati, Jardinópolis, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo horizonte, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste.
- ◆ **Microrregião Geográfica de Xanxerê** - Abelardo Luz, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuçu, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

- ◆ **Microrregião Geográfica de Concórdia** - Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina.

- ◆ **Microrregião Geográfica de Joaçaba** - Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Capinzal, Catanduvás, Erval Velho, Fraiburgo, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Ouro, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita, Videira.

3.2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INICIAL

Os campos naturais do oeste e do vale do rio do Peixe foram ocupados com base em estâncias, como expansão da ocupação dos Campos de Guarapuava (PR). Outra leva de ocupação territorial da região foi constituída por fazendeiros e remanescentes das revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893) em território gaúcho, a partir da ocupação das “fronteiras” do Planalto Serrano Catarinense.

Em que pese a ocupação extensiva do centro-oeste catarinense, o povoamento massivo de teuto e ítalo-gaúchos somente tomou corpo após a definição de fronteiras com a república Argentina em 1895 (“Questão de Palmas”), com o estado do Paraná (“Questão do Contestado”) em 1916, bem como com o esmagamento militar dos revoltosos do Contestado (“Guerra do Contestado”), também em 1916.

A disputa internacional de limites se arrastava desde o século XVIII, com breve interregno no período das independências latino-americanas (primeiras décadas do século passado). O objeto das disputas, em Santa Catarina, eram as terras situadas entre os rios Chapecó e Iguazu, de aproximadamente 30 mil quilômetros quadrados.

A demanda fronteira com o estado vizinho iniciou-se em 1853, quando a então Comarca de Curitiba (Província de São Paulo) foi elevada a Província do Paraná. As sucessivas derrotas das pretensões territoriais paranaenses nos tribunais de justiça não inibiram as ações das autoridades deste estado na concessão e titulação de terras no território contestado. A solução para o problema veio somente com a arbitragem do governo federal, após a Guerra do Contestado. Estava em jogo o domínio sobre a área compreendida entre os rios Iguaçu e Uruguai, de aproximadamente 48 mil km², das quais 28 mil km² foram incorporados ao território catarinense.

Para favorecer-se na disputa fronteira com a república Argentina, o Estado brasileiro buscou acelerar o povoamento da área; abastecer os núcleos urbanos da região cafeeira do país de produtos agropecuários; exportar ervamate para os países do Prata e ter condições de, eventualmente, transportar tropas. Para isso, em 1889, autorizou a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, cujo traçado facilitasse o acesso à região disputada. A construção do trecho catarinense da ferrovia só se efetivou entre 1908 e 1910.

Como era de praxe naquela época, a empresa construtora dessa via férrea - Brazil Railway Company - foi paga em terras. No caso, o governo nacional concedeu à empresa o direito de propriedade de todas as terras até 15 quilômetros distante de cada lado dos trilhos, sem levar em consideração qualquer posse anterior, legalizada ou não.

A subsidiária Lumber construiu duas grandes serrarias para explorar as madeiras nobres da região, especialmente as araucárias. O trabalho era mecanizado desde a coleta das toras até o seu desdobramento e armazenagem - o que implicava uma oferta relativamente escassa de emprego.

A serraria de Calmon atendia basicamente às necessidades do próprio empreendimento ferroviário (dormentes e madeiras para construção de estações, casas, depósitos e armazéns). A de Três Barras, a maior, destinava-se à exportação, utilizando a ferrovia da empresa e o projetado ramal ferroviário para São Francisco do Sul.

Para atender à imposição governamental de aceleração do ritmo das obras, foi deslocado para a região um formidável contingente de mão-de-obra, recrutado em distantes centros urbanos do país (Santos, Rio, Salvador e Recife), para a construção da ferrovia. Este contingente foi estimado entre 4.000 e 10.000 homens (Auras, 1984:38).

Demitidos tão logo terminaram os trabalhos de construção da ferrovia, esses trabalhadores foram deixados à própria sorte na região. De modo geral, passaram imediatamente à condição de posseiros, vivendo ao longo dos trilhos recém-construídos.

Por volta de 1911, para poder usufruir da comercialização dessas terras, tornadas suas por concessão do governo central, a empresa passou a empregar seu corpo de segurança para expulsar de forma violenta esses posseiros, que se uniram aos outros que viviam como agregados ou peões nas grandes propriedades. Todos, juntamente com os pequenos ervateiros e alguns coronéis, perderam suas terras para a Brazil Railway Company e/ou perderam sua principal fonte de renda com a crise de mercado da ervamate.

O potencial de revolta de todo esse imenso grupo foi canalizado para o que se poderia chamar de catolicismo popular. Passaram a se articular em torno de "monges" que perambulavam pela região, fazendo rezas e cânticos, batizados, curas e profecias, bem como

dando conselhos e consolo àqueles desvalidos. Além disso, desenvolveram uma representação da realidade ditada pelo seu “isolamento do resto do país, no interior de uma estrutura de poder coronelista, vivendo apenas da obtenção do “mínimos vitais”, ou seja, em condições concretas de indigência material e teórica) (Auras, 1984:47). Responsabilizavam a república por seus infortúnios, idealizavam a monarquia como forma de governo e adotaram caráter messiânico.

Fustigados em Curitiba pelo chefe político local, “Cel” Francisco de Albuquerque, o monge José Maria e a pequena multidão que o acompanhava retornaram a Irani, território então controlado pelo estado do Paraná. Acreditando ser esse episódio uma manobra do governo catarinense para justificar o policiamento da área contestada e desta forma garantir a execução da sentença do STF favorável a Santa Catarina, o governo paranaense enviou tropas para reprimir o monge e seus seguidores. A derrota do Regimento de Segurança do Paraná desencadeou a guerra movida pelo governo da república e a Company contra os “fanáticos”. Dessa forma, foram deslocados para os “campos de batalha” cerca de 6 mil soldados do exército nacional (a metade de todo o efetivo do exército à época) e mil milicianos da empresa do grupo Farquhar.

O resultado foi o previsível: foram abatidos os levantados. A empresa ferroviária tratou, então, de iniciar a venda de terras para colonização, já que também era seu objetivo transformar a área em produtora de alimentos, a serem transportados por sua E. F. para a região cafeeira de São Paulo. Porém, sua primeira tentativa colonizadora fracassou, porque em suas terras havia proprietários com títulos emitidos pelo estado do Paraná e antigos posseiros e empregados da E. F.

Resolvida a questão de limites com o estado do Paraná, o governo central permitiu à

companhia vender terras em grandes glebas a outras empresas que criaram os municípios de Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó (1917). A empresa, através de sua subsidiária Brazil Development and Colonization Company, voltou-se para as colônias velhas do Rio Grande do Sul, às voltas com insuficiência de terras para abrigar as novas gerações de agricultores oriundos de famílias numerosas. As primeiras levadas de imigrantes gaúchos colonizaram Rio das Antas e Erval. Contudo, a primeira colonização na região, seguindo os padrões que marcaram todo o processo colonizador, foi implantada nos atuais municípios de Concórdia, Itá e Seara.

Desse modo, numa primeira etapa, imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul foram instalados ao longo do rio do Peixe, formando núcleos coloniais. O padrão geral de colonização era o mesmo. As colonizadoras exploravam a madeira das terras, demarcavam os lotes ao longo das estradas vicinais (“linhas”), geralmente com área padrão de uma colônia (25 hectares) e os vendia aos imigrantes. Apenas nas áreas próprias para as atividades agropastoris e extrativas, as glebas variavam de 100 a 1.000 hectares.

Mais para oeste o processo só começou a partir de 1920, em concessões feitas primeiramente pelo governo paranaense e, mais tarde, pelo catarinense. Até essa data, a região era escassamente povoada, sendo habitada por caboclos e índios. Com a colonização, os caboclos desertaram das terras e buscaram situar-se em locais mais distantes.

Em 1926, um novo acordo foi feito entre a companhia e o governo catarinense. Grandes áreas do extremo-oeste ficaram sob o domínio da construtora da estrada de ferro porque boa parte das terras à margem da estrada já se encontrava titulada. A empresa usou como estratégia repassar estas concessões a outras empresas colonizadoras estruturadas no Rio Grande do Sul. Boa parte delas conservava suas se-

des naquele estado, em cidades do interior ou na capital.

3.3. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS PREDOMINANTES

O desenvolvimento econômico da mesorregião Oeste está diretamente relacionado ao setor primário, particularmente o agropecuário. Caracterizou-se pela predominância de pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada.

Historicamente, foi o desenvolvimento da agropecuária centrado na organização dessas unidades familiares de produção que permitiu o início e a expansão agroindustrial na região, que detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves do Brasil, base do seu desenvolvimento industrial .

Assim, a mesorregião Oeste tem sua economia sustentada basicamente pela atividade agrícola e pela transformação dos seus produtos, conferindo-lhe um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário. A agropecuária regional tem grande importância também para o estado, já que mais da metade do valor global da produção primária estadual é gerada nessa região. O setor secundário é dominado por indústrias agroalimentares, tanto em movimento econômico quanto em ocupação de mão-de-obra; as atividades comerciais e de ser-

viços também estão diretamente ou indiretamente ligadas à agropecuária (Testa et al., 1996) .

As atividades agropecuárias com expressão econômica relevante se concentram na especialização dos sistemas milho/suínos ou milho/aves, e em alguns produtos como: soja, feijão, maçã e erva-mate. Nos últimos anos, houve um grande crescimento na produção de leite, tornando a região, hoje, a principal bacia leiteira do estado.

Comparada a outras regiões do Sul do Brasil, a região Oeste “possui uma capacidade produtiva, capitalização e renda consideradas medianas, principalmente devido à grande concentração das atividades mais rentáveis em poucos produtores, inclusive em processo, agora mais acentuado, de redução do número de suinocultores e de concentração da produção. Com a incorporação de novas tecnologias, que ampliam a produção de aves e suínos, mantendo-se basicamente a mesma infra-estrutura de produção, tem sido buscada pela agroindústria a redução do número de produtores sem queda na produção” (Magalhães, 1997).

Em relação aos aspectos ambientais, destaca-se o rápido esgotamento dos recursos naturais, principalmente em decorrência da diminuição da cobertura de mata, da erosão dos solos e da intensa poluição das águas por dejetos de suínos.

4. ASPECTOS RECENTES DO DESENVOLVIMENTO RURAL REGIONAL

4.1. USO E POSSE DA TERRA

4.1.1. Estrutura Fundiária

O Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1995-1996 registrou, em relação ao censo de 1985, uma diminuição de cerca de 807 mil hectares do total de área agrícola e de 31.626 estabelecimentos rurais no estado de Santa Catarina, correspondendo a quase 11% a menos em área e a 13% a menos em número de estabelecimentos (Tabela 1).

A mesorregião Oeste Catarinense perdeu cerca de 236,5 mil hectares e 14.370 estabelecimentos, equivalendo a 10% da área e a 14% do número total de estabelecimentos rurais ali existentes em 1985.

As maiores perdas relativas, tanto no número quanto na área, segundo estratos de tamanho de área, ocorreu nas faixas de menos de 5 hectares, de 5 a 10 hectares e de mais de 1.000 hectares. Processo semelhante ocorreu também em nível estadual, embora com intensidade relativamente menor (Tabela 1).

Em termos globais, a redução relativa, tanto do número de estabelecimentos quanto da área agrícola total da região Oeste Catarinense no período 1985 a 1996, foi bastante semelhante à que ocorreu no estado. Em decorrência, a região manteve em 1996 a mesma participação estadual de 1985 no número de estabelecimentos agrícolas (45,5%) e na área agrícola total recenseada (27,7%).

A tabela 2 contém a evolução do número de estabelecimentos e da área entre os dois últimos censos agropecuários relativamente à microrregião geográfica. Nela observa-se que apenas na MRG de Joaçaba a perda de área relativa foi bem superior à redução do número de estabelecimentos. Na MRG de Concórdia esta proporção foi bastante semelhante. Já nas demais MRGs (São Miguel do Oeste, Chapecó e Xanxerê), a redução relativa do número de estabelecimentos foi cerca de três vezes maior que a redução da área dos estabelecimentos. Isto porque nestas três MRGs foi justamente nos pequenos estratos de área que, proporcionalmente, mais estabelecimentos agrícolas deixaram de existir, ao contrário da MRG de Joaçaba, que perdeu relativamente mais estabelecimentos de médio e grande porte.

Devido à redução mais acentuada dos estabelecimentos, situados nos estratos de área extremos (maiores e menores), em relação a Santa Catarina, a estrutura fundiária regional evoluiu, entre 1985 e 1996, em sentido um tanto diferenciado daquele ocorrido no estado. Enquanto o conjunto das terras agrícolas estaduais mantém ininterrupta e moderada tendência concentradora da propriedade das terras, a que já apresentava índices de concentração bem menores mostra uma tendência de leve desconcentração fundiária a partir dos anos 1985 (Tabela 3). Este fenômeno ocorreu em todas as MRGs da região, confirmando a tendência de desconcentração da posse das terras, iniciada já em 1980 no caso das MRGs de São Miguel do Oeste, Chapecó e Xanxerê.

O grau de concentração da terra é bastante diferenciado no interior da região. O índice Gini¹, calculado para as cinco microrregiões geográficas a partir de 1970 (Tabela 3), revela que,

(1) O índice de Gini assume valores entre "zero" (ausência de concentração/igualdade absoluta entre todos os componentes do universo examinado) e "um" (concentração absoluta/desigualdade total). Em função disso, Câmara, em 1949, propôs uma e para definir o grau de distribuição da propriedade das terras no Brasil, da seguinte maneira:

a) até 0,100 = concentração nula;

b) de 0,101 a 0,250 = concentração fraca;

c) de 0,251 a 0,580 = concentração média;

d) de 0,581 a 0,700 = concentração forte;

e) de 0,701 a 0,900 = concentração muito forte;

f) acima de 0,900 = concentração tendente à absoluta.

TABELA 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E DE SANTA CATARINA - 1985 E 1995-1996

ESTRATO DE ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	Variação	1985	1996	Variação
TOTAL DO ESTADO						
menos de 5	46.461	37.669	-18,92	126.167	92.929	-26,34
5 a menos de 10	45.422	37.793	-16,8	322.814	271.744	-15,82
10 a menos de 20	63.950	60.051	-6,1	888.168	838.076	-5,64
20 a menos de 50	56.245	49.865	-11,34	1.673.455	1.484.570	-11,29
50 a menos de 100	13.341	12.120	-9,15	891.819	811.301	-9,03
100 a menos de 200	4.897	4.585	-6,37	660.163	617.638	-6,44
200 a menos de 500	2.959	2.729	-7,77	901.561	831.096	-7,82
500 a menos de 1.000	1.005	917	-8,76	695.178	625.587	-10,01
mais de 1.000	571	508	-11,03	1.260.210	1.042.904	-17,24
TOTAL	234.973	203.347	-13,46	7.419.543	6.612.846	-10,87
TOTAL DA MESORREGIÃO						
menos de 5	17.657	11.844	-32,92	51.188	36.364	-28,96
5 a menos de 10	22.641	18.051	-20,27	163.140	131.877	-19,16
10 a menos de 20	33.025	32.229	-2,41	455.210	449.644	-1,22
20 a menos de 50	23.305	20.977	-9,99	682.336	612.030	-10,3
50 a menos de 100	3.680	3.482	-5,38	245.307	230.967	-5,85
100 a menos de 200	1.083	1.073	-0,92	146.587	145.227	-0,93
200 a menos de 500	625	573	-8,32	191.114	177.567	-7,09
500 a menos de 1.000	191	183	-4,19	134.056	123.473	-7,89
mais de 1.000	148	120	-18,92	331.011	256.229	-22,59
TOTAL	102.355	88.532	-13,5	2.056.331	1.828.546	-11,08

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1985, 1995-1996.

enquanto nas MRGs de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia a concentração da terra é considerada média, nas microrregiões de Xanxerê e Joaçaba esta concentração é forte, com índices semelhantes aos observados em nível estadual. É justamente nestas duas microrregiões que se localizam quase todos os municípios com concentração da terra considerada muito forte, como pode ser visualizado no mapa 1.

A média dos estabelecimentos agrícolas e sua evolução a partir de 1970 reforçam as diferenças de estrutura fundiária entre MRGs reveladas pelo índice de Gini. Nas microrregiões com os graus mais baixos de concentração da terra (São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia) a área média dos estabelecimentos vem-se mantendo bem abaixo da situação estadual (Tabela 4). Na MRG de Xanxerê, a área média, que havia

TABELA 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS MICRORREGIÕES PERTENCENTES À MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - 1970, 1980, 1985 E 1995-1996

ESTRATO DE ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	Variação	1985	1996	Variação
TOTAL M RG SÃO MIGUELDO OESTE	24.184	20.751	-14,2	367.802	355.583	-3,32
menos de 5	3.967	2.519	(36,50)	11.162	7.073	-36,63
5 a menos de 10	6.197	4.928	-20,48	43.432	35.543	-18,16
10 a menos de 20	8.835	8.303	-6,02	119.659	113.453	-5,19
20 a menos de 50	4.621	4.335	-6,19	128.284	122.417	-4,57
50 a menos de 100	433	475	9,7	28.270	30.369	7,42
100 a menos de 200	81	116	43,21	10.803	15.049	39,3
200 a menos de 500	38	56	47,37	11.131	16.838	51,27
500 a menos de 1.000	8	10	25	5.301	6.183	16,64
mais de 1.000	4	9	125	9.760	8.658	-11,29
TOTAL M RG CHAPECÓ	36.686	30.948	-15,64	540.769	513.216	-5,1
menos de 5	7.557	4.786	-36,67	22.091	15.333	-30,59
5 a menos de 10	9.735	7.525	-22,7	69.793	55.201	-20,91
10 a menos de 20	12.190	11.617	-4,7	165.395	159.969	-3,28
20 a menos de 50	6.333	5.999	-5,27	180.112	170.380	-5,4
50 a menos de 100	634	753	18,77	40.962	49.299	20,35
100 a menos de 200	143	178	24,48	18.886	24.066	27,43
200 a menos de 500	73	67	-8,22	20.890	20.061	-3,97
500 a menos de 1.000	13	18	38,46	9.065	10.992	21,26
mais de 1.000	8	5	-37,5	13.575	7.915	-41,7
TOTAL M RG XANXERÊ	12.046	10.211	-15,23	402.475	378.231	-6,02
menos de 5	2.841	1.744	-38,61	8.294	5.938	-28,4
5 a menos de 10	2.254	1.672	-25,82	16.893	12.959	-23,29
10 a menos de 20	3.165	3.408	7,68	44.472	48.537	9,14
20 a menos de 50	2.688	2.318	-13,76	81.964	70.101	-14,47
50 a menos de 100	640	573	-10,47	44.366	38.943	-12,22
100 a menos de 200	253	265	4,74	34.457	36.573	6,14
200 a menos de 500	134	155	15,67	40.607	47.247	16,35
500 a menos de 1.000	36	43	19,44	27.007	30.485	12,88
mais de 1.000	35	33	-5,71	104.415	87.448	-16,25

(continua)

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

(conclusão)

ESTRATO DE ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS		
	1985	1996	Variação	1985	1996	Variação
TOTAL M RG CONCÓRDIA	14.634	13.089	-10,56	288.197	256.910	-10,86
m enos de 5	1.790	1.436	-19,78	5.139	4.225	-17,78
5 a m enos de 10	2.724	2.364	-13,22	19.903	16.282	-18,2
10 a m enos de 20	5.142	4.896	-4,78	71.813	68.848	-4,13
20 a m enos de 50	4.259	3.777	-11,32	124.504	109.748	-11,85
50 a m enos de 100	592	509	-14,02	37.834	33.196	-12,26
100 a m enos de 200	92	73	-20,65	12.120	9.249	-23,68
200 a m enos de 500	27	27	-	7.689	7.382	-3,99
500 a m enos de 1.000	5	4	-20	3.317	2.468	-25,58
m ais de 1.000	3	3	-	5.878	5.512	-6,23
TOTAL M RG JOAÇABA	14.805	13.533	-8,59	800.706	659.437	-17,64
m enos de 5	1.502	1.359	-9,52	4.502	3.794	-15,73
5 a m enos de 10	1.731	1.562	-9,67	13.119	11.893	-9,34
10 a m enos de 20	3.693	4.005	8,45	53.871	58.837	9,22
20 a m enos de 50	5.404	4.548	-15,84	167.472	139.384	-16,77
50 a m enos de 100	1.381	1.172	-15,13	93.875	79.159	-15,68
100 a m enos de 200	514	441	-14,2	70.321	6.289	-14,27
200 a m enos de 500	353	268	-24,08	110.797	86.039	-22,35
500 a m enos de 1.000	129	108	-16,28	89.366	73.344	-17,93
m ais de 1.000	98	70	-28,57	197.383	146.697	-25,68

FONTE: BGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

TABELA 3 - ÍNDICE DE GNIDA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE, SUAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS E NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996

ANO	SÃO MIGUEL DO OESTE	CHAPECÓ	XANXERÊ	CONCÓRDIA	JOAÇABA	MESORREGIÃO OESTE	SANTA CATARINA
1970	0,4064	0,4622	0,6486	0,3962	0,6466	0,4957	0,6306
1980	0,4581	0,4738	0,7358	0,3981	0,6633	0,5043	0,6656
1985	0,4333	0,4582	0,7037	0,4247	0,6773	0,5182	0,6701
1995/96	0,4309	0,4398	0,6832	0,4247	0,6655	0,4812	0,6824

FONTE: BGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996

MAPA 1

:

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO OESTE CATARINENSE - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 (ha)

M R G	1970	1980	1985	1995/96
São Miguel do Oeste	17,1	16,7	15,2	17,1
Chapecó	17,8	16,6	14,7	16,6
Xanxerê	33,1	44,1	33,4	37
Concórdia	21,24	21,7	19,7	19,6
Joaçaba	51,5	56	54,1	48,7
Total Mesorregião Oeste	23,2	22,7	20,1	20,7
Total Santa Catarina	33,9	34,6	31,6	32,5

FONT E : I B G E , C enso s A gropecuário s de Santa Catarina - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

declinado em 1985 para valores próximos do observado no estado, voltou a se elevar em 1996. Já na MRG de Joaçaba, onde o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas é mais de duas vezes superior à média regional, a tendência vem sendo de redução da área média desde 1980.

A tabela 5 mostra a evolução percentual do número e da área dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste de Santa Catarina desde 1970. Os estabelecimentos rurais da mesorregião Oeste Catarinense diminuíram sua área total em 3,5% e elevaram seu número em 9% durante o período 1970-1996. De um lado, constata-se o fracionamento dos estabelecimentos de 20 a 100 hectares, somado a um alijamento dos menores de 5 hectares (que caíram 7% em número e 4,5% em área). O grupo de estabelecimentos com áreas entre 20 e 50 hectares vem diminuindo sua representatividade desde os anos 70. Caminho inverso foi trilhado pelos estabelecimentos de áreas entre 5 e 20 hectares, que tiveram ganhos de área superiores a 30% no período.

No outro extremo, constata-se o expressivo crescimento dos estabelecimentos rurais de áreas situadas entre 100 e 1.000 hectares. Tiveram ganhos de área de 11% a 16% e, em número, de 15%. Já os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares cresceram positivamente apenas no início do período (1970-80) (Tabela 5).

Para tanto, concorreram vários fatores, dentre os quais pode-se destacar a progressiva perda de rentabilidade do setor, seja pelo recolhimento da presença do Estado - decretando, por exemplo, o fim da política de subsídios para a agricultura e a redução dos serviços de extensão rural e pesquisa agrícola -, seja pela recessão econômica do começo da década de 80, ou pelo processo de internacionalização acelerada da economia brasileira a partir dos anos 90.

Neste contexto, ganharam força novamente os movimentos migratórios (e o conseqüente abandono de pequenas propriedades rurais) e ressurgiram os conflitos pela posse da terra. Por outro lado, ocorreram um direcionamento dos investimentos em terras em outras regiões do país (notadamente na Amazônia e Centro-Oeste) e a retirada de um expressivo número de empresas dos mais variados ramos que até então investiam em terras, além do parcelamento formal dos grandes imóveis para descaracterizá-los como latifúndios.

Este conjunto de fatos expressou-se no último censo realizado (199-1996), através das perdas de área e do número de estabelecimentos em todas as classes de área em relação a 1985 - com maior evidência nos três menores estratos antes referidos (33%, 20% e 10%, respectivamente) e também no de maior estrato - mais de 1.000 hectares (12,5%) (Tabela 5). Como resultado, os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 hectares perderam representatividade no período (33,8% em 1996, contra 39,4% em 1985), enquanto os estratos de 10 a 50 hectares aumentaram sua participação de 55,1%, em 1985, para 60,1%, em 1996.

Da análise da evolução recente da estrutura fundiária da região Oeste Catarinense, pode-se constatar:

TABELA 5 - CRESCIMENTO RELATIVO (%) EM NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E DE SANTA CATARINA - 1970/1996

ESTRATO DE ÁREA	MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE				ESTADO DE SANTA CATARINA			
	1980/1970	1985/1980	1996/1985	1996/1970	1980/1970	1985/1980	1996/1985	1996/1970
Número de estabelecimentos								
menos de 5	14,7	24	-32,9	-4,6	16,7	23,3	-18,9	16,6
5 a menos de 10	35,1	24,5	-20,3	34,1	12,6	19,4	-16,8	11,9
10 a menos de 20	20,6	11	-2,4	30,7	4,8	8,5	-6,1	6,8
20 a menos de 50	-5,6	-1,8	-1,0	-16,6	-5,9	-2,3	-11,3	-18,5
50 a menos de 100	0,9	-10,2	-5,4	-14,3	-3,4	-6,4	-9,2	-17,9
100 a menos de 200	12,1	2,7	-0,9	14	0,1	-1	-6,4	-7,2
200 a menos de 500	21,4	3,8	-8,3	15,5	8,9	2	-7,8	2,4
500 a menos de	24,7	-3	-4,2	15,8	15,4	-0,4	-8,8	4,9
500 a menos de	21,4	-3,3	-18,9	-4,8	33,3	-8,5	-11	8,5
TOTAL	2,9	11,2	-13,5	8,7	4,3	8,7	-13,5	-1,9
Área dos estabelecimentos								
menos de 5	8,6	19,3	-2,9	-8	7,8	22,3	-26,3	-2,9
5 a menos de 10	35,4	23,3	-19,2	35	12	18	-15,8	11,3
10 a menos de 20	20,2	10,6	-1,2	31,4	4,6	7,7	-5,6	6,3
20 a menos de 50	-6,2	-2,2	-10,3	-17,8	-6,2	-2,7	-11,3	-19,1
50 a menos de 100	0,7	-10	-5,8	-14,7	-3,4	-6,5	-9	-17,8
100 a menos de 200	11	2,8	-0,9	13,1	0,8	-1,5	-6,4	-7,1
200 a menos de 500	19,5	5,2	-7,1	16,7	9,3	2,3	-7,8	3
500 a menos de	25,1	-3,9	-7,9	10,8	17,3	0,2	-10	5,8
500 a menos de	45,7	-17,7	-22,6	-7,2	33,6	-6,8	-17,2	3
TOTAL	10,5	-1,5	-11,1	-3,3	6,4	-0,7	-10,9	-5,9

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970, 1975, 1985, 1995-1996.

a. um processo de fracionamento dos pequenos e médios estabelecimentos (de 20 a 100 hectares);

b. uma drástica redução dos menores estabelecimentos agrícolas (até 10 hectares);

c. uma relativa estabilidade numérica e da área ocupada pelos estabelecimentos nos estratos de 100 hectares a 1.000 hectares;

d. uma perda de representatividade dos maiores estabelecimentos (mais de 1.000 hectares).

Os resultados do levantamento de campo revelam que os entrevistados (técnicos, lideranças políticas e sindicais) esperam uma aceleração do processo de redução do número de estabelecimentos agrícolas da região para os próximos dez anos, com consequente aumento da concentração da posse da terra.

Para mais de um terço dos entrevistados, a redução do montante dos estabelecimentos agrícolas atualmente existentes não atingirá 20%, mas para mais da metade deles a taxa de redu-

ção no próximo decênio deverá ficar entre 20% e 50% do montante (Tabela 6).

4.1.2. Condição de Posse da Terra

No período considerado (1970-1996), reforçou-se o já amplo predomínio da categoria dos agricultores proprietários sobre as demais, em todas as MRGs que compõem a mesorregião Oeste Catarinense. Neste período, o percentual de estabelecimentos a cuja testa se encontra seu proprietário, passou de 79,6% para 86,8% e o percentual da área sob esta condição elevou-se de 89,5% para 93,1 (Tabela 7).

Seu número elevou-se pouco mais de 10% e sua área 4% em relação aos respectivos totais regionais, de 1970 a 1996 (Tabela 7).

Dentre as MRGs que compõem a mesorregião Oeste Catarinense, são bem pequenas as variações percentuais de representatividade da categoria dos proprietários em relação à média mesorregional, à exceção da MRG de Concórdia, que alcança 90% do número total de estabelecimentos rurais regionais e 95% de sua área na condição de proprietário, e Joaçaba, onde as áreas em mãos de proprietários correspondem a 95% da total microrregional.

A área média dos estabelecimentos geridos por seus proprietários vem decaindo ligeiramente desde 1980, passando de 28,0 hectares naquele ano para 26,5 hectares em 1996. As demais categorias continuam a manter uma área média pouco acima de 10 hectares, havendo um crescimento com alguma significância da área média dos ocupantes, que passaram de 12,0 hectares em 1985, para 14,2 hectares em 1996 (Tabela 8).

4.1.3. Distribuição de Uso da Terra

A utilização das terras agrícolas na Região Oeste, no período 1970-1996, por estar intimamente vinculada ao trinômio dinâmica populacional/processo de desenvolvimento tecnológico/de-terioração dos termos de troca, alcançou níveis modestos de crescimento. Em outras palavras, apesar de a pressão populacional sobre a terra ser relativamente forte, o emprego da tecnologia disponível encontra limitações tanto na renda da maioria dos agricultores quanto no relevo acidentado de parte substancial das terras oestinas. Em consequência, o aproveitamento agroecônomico das mesmas mostrou pequeno crescimento no período, passando de 79% para 86,5% (praticamente idêntico ao do conjunto do estado) (Tabela 9). Não por acaso o recenseamento que registrou a máxima "ociosidade" das terras foi aquele imediatamente posterior ao fechamento das fronteiras agrícolas estaduais (1970).

A mesma situação vista com enfoque oposto, isto é, o da evolução das áreas inexploradas, apesar de não contradizer as afirmações acima, deixa exposta uma clara incongruência. Se, por um lado, assinala a redução progressiva (e esperada) da quantidade disponível de terras produtivas não exploradas, por outro, destaca um acréscimo do volume de terras agrícolas inaproveitáveis. Sua origem, provavelmente, se encontra na imprecisão conceitual entre essas duas modalidades de inexploração das terras agrícolas por parte dos geradores da informação censitária (operadores dos censos e agricultores).

O total de áreas agrícolas e de áreas exploradas totais na região Oeste, no período 1970-1996, aumentaram 38%² e 43%, respectivamente. Este crescimento foi bem maior que o apresentado pelo estado no mesmo período (11% e 21%, respectivamente) (Tabela 9), perfeitamente

² A área agrícola explorada ou em exploração = área agrícola total - terra produtivas não exploradas - terras inaproveitáveis.

esperado, já que a região foi uma das últimas a ser ocupada.

A área agrícola explorada da região ficou praticamente estável no período 1985-1996, enquanto a área agrícola total exibiu queda de 4,4%. O total de áreas trabalhadas³ na agricultura oestina no período 1970-1996 elevou-se 46%, praticamente a mesma do estado. Entre os dois últimos censos, a área trabalhada total decresceu na mesma proporção na região e no estado, -9,5% (Tabela 9). Por outro lado, observou-se um aumento de sua participação nos demais estratos de área.

As três grandes modalidades de exploração agroeconômica da região Oeste, no mesmo quinquênio, tiveram desempenho diferenciado quanto ao aumento de área. Entre 1980 e 1985, enquanto as áreas de pastagens cresciam 25%, as de lavoura mantiveram-se praticamente no mesmo nível e as de florestas diminuíram 3%. Já

no período 1985-1995-1996, as áreas de lavouras caíram de 54% para 44% da área explorada total. As áreas de lavouras temporárias, embora ainda majoritárias, sofreram pronunciada redução (quase 200 mil hectares) de sua participação na área explorada total da mesorregião entre 1985 e 1995-1996 (de 50,9% para 41,1%) (Tabela 10). As áreas de lavouras permanentes praticamente dobraram sua representatividade, mas ainda são de pouca expressão, alcançando 3% da área explorada total.

As áreas de pastagens, que tinham crescido 25% entre 1980 e 1985, praticamente estabilizaram-se dali para 1995. As pastagens plantadas, porém, decresceram 15% em área em 1985. Recuperaram-se no período intercensitário seguinte, crescendo 6,5%. As pastagens naturais, ao contrário, cresceram 60% entre 1980 e 1985 e declinaram sua área em 10,5% entre os dois últimos censos (Tabela 10). Ao que tudo indica, as informações censitárias sobre áreas de pas-

TABELA 6 - TENDÊNCIAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DO DESTINO DAS PROPRIEDADES E A COMPRA DE TERRAS RURAIS NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

(%)

MESORREGIÃO	PRINCIPAIS COMPRADORES DE TERRA					TENDÊNCIAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA			
	Agricultores do município	Agricultores de outros municípios	Urbanos	Empresas	Nenhum	Fracionamento	Concentração	Estabilidade	Nenhum
São Miguel do Oeste	34,3	5,7	60	-	0	5,7	85,7	8,6	0
Chapecó	29,6	5,6	55,6	-	9,3	0	79,6	20,4	0
Xanxerê	52,6	10,5	26,3	-	10,5	10,5	84,2	0	5,3
Concórdia	47,1	29,4	23,5	-	0	0	88,2	11,8	0
Joaçaba	26,2	9,5	35,7	19	9,5	0	88,1	7,1	4,8
Oeste	33,7	8,7	45,9	4,7	7	3,2	85,2	9,6	2

(continua)

³ Área agrícola trabalhada = área total de lavoura + [área total de pastagens + área total de matas plantadas].

(conclusão)

M E S O R R E G I Õ E S	P E R C E N T U A L D E Q U E D A N O N º D E P R O P R I E D A D E S R U R A I S E M 1 0 A N O S						
	0 - 10 %	11 - 20 %	21 - 30 %	30 - 40 %	41 - 50 %	51 - 60 %	61 - 80 %
São Miguel do Oeste	8,6	11,4	14,3	20	25,7	14,3	5,7
Chapecó	14,8	11,1	20,4	16,7	16,7	9,3	11,1
Xanxerê	21,1	15,8	15,8	10,5	31,6	0	5,3
Concórdia	29,4	23,5	5,9	5,9	35,3	0	0
Joaçaba	19	31	19	7,1	14,3	0	9,5
Oeste	18,6	18,6	15,1	12	24,7	4,7	6,3

FONTE: Pesquisa de Campo.

tagem podem não ser precisas, face às claras divergências de conceito sobre pastagem natural entre os agricultores e o pessoal técnico⁴.

As áreas de matas, por seu turno, recuperaram terreno entre 1985 e 1995 em apenas 2% e continuam tendo um pouco menos área (-1,5%) hoje do que em 1980 (Tabela 10).

As áreas de matas plantadas cresceram vigorosamente em todo o período considerado: 106% de 1980 para 1985 e 43,5% dali para 1995 (Tabela 10).

As terras produtivas não utilizadas, por sua vez, decresceram acentuadamente entre os dois últimos censos, após terem-se mantido pra-

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A ÁREA E O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E EM SANTA CATARINA - 1970, 1980, 1985 E 1995-1996

REGIÃO/ANO	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS				NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
OESTE CATARINENSE								
1970	89,5	4,0	3,2	3,3	79,6	6,4	6,7	7,5
1980	89,7	3,6	3,4	3,4	77,9	7,1	7,8	7,3
1985	88,8	4,5	3,7	2,9	77,4	7,4	8,8	6,4
1995/96	93,1	2,9	1,4	2,6	86,8	5,8	2,9	4,4
SANTA CATARINA								
1970	91,2	2,9	1,9	3,9	82,7	5,2	5,2	6,8
1980	90,6	3,4	2,2	3,7	79,3	5,9	6,1	8,6
1985	87,7	4,6	2,6	3,8	76,2	6,9	7,2	8,9
1995/96	92,4	3,2	1,2	3,2	84,3	6,0	3,0	6,7

FONTE: Fundação BGE. Censo Agrícola - Santa Catarina, 1960.

Fundação BGE. Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

ELABORAÇÃO: Instituto Cepas/SC.

⁴ Entre o pessoal técnico é aceita a conceituação do IBGE sobre pastagem natural, qual seja: áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato. Já muitos agricultores e pecuaristas entendem como natural, ainda o pasto artificial que não recebe nenhum trato.

TABELA 8 - ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E EM SANTA CATARINA - 1970, 1980, 1985 E 1995-1996

(ha)					
REGIÃO/ANOS	PROPRIETÁRIO	ARRENDATÁRIO	PARCEIRO	OCUPANTE	TOTAIS
Total Estado de Santa Catarina					
1970	37,4	16,1	12,7	19,1	33,9
1980	39,5	32,3	12,5	15,1	34,6
1985	36,6	19,2	10,2	12,9	30,9
1995/96	35,6	17,3	13,3	15,4	32,5
Total Mesorregião Oeste Catarinense					
1970	28	22,3	13,2	12	25
1980	30,4	12,9	10,6	12,7	26,2
1985	27,5	12,7	9,2	10,4	23,8
1995/96	26,4	12,4	11,5	14,2	24,6
Total MRG São Miguel do Oeste					
1970	18,1	15,1	14,1	11,1	16,9
1980	18,5	9,6	9,3	16,4	16,9
1985	17,1	9,6	9	7,8	15,2
1995/96	18,2	11	10,7	10,5	17,2
Total MRG Chapecó					
1970	20,6	11,4	8,7	7,7	17,7
1980	19	10,1	8,8	7,7	16,3
1985	16,7	9,3	7,3	7,2	14,7
1995/96	17,6	9,9	9,3	9,6	16,5
Total MRG Xanxerê					
1970	38	27	14	14	33
1980	53,8	20,2	14,7	14,3	44,1
1985	41,1	17,9	11,6	11,3	33
1995/96	40,2	18	25,9	15,5	36,7
Total MRG Concórdia					
1970	23,3	9,9	12,1	10,4	21,3
1980	23	17,6	10,7	10	21,2
1985	21,9	10	10	9	19,7
1995/96	20,6	11,6	11,7	11,1	19,7
Total MRG Joaçaba					
1970	49,7	43,1	17,4	26,1	44,3
1980	62,3	17,9	17,9	22,7	55,1
1985	61,5	28,9	14,8	19,4	55,2
1995/96	52,6	21,4	13,8	24,9	49

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de Santa Catarina – 1970, 1980, 1985, 1995-1996.

ticamente estáveis entre 1980 e 1985 (Tabela 10).

Na verdade, os incrementos mais salientes na região foram os das áreas de lavoura permanente e de matas cultivadas, em que pesem suas pequenas expressões, 3,2% e 6,7%, respectivamente, em relação à área agrícola em exploração em 95-96 (Tabela 10).

Relativamente à área agrícola total, a área trabalhada decresceu 4% em termos globais, tendo perdido o dinamismo das décadas anteriores (Tabela 9). O comportamento dos três grandes itens que compõem a área trabalhada no período 1985-1995 seguiu as tendências já observadas em relação à área explorada.

Houve uma moderada retração na área de lavouras (15%), uma estabilização na área de pastagens cultivadas e um forte incremento na área de matas plantadas (43,5%) (Tabela 10). As áreas de lavouras ainda são amplamente predominantes, estando em torno dos 70% da área trabalhada total.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 9 - CRESCIMENTO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS, EXPLORADAS E TRABALHADAS TOTAIS, EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS NAS MESORREGIÕES, NA REGIÃO E NO ESTADO - 1960, 1970, 1980 e 1985

REGIÕES E CENSOS	EM VALORES ABSOLUTOS (ha)			EVOLUÇÃO (em %)			RELAÇÃO		
	Área Agrícola Total (A)	Área Explorada Total (B)	Área Trabalhada Total (C)	Censos	Área Agrícola Total	Área Explorada Total	Área Trabalhada Total	(B/A)	(C/A)
OESTE CATARINENSE									
1970	1 976 064	1 561 743	817 793	1970/80	16,3	16,7	44,6	79,0	41,4
1980	2 299 121	1 822 288	1 182 331	1980/85	-1,6	3,5	5,0	79,3	51,4
1985	2 263 480	1 885 825	1 241 827	1985/95	-4,4	-0,7	-9,3	83,3	54,9
1995/96	2 163 881	1 872 533	1 193 684	1970/95	37,8	43,3	46	86,5	55,2
SANTA CATARINA									
1970	7 025 326	5 551 214	1 839 312	1970/80	6,4	9,5	50,4	79,0	26,2
1980	7 473 778	6 076 153	2 765 670	1980/85	-1,0	2,9	7,3	81,3	37
1985	7 399 999	6 249 630	2 967 773	1985/95	-10,6	-6,4	-9,3	84,5	40,1
1995/96	6 612 846	5 879 494	2 692 084	1970/95	11,2	20,5	46,4	88,9	40,7

FONTE: Fundação BGE. Censo Agrícola - Santa Catarina, 1960.

Fundação BGE. Censos Agropecuários - Santa Catarina, 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

ELABORAÇÃO: Instituto Cepa/SC.

TABELA 10 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS AGRÍCOLAS NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - 1980, 1985 E 1995

TIPO DE USO	HECTARE			TAXA DE VARIAÇÃO		
	1980	1985	1995	1985/80	1995/80	1995/85
Lavouras Temporárias	954 743	959 166	768 739	0,5	-19,5	-19,9
Lavouras Permanentes	32 416	32 979	59 497	1,7	83,5	80,4
Pastagens Naturais	260 315	417 153	373 255	60,2	43,4	-10,5
Pastagens Plantadas	225 193	191 711	239 592	-14,9	6,4	25
Matas Naturais	376 357	334 736	305 594	-11,1	-18,8	-8,7
Matas Plantadas	60 932	87 792	126 018	44,1	106,8	43,5
Terrenos Ociosos	202 910	201 393	129 356	-0,7	-36,2	-35,8

FONTE: BGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1980, 1985 e 1995.

4.2. DINÂMICA POPULACIONAL

4.2.1 Evolução e distribuição espacial da população rural e urbana

A população da mesorregião Oeste de Santa Catarina, apesar da intensa urbanização ocorrida nos últimos anos, ainda é uma das mais acentuadamente rurais do país. Na contagem populacional de 1996, realizada pelo IBGE, a população rural dessa região representava ainda 43,7% da sua população total, contra 26,9% em Santa Catarina e 21,6% no Brasil. No Censo Demográfico de 2000 observou-se que a população rural relativa do oeste diminuiu no período 1996-2000, em torno de 15%, enquanto em Santa Catarina ela decresceu aproximadamente 21% e a brasileira, 13,5% (Tabela 11).

TABELA 11 - EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - SANTA CATARINA E BRASIL - 1980, 1991, 1996 e 2000

DENOMINAÇÃO	1980	1991	1996	2000
População Rural				
Mesorregião Oeste	63,44	49,29	43,73	37,1
Santa Catarina	40,62	29,36	26,87	21,25
Brasil	32,3	24,53	21,64	18,75
População Urbana				
Mesorregião Oeste	36,56	50,71	56,27	62,9
Santa Catarina	59,38	70,64	73,13	78,75
Brasil	67,7	75,47	78,36	81,25

FONTE: IBGE Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e Contagem Populacional de 1996.

A população urbana da região só suplantou a população rural durante a década de 80, enquanto no estado esse fenômeno ocorreu já na década de 70. Os dados censitários mostram que em 1980 apenas na microrregião de Joaçaba predominava a população urbana sobre a rural. Atualmente somente na microrregião de São Miguel do Oeste predomina a população rural so-

bre a urbana.

A tabela 12 mostra a evolução e as taxas de crescimento da população por situação de domicílio para as microrregiões do oeste de Santa Catarina. Como pode ser visualizado, entre 1980 e 1991 ocorreu um acelerado processo de urbanização na região. A população urbana cresceu a uma taxa média de 4,16% a.a., superando significativamente a média estadual, que foi de 3,69% a.a. Ao mesmo tempo e como parte do mesmo processo, a população rural apresentou uma taxa negativa de crescimento de 1,19%, contra 0,90% para o estado. Nesse período, a região experimentou um intenso êxodo rural, devido particularmente aos impactos da “modernização agrícola” sobre a agricultura familiar.

No primeiro quinquênio da década de 90

observa-se uma diminuição no ritmo de urbanização da região, embora no período o crescimento da população urbana tenha sido superior ao da estadual (2,62% a.a. contra 2,13% a.a., respectivamente). Por outro lado, o nível de desruralização aumentou, alcançando uma taxa negativa de 1,87%, a.a. no crescimento da população rural, enquanto que para Santa Catarina essa taxa foi de -0,35% a.a., o que sugere um deslocamento da população rural da região para outras regiões do estado (Tabela 12). A baixa taxa de crescimento da população total da

região em relação ao estado no seu todo atesta o movimento de “esvaziamento demográfico” relativo da região já a partir dos anos 80.

Entretanto, a evolução demográfica regional não ocorreu de forma homogênea na região, variando entre microrregiões e até mesmo entre municípios.

No período 1980-1991, a taxa de crescimento da população total nas microrregiões variou de 0,29% a.a. (MRG de São Miguel do Oeste) a 1,81% a.a. (MRG de Joaçaba). Apesar de desigual, esse crescimento ocorreu a taxas positivas, exclusivamente pelo aumento da população urbana, uma vez que todas as microrregiões apresentaram crescimento negativo de suas populações rurais (Tabela 12).

Os principais municípios responsáveis pelo crescimento da população total das microrregiões neste período foram: São Miguel do Oeste e Palma Sola, na MRG de São Miguel do Oeste; Chapecó e Maravilha, na MRG de Chapecó; Concórdia, Seara e Irani, na MRG de Concórdia; Abelardo Luz, Xanxerê e Xaxim, na MRG de Xanxerê; Caçador, Fraiburgo, Videira, Joaçaba e Capinzal, na MRG de Joaçaba (Tabela 13).

A taxa média anual de crescimento da população total variou de -0,87% na MRG de São Miguel do Oeste a 1,35% na MRG de Joaçaba. Das cinco microrregiões geográficas que compõem a região Oeste, duas apresentaram crescimento negativo da população (São Miguel do Oeste e Concórdia) e apenas a microrregião de Xanxerê teve taxa de crescimento populacional superior ao período anterior (1980-1991), mesmo assim inferior à média estadual do período.

Desse modo, fica evidente a aceleração do processo de esvaziamento populacional relativo da região Oeste Catarinense nos últimos anos, com a preocupante redução absoluta da população residente em muitos dos municípios ali localizados. Em algumas das microrregiões, a perda de população rural foi maior que o acréscimo da população urbana na maioria dos municípios.

A comparação dos dados do censo demográfico de 1991 com a contagem populacional de 1996 revela que nas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó e Concórdia todos os municípios apresentaram

perda absoluta da população total, com exceção dos municípios de Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste e São João do Oeste, na MRG de São Miguel do Oeste; Chapecó, São Lourenço do Oeste, Águas Frias, Nova Itaberaba, Maravilha, Pinhalzinho, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Nova Erechim, na MRG de Chapecó; Seara, Irani, Itá, Presidente Castelo Branco, na MRG de Concórdia (Tabela 13). Já na MRG de Xanxerê, esta perda ocorreu em apenas 5 dos 17 municípios: São Domingos, Marema, Ouro Verde, Galvão e Xanxerê. O mesmo ocorreu em 8 dos 24 municípios da MRG de Joaçaba: Tangará, Ouro, Água Doce, Erval Velho, Arroio Trinta, Jaborá, Macieira e Catanduvas (Tabela 13).

Na MRG de São Miguel do Oeste, os municípios de Romelândia, Anchieta e São José do Cedro, juntos, sofreram uma perda populacional de 4.616 pessoas, correspondendo a 51,7% da perda populacional total sofrida por essa microrregião. Destaca-se que o município de Dionísio Cerqueira, que sofreu uma perda relativa da sua população total de 14,4% no período 1980-1991, começa a dar sinais de recuperação nos últimos anos. Na MRG de Concórdia, o município de Concórdia sozinho contribuiu com 38,0% da perda populacional total da microrregião.

Na MRG de Chapecó, apesar de se manter a importância dos municípios de Chapecó, São Lourenço do Oeste, Pinhalzinho e Maravilha na concentração da população microrregional, os municípios recém-emancipados de Águas Frias, Cordilheira Alta e Nova Itaberaba apresentaram um expressivo crescimento populacional. Já o município de Campo Erê, o segundo maior em população absoluta da microrregião, apesar do crescimento populacional observado no período 1980-1991, sofre uma significativa perda de população (14,8%) no período 1991-1996 (Tabela 13).

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 12 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, POR MICROREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DA PESQUISA - 1980, 1991, 1996 e 2000

MGR	POPULAÇÃO RESIDENTE				TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL			
	1980	1991	1996	2000	80 a 91	80 a 96	91 a 96	96 a 00
População Total								
São Miguel do Oeste	181.003	186.803	178.819	171.160		-0,08	-0,87	-1,09
Chapecô	300.565	340.495	352.726	361.345	1,14	1,01	0,71	0,61
Xanxerê	117.769	130.287	137.104	142.326	0,92	0,95	1,03	0,94
Concórdia	116.147	130.608	128.072	137.892	1,07	0,61	-0,39	1,86
Joaçaba	215.746	262.890	281.180	304.043	1,81	1,67	1,35	1,97
Região	931.230	1.051.083	1.077.901	1.116.766	1,11	0,92	0,51	0,89
Santa Catarina	3.627.933	4.541.994	4.875.244	5.356.360	2,06	1,86	1,43	2,38
Brasil	121.150.573	146.917.459	157.079.573	169.799.170	1,77	1,64	1,35	1,97
População Rural								
São Miguel do Oeste	129.912	120.366	104.057	89.394	-0,69	-1,38	-2,87	-3,72
Chapecô	193.510	168.256	150.265	128.292	-1,26	-1,57	-2,24	-3,88
Xanxerê	75.700	64.517	61.856	56.451	-1,44	-1,25	-0,84	-2,26
Concórdia	86.324	73.640	66.283	60.283	-1,43	-1,64	-2,08	-2,35
Joaçaba	105.330	91.345	88.911	79.730	-1,29	-1,05	-0,54	-2,7
Região	590.776	518.124	471.372	414.150	-1,19	-1,4	-1,87	-3,18
Santa Catarina	1.473.695	1.333.457	1.310.114	1.138.429	-0,9	-0,73	-0,35	-3,45
Brasil	39.137.198	36.041.633	33.997.406	31.845.211	-0,75	-0,88	-1,16	-1,62
População Urbana								
São Miguel do Oeste	51.091	66.437	74.762	81.766	2,42	2,41	2,39	2,26
Chapecô	107.055	172.239	202.461	233.053	4,42	4,06	3,29	3,58
Xanxerê	42.069	65.770	75.248	85.875	4,15	3,7	2,73	3,38
Concórdia	29.823	56.968	61.789	77.609	6,06	4,66	1,64	5,86
Joaçaba	110.416	171.545	192.269	224.313	4,09	3,53	2,31	3,93
Região	340.454	532.959	606.529	702.616	4,16	3,68	2,62	3,75
Santa Catarina	2.154.238	3.208.537	3.565.130	4.217.931	3,69	3,2	2,13	4,29
Brasil	82.013.375	110.875.826	123.082.167	137.953.959	2,78	2,57	2,11	2,89

FONTE: BGE - Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e contagem populacional 1996.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 13 - POPULAÇÃO ABSOLUTA POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS - 1980, 1991 E 1996

M RG / M UNICÍPIO	TOTAL				RURAL				URBANA			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
M RG SÃO MIGUEL DO OESTE	181.003	186.803	178.819	171.160	129.912	120.366	104.057	89.394	51.091	66.437	74.762	81.766
Anchieta	10.113	9.599	8.060	7.133	7.221	7.214	5.659	4.690	2.892	2.385	2.401	2.443
Bandeirante***				3.177				2.426				741
Bana Bonita***				2.118				1.862				256
Belmonte *	3.732	3.349	3.003	2.588	3.259	2.738	2.245	1.636	473	611	758	952
Descanso	10.184	10.877	10.123	9.129	7.954	7.508	6.510	5.244	2.230	3.369	3.613	3.885
Dionísio Cerqueira	16.022	13.720	13.853	14.250	10.680	8.487	7.400	5.640	5.342	5.233	6.453	8.610
Guacaba	11.897	12.434	11.632	11.038	10.354	8.904	7.870	6.673	1.543	3.530	3.762	4.365
Guarujá do Sul	4.835	4.776	4.950	4.696	3.534	2.941	2.723	2.425	1.301	1.835	2.227	2.271
Itaó do Oeste **	7.448	7.718	7.914	7.877	6.038	5.496	5.072	5.026	1.410	2.222	2.842	2.851
Jupianga	14.565	15.236	14.996	13.998	11.059	10.700	9.492	8.616	3.506	4.536	5.504	5.382
Mondaí	9.981	10.158	10.048	8.728	6.906	6.611	5.931	4.679	3.075	3.547	4.117	4.049
Palmasoa	7.329	8.857	8.535	8.206	5.662	6.114	5.342	5.014	1.667	2.743	3.193	3.192
Paraíso *	5.932	5.387	5.164	4.796	5.217	4.524	4.015	3.494	715	863	1.149	1.302
Princesa***				2.613				2.045				568
Riqueza *	6.506	6.278	5.621	5.166	5.655	5.355	4.514	3.889	851	923	1.107	1.277
Romeirão	9.468	9.419	7.597	6.491	7.931	7.705	5.973	4.371	1.537	1.714	1.624	2.120
Santa Helena *	3.351	2.802	2.772	2.588	2.782	2.352	2.232	1.848	569	450	540	740
São João do Oeste *	6.065	6.119	6.561	5.789	5.383	5.295	5.200	4.295	682	824	1.361	1.494
São José do Cedro	17.881	17.673	16.418	13.678	13.349	11.843	10.348	7.019	4.532	5.830	6.070	6.659
São Miguel do Oeste	29.837	36.855	36.337	32.324	11.840	12.080	9.581	4.932	17.997	24.775	26.756	27.392
Tunápolis **	5.857	5.546	5.235	4.777	5.088	4.499	3.950	3.560	769	1.047	1.285	1.217
M RG - CHAPECÓ	300.565	340.495	352.726	361.345	193.510	168.256	150.265	128.292	107.055	172.239	202.461	233.053
Águas de Chapecó	6.611	6.443	6.410	5.782	5.821	4.559	4.024	3.580	790	1.884	2.386	2.202
Águas Frias *	3.295	1.959	2.938	2.525	3.001	1.595	2.455	2.008	294	364	483	517
Bom Jesus d'Oeste***				2.150				1.774				376
Cabi	7.291	7.428	7.045	6.354	5.742	5.073	3.983	3.294	1.549	2.355	3.062	3.060
Campo Erê	25.334	26.272	22.380	10.353	21.755	19.882	16.539	4.597	3.579	6.390	5.841	5.756
Caxambu do Sul	6.082	5.895	5.771	5.263	4.566	3.932	3.593	3.209	1.516	1.963	2.178	2.054
Chapecó	72.355	112.800	131.014	146.967	18.142	17.057	17.026	12.375	54.213	95.743	113.988	134.952
Cordilheira Alta *	2.877	2.506	2.872	3.093	2.502	2.080	2.399	2.790	375	426	473	303
Coronel Freitas	9.586	9.927	10.333	10.535	7.344	6.438	6.156	6.041	2.242	3.489	4.177	4.494
Cunha Porã	9.717	10.776	10.592	10.229	6.867	6.211	5.563	4.942	2.850	4.565	5.029	5.287
Cunhataí***				1.822				1.487				335
Flor do Sertão***				1.612				1.417				195
Fomosa do Sul**				2.725				1.834				891
Guatambu *	5.301	4.745	4.435	4.702	4.903	4.479	4.108	3.719	398	266	327	983
Iacemina **	6.335	5.727	5.168	4.592	5.759	4.585	3.964	3.370	576	1.142	1.204	1.222
Iati*	3.555	3.195	2.577	2.202	3.226	2.860	2.109	1.790	329	335	468	412
Jardópolis *	2.552	2.243	2.067	1.994	2.228	1.893	1.340	1.179	324	350	727	815
Maravilha	18.822	21.852	22.451	18.521	11.830	9.824	8.260	4.295	6.992	12.028	14.191	14.226

(continua)

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

(continuação)

M R G / M U N I C Í P I O	TOTAL				RURAL				URBANA			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
M R G - C H A P E C Ó	300.565	340.495	352.726	361.345	193.510	168.256	150.265	128.292	107.055	172.239	202.461	233.053
M odeb	6.156	5.914	5.762	3.930	4.821	3.930	3.552	1.729	1.335	1.984	2.210	2.201
Nova Erechim	3.252	3.114	3.411	3.543	2.184	1.826	1.846	1.823	1.068	1.288	1.565	1.720
Nova Itaberaba *	3.235	2.999	4.559	4.256	2.952	2.683	4.100	3.831	283	316	459	425
Novo Horizonte *	7.216	5.948	3.436	3.101	6.951	5.666	3.085	2.378	265	282	351	723
Palm tos	17.750	17.749	17.274	16.034	12.227	10.890	9.762	8.028	5.523	6.859	7.512	8.006
P nhazinho	9.944	10.673	11.172	12.356	4.747	3.978	3.472	3.043	5.197	6.695	7.700	9.313
P lanato Alegre *	2.928	2.637	2.572	2.452	2.665	2.208	2.017	1.713	263	429	555	739
Quibom bo	17.903	16.167	15.223	10.736	15.126	11.860	10.492	6.039	2.777	4.307	4.731	4.697
Salinho**				4.196				3.297				899
Sta.Terezinha Progr.**				3.416				2.990				426
Santiago do Sul**				1.696				1.175				521
São Bernardino**				3.140				2.611				529
São Carlos	11.624	12.230	11.989	9.364	7.970	7.275	6.317	4.017	3.654	4.955	5.672	5.347
São Lourenço Oeste	16.679	17.233	19.920	19.647	8.870	7.337	7.886	6.240	7.809	9.896	12.034	13.407
São M ij.Boa Vista *	3.419	2.255	2.175	2.018	3.201	2.112	1.911	1.687	218	143	264	331
Saudades	9.292	9.072	8.481	8.324	7.764	6.775	5.934	5.427	1.528	2.297	2.547	2.897
Sema A la **	3.137	3.861	3.437	3.330	2.725	3.147	2.634	2.129	412	714	803	1.201
SulBrasil*	4.589	3.884	3.552	3.116	4.165	3.344	2.799	2.372	424	540	753	744
Tijrihos				1.878				1.665				213
União do Oeste **	3.728	4.991	3.710	3.391	3.456	4.757	2.939	2.397	272	234	771	994
M R G - X A N X E R Ê	117.769	130.287	137.104	142.326	75.700	64.517	61.856	56.451	42.069	65.770	75.248	85.875
Abelardo Luz	10.150	13.563	13.593	16.440	6.723	8.137	7.266	9.212	3.427	5.426	6.327	7.228
Bom Jesus				2.046				1.057				989
Coronel Martins*	2.379	2.639	2.979	2.388	2.121	2.285	2.413	1.930	258	354	566	458
Entre R os				2.857				2.106				751
Faxhaldos Guedes	8.472	9.266	10.196	10.767	5.009	4.198	3.995	3.723	3.463	5.068	6.201	7.044
Galvão	7.978	7.069	6.529	4.235	6.116	4.442	3.626	1.741	1.862	2.627	2.903	2.494
Ituaçu *	2.339	1.833	5.702	6.122	2.083	1.287	4.987	5.155	256	546	715	967
Jupã				2.220				1.549				671
Lajado Grande *	1.783	1.172	1.543	1.572	1.535	942	1.260	1.096	248	230	283	476
M aem a **	7.022	6.644	5.569	2.651	5.990	5.288	4.128	1.710	1.032	1.356	1.441	941
Ouro Verde *	5.086	3.840	3.209	2.352	4.213	3.115	2.587	1.727	873	725	622	748
Passos Maia *	4.612	3.693	4.203	4.763	4.283	3.271	3.590	4.015	329	422	613	748
Ponte Serrada	7.729	8.566	10.408	10.561	4.491	3.437	4.755	3.331	3.238	5.129	5.653	7.230
São Domingos	11.657	11.454	9.585	9.540	8.576	6.707	4.441	4.110	3.081	4.747	5.144	5.430
Vargeão	2.843	2.784	3.519	3.526	2.083	1.681	2.159	2.146	760	1.103	1.360	1.380
Xanxerê	30.014	37.638	37.392	37.429	12.364	9.872	6.372	5.044	17.650	27.766	31.020	32.385
Xaxim	15.705	20.126	22.677	22.857	10.113	9.855	10.277	6.799	5.592	10.271	12.400	16.058

(continua)

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

(conclusão)

M R G / M U N I C Í P I O	TOTAL				RURAL				URBANA			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
M R G - CONCÓRDIA	116.147	130.608	128.072	137.892	86.324	73.640	66.283	60.283	29.823	56.968	61.789	77.609
Alto Bela Vista***				2.098				1.576				522
Ararutã *	4.364	4.319	3.848	4.160	3.990	3.859	3.212	3.189	374	460	636	971
Arvoredo *	3.065	2.730	2.451	2.305	2.811	2.497	2.061	1.894	254	233	390	411
Concórdia	49.979	60.019	58.502	63.058	31.419	24.208	21.778	17.804	18.560	35.811	36.724	45.254
Pinhal	4.892	4.765	4.565	4.979	4.066	3.554	3.276	2.765	826	1.211	1.289	2.214
Pumilão	7.108	7.253	6.869	6.907	6.005	5.453	4.978	4.423	1.103	1.800	1.891	2.484
Rani	6.268	7.600	7.943	8.602	5.707	4.309	4.085	3.544	561	3.291	3.858	5.058
Tá	7.808	8.426	8.548	6.764	6.740	6.504	6.336	3.342	1.068	1.922	2.212	3.422
Lindóia do Sul**	5.084	5.278	4.930	4.877	4.445	4.106	3.637	3.556	639	1.172	1.293	1.321
Paial***				2.052				1.793				259
Peritiba	2.736	3.189	3.178	3.230	2.231	2.137	2.047	1.913	505	1.052	1.131	1.317
Pinhalzinho	4.805	4.909	4.342	5.812	3.578	3.571	2.970	3.102	1.227	1.338	1.372	2.710
Pres. Castelo Branco	1.726	1.796	1.856	2.160	1.383	1.334	1.337	1.703	343	462	519	457
Seara	12.938	15.363	16.270	16.484	9.285	8.031	6.826	6.221	3.653	7.332	9.444	10.263
Xavantina	5.374	4.961	4.770	4.404	4.664	4.077	3.740	3.458	710	884	1.030	946
M R G - JOAÇABA	215.746	262.890	281.180	304.043	105.330	91.345	88.911	79.730	110.416	171.545	192.269	224.313
Água Doce	7.995	7.133	6.808	6.843	6.156	4.455	3.725	3.695	1.839	2.678	3.083	3.148
Amoib Trinta	2.945	3.335	3.520	3.490	1.917	1.803	1.637	1.393	1.028	1.532	1.883	2.097
Caçador	36.854	50.762	58.620	63.322	11.493	7.525	10.597	7.780	25.361	43.237	48.023	55.542
Calmon *	1.862	2.293	2.322	3.467	1.414	1.392	1.453	2.075	448	901	869	1.392
Capinzal	10.391	13.694	15.569	19.955	5.637	4.336	5.157	4.495	4.754	9.358	10.412	15.460
Catanduvas	4.349	6.959	6.863	8.291	2.574	2.528	2.240	2.987	1.775	4.431	4.623	5.304
Erval Velho	4.950	4.626	4.340	4.269	3.247	2.546	2.400	2.109	1.703	2.080	1.940	2.160
Fraburgo	15.034	26.649	30.265	32.948	6.037	6.964	5.763	5.325	8.997	19.685	24.502	27.623
Hervaldo Oeste	15.468	17.832	19.042	20.044	5.416	3.602	3.024	2.904	10.052	14.230	16.018	17.140
Itá***				1.955				1.454				501
Itaipava	4.211	3.936	3.782	3.587	3.439	2.941	2.536	2.347	772	995	1.246	1.240
Imaruí***				2.553				1.870				683
Jaborá	4.928	4.407	4.233	4.194	4.087	3.251	2.943	2.832	841	1.156	1.290	1.362
Joaçaba	24.717	28.139	28.346	24.066	5.480	4.928	4.055	2.378	19.237	23.211	24.291	21.688
Lacerdópolis	2.120	2.080	2.136	2.173	1.507	1.244	1.159	1.190	613	836	977	983
Lebon Régis	8.591	10.804	11.368	11.682	5.790	6.389	7.090	4.702	2.801	4.415	4.278	6.980
Luzerna***				5.572				1.608				3.964
Macieira *	2.414	1.922	1.802	1.900	2.167	1.667	1.445	1.596	247	255	357	304
Matos Costa	2.719	2.702	2.996	3.204	1.828	1.721	1.877	1.954	891	981	1.119	1.250
Ouro	5.802	6.977	6.509	7.419	4.269	3.889	3.230	3.254	1.533	3.088	3.279	4.165
Pinheiro Preto	2.161	2.374	2.680	2.729	1.489	1.585	1.854	1.588	672	789	826	1.141
Rio das Antas	5.451	5.753	5.814	6.129	4.191	3.916	3.803	3.903	1.260	1.837	2.011	2.226
Salto Veloso	3.319	3.510	3.790	3.910	1.586	1.377	1.228	1.076	1.733	2.133	2.562	2.834
Tangará	11.622	11.833	10.969	4.233	8.451	7.750	6.735	4.521	3.171	4.083	4.234	4.233
Treze Tilas	3.545	4.027	4.530	4.840	2.219	2.239	2.072	1.933	1.326	1.788	2.458	2.907
Vargem Bonita *	6.147	5.221	5.537	5.158	5.436	4.609	3.912	2.959	711	612	1.625	2.199
Vitória	28.151	35.922	39.339	41.589	9.500	8.688	8.976	5.802	18.651	27.234	30.363	35.787

FONTE: IBGE Censos Demográficos-1980, 1991 e 2000; Contagem populacional 1996.

*Municípios político-administrativos em funcionamento a partir de 1980.

**Municípios político-administrativos em funcionamento a partir de 1991.

***Municípios político-administrativos em funcionamento a partir de 1995.

Na MRG de Joaçaba mantém-se a importância dos municípios de Caçador, Fraiburgo, Videira, Capinzal, Joaçaba e Herval do Oeste no crescimento populacional microrregional. Perda de população total foi observada nos municípios de Água Doce, Erval Velho, Ibicaré, Jaborá, Macieira, Catanduvras, Ouro e Tangará (Tabela 13).

As MRGs de São Miguel do Oeste e Concórdia foram as únicas a diminuir, no período 1980-1996, a participação relativa da população total na mesorregião do Oeste Catarinense, passando de 19,4% e 12,5% para 16,6% e 11,9%, respectivamente (Tabela 14).

A população urbana da região cresceu de forma acentuada no período 1980-1991. A taxa de crescimento anual atingiu 4,16%, resultando num crescimento de 56,5% da população urbana regional no período. A menor taxa de crescimento da população urbana foi observada na MRG de São Miguel do Oeste (2,42%); a maior, na MRG de Concórdia (6,06%). Apenas a MRG de São Miguel do Oeste apresentou taxa de crescimento urbano inferior à taxa média estadual (Tabela 12)

Na MRG de São Miguel do Oeste, com exceção de Anchieta e Dionísio Cerqueira, todos os municípios apresentaram aumento da população urbana no período.

Os municípios de São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Descanso, Palma Sola e Itapiranga foram responsáveis por 86,7% do aumento dessa população; na MRG de Chapecó, o aumento da população urbana dos municípios de Chapecó, Maravilha, Campo Erê e São Lourenço do Oeste resultou no aumento de 79% da população urbana da microrregião; na MRG de Concórdia, a participação da população urbana de Concórdia, Seara e Irani representou 87,2% da população urbana microrregional em 1991; na MRG de Xanxerê, a população urbana dos municípios de Xanxerê, Xaxim, Abelardo Luz e Ponte Serrada representou 78,8% da população urbana microrregional; por fim, na MRG de Joaçaba, a população urbana dos municípios de Caçador, Fraiburgo e Videira representa 60,8% da população urbana microrregional (Tabelas 13 a 18).

No primeiro quinquênio da década de 90, a população urbana da mesorregião Oeste apresentou um aumento relativo de 13,8% e uma taxa média de crescimento anual de 2,62%. Este crescimento foi menor que o observado no período anterior (3,68%), acompanhando a

TABELA 14 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE, ABSOLUTA E POPULAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DA PESQUISA - 1980, 1991, 1996 e 2000

MGR	POPULAÇÃO TOTAL ABSOLUTA				POPULAÇÃO TOTAL RELATIVA			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
São Miguel do Oeste	181.003	186.803	178.819	171.160	19,44	17,77	16,59	15,33
Chapecó	300.565	340.495	352.726	361.345	32,28	32,39	32,72	32,36
Xanxerê	117.769	130.287	137.104	142.326	12,65	12,4	12,72	12,74
Concórdia	116.147	130.608	128.072	137.892	12,47	12,43	11,88	12,35
Joaçaba	215.746	262.890	281.180	304.043	23,17	25,01	26,09	27,22
Mesorregião Oeste Catarinense	931.230	1.051.083	1.077.901	1.116.766	100	100	100	100

FONTES: IBGE Censos Demográficos - 1980, 1991 e 2000; Contagem populacional, 1996.

mesma tendência verificada no estado de Santa Catarina. Em todas as microrregiões foi observada uma redução da taxa de crescimento da população urbana; a menor ficou com a MRG de Concórdia (1,64%), inferior, inclusive, à taxa média estadual (2,13%). A maior taxa foi verificada na MRG de Chapecó (3,29%).

Na mesorregião Oeste, praticamente todos os municípios apresentaram aumento absoluto de suas populações urbanas, com exceção dos municípios de Romelândia (MRG de São Miguel do Oeste), Campo Erê (MRG de Chapecó), Ouro Verde (MRG de Xanxerê), Calmon, Erval Velho e Lebon Régis (MRG de Joaçaba) (Tabelas 13 a 18).

Na MRG de São Miguel do Oeste, 49,5% do aumento populacional do período 1991-1996 se concentrou nos municípios de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Itapiranga. O município de Dionísio Cerqueira, após perder 2,0% de sua população urbana entre 1980 e 1991, apresentou um extraordinário crescimento (23,3%) no período 1991-1996.

Na MRG de Chapecó, os municípios de Chapecó, Maravilha, São Lourenço do Oeste e Pinhalzinho foram responsáveis por 76,5% do crescimento urbano da microrregião. Na MRG de Concórdia, todos os municípios, sem exceção, apresentaram aumento de suas populações urbanas, ficando 74,5% deste crescimento concentrado nos municípios de Presidente Castelo Branco, Concórdia e Irani.

Na MRG de Xanxerê, os municípios de Xanxerê, Xaxim e Faxinal dos Guedes detiveram 68% do crescimento populacional urbano. Na MRG de Joaçaba, apenas nos municípios de Caçador, Fraiburgo e Videira se concentra 60,5% do aumento populacional urbano.

Percebe-se, assim, que a população urbana da mesorregião Oeste continuou concentrada nos municípios que já eram mais populosos no período anterior, acentuando o processo

de polarização demográfica. As microrregiões de Chapecó e Joaçaba concentram aproximadamente 65% da população mesorregional. A concentração demográfica vem acompanhando as tendências de polarização econômica, com concentração dos investimentos industriais nas cidades-pólo, atraindo os contingentes populacionais que se põem em movimento em busca de novas oportunidades de emprego⁵. Dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina mostram que em 1996 75% dos empregos oferecidos por empresas do setor primário e secundário da região Oeste se concentravam em 14 municípios, a saber: Chapecó, Caçador, Concórdia, Fraiburgo, Videira, Capinzal, Xaxim, Seara, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Faxinal dos Guedes e Maravilha.

Na população rural, no período 1980-1991, todas as microrregiões da região Oeste apresentaram taxas negativas de crescimento, variando de -0,69% na MRG de São Miguel do Oeste, a -1,44% na MRG de Xanxerê. Estas taxas continuaram negativas no período 1991 a 1996, variando de -0,54% na MRG de Joaçaba a -2,87% na MRG de São Miguel do Oeste. A taxa média de decréscimo da população rural da região foi ainda maior no período de 1991 a 1996 em relação ao período 1980-1991 (-1,87% contra 1,40%).

Quase todos os municípios da região apresentaram perda da população rural no período 1980-1991, exceto São Miguel do Oeste, Palma Sola, Abelardo Luz, Fraiburgo, Lebon Régis, Pinheiro Preto e Treze Tílias. Também no período 1991-1996 a população rural decresceu na maioria dos municípios da região. Do total de 116 municípios existentes em 1996, apenas 19 apresentaram aumento da população rural neste período, quais sejam: Águas Frias, São Lourenço do Oeste, Cordilheira Alta, Nova Erechim, Presidente Castelo Branco, Ipuacu, Ponte Serrada, Vargeão, Xaxim, Passos Maia, Lageado Grande, Coronel Martins, Caçador, Capinzal, Lebon Régis, Videira, Pinheiro Preto, Matos Costa e Calmon.

Como resultado deste intenso movimento migratório e de êxodo rural, a região Oeste perdeu, no período 1980 a 1996, 119.404 pessoas do meio rural (20,2% de sua população rural); 57,9% desta perda ocorreu nas microrregiões Chapecó e São Miguel do Oeste (Tabela 12). As tabelas 15 e 16 mostram a evolução da população rural nesse período. Ressalta-se o intenso aumento da evazão rural ocorrida na MRG de São Miguel do Oeste nos primeiros cinco anos da década de 90, assim como a contenção dessa evazão nas MRGs de Xanxerê e Joaçaba. Excetuando a MRG de São Miguel do Oeste, em todas as microrregiões geográficas do oeste

catarinense, de cada dez pessoas residentes no meio rural em 1980, pelo menos 1,3 das pessoas deixou o campo até 1996.

Se considerarmos uma taxa de crescimento vegetativo da população rural regional semelhante à taxa estadual, pode-se deduzir que de cada dez habitantes do meio rural do oeste de Santa Catarina em 1980 pelo menos três abandonaram o campo nos últimos 16 anos. Este ritmo por si só é preocupante. Mas o problema é ainda agravado pelo movimento de polarização demográfica na região e de saída de pessoas para outras regiões do estado e para outros estados da federação, o que mostra indícios claros

TABELA 15 - DIFERENÇA ABSOLUTA DA POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DA PESQUISA - 1980, 1991, 1996 e 2000

MGR	PERDA ABSOLUTA				PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PERDA			
	1991-80	1996-80	1996-91	1996-00	1991-80	1996-80	1996-91	1996-00
São Miguel do Oeste	-9546	-25855	-16309	-14663	13,14	21,65	34,88	25,62
Chapecó	-25254	-43245	-17991	-21973	34,76	36,22	38,48	38,4
Xanxerê	-11183	-13844	-2661	-5405	15,39	11,59	5,69	9,45
Concórdia	-12684	-20041	-7357	-6000	17,46	16,78	15,74	10,49
Joaçaba	-13985	-16419	-2434	-9181	19,25	13,75	5,21	16,04
Mesoregião Oeste Cat.	-72652	-119404	-46752	-57222	100	100	100	100

FONTE: IBGE - Censos Demográficos - 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional-1996.

TABELA 16 - POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E PERDA RELATIVA, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DA PESQUISA - 1980, 1991, 1996 e 2000

MGR	POPULAÇÃO RURAL ABSOLUTA				PERDA RELATIVA MICRORREGIONAL			
	1980	1991	1996	2000	1991/1980	1996/1980	1996/1991	2000/1996
São Miguel do Oeste	129.912	120.366	104.057	89.394	-7,35	-19,90	-13,55	-14,10
Chapecó	193.510	168.256	150.265	128.292	-13,05	-22,35	-10,69	-14,62
Xanxerê	75.700	64.517	61.856	56.451	-14,77	-18,29	-4,12	-8,74
Concórdia	86.324	73.640	66.283	60.283	-14,69	-23,22	-9,99	-9,05
Joaçaba	105.330	91.345	88.911	79.730	-13,28	-15,59	-2,66	-10,33
Mesoregião Oeste Cat.	590.776	518.124	471.372	414.150	-12,30	-20,21	-9,02	-12,14

FONTE: IBGE - Censos Demográficos-1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional-1996.

de um processo de depressão econômica em várias subregiões do oeste catarinense.

No período 1991-2000 a taxa anual de crescimento populacional da Região Oeste Catarinense situou-se em 0,68%, bastante abaixo da catarinense, que foi de 1,85%. A MRG de São Miguel do Oeste decresceu 0,96% ao ano havendo somente quatro municípios com valores positivos, entre eles São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. A MRG de Concórdia cresceu 0,60% ao ano com Concórdia, Seara e Irani liderando o crescimento. Chapecó, São Lourenço do Oeste e Pinhalzinho foram os municípios que mais contribuíram para o crescimento de 0,66% ao ano da MRG de Chapecó. Ipuçu, Xanxerê, Abelardo Luz e Xaxim foram os que mais auxiliaram a MRG de Xanxerê a crescer a uma taxa anual de 0,99%. A MRG de Joaçaba foi a que mais cresceu (1,63% a.a), graças, principalmente, à expansão populacional de Caçador, Videira, Fraiburgo, Capinzal e Herval do Oeste.

O processo de esvaziamento populacional relativo foi maior no período 1991 - 2000, com crescimento de apenas 0,68% ao ano, bem menor que na década anterior, 1980 - 1991, onde o crescimento anual regional foi de 1,1%.

No período 1991-2000, a diminuição populacional foi verificada em 60,5% dos municípios da MRG de Chapecó, sobressaindo os decréscimos de União do Oeste, Campo Erê, Flor do Sertão, Irati, Saltinho e São Carlos; na MRG de Concórdia, a diminuição foi de 46,7% dos municípios, entre os quais Alto Bela Vista, Arvoredo e Xavantina. Na MRG de Joaçaba, o percentual do número de municípios que perderam população foi menor, apenas 25,9%, ocorrendo principalmente em Tangará, Ibicaré e Erval Velho; já na MRG de São Miguel do Oeste, o decréscimo elevou-se para 81% do número de municípios, ressaltando-se Bandeirante, Romelândia, Princesa, Belmonte e Anchieta entre outros. Também não foi baixo o percentual na

MRG de Xanxerê, 58,8% do número de municípios sobressaindo Bom Jesus, Ouro Verde e São Domingos.

Saliente-se que um grande número de municípios teve a sua população diminuída pela emancipação de seus distritos, que se tornaram municípios no período em análise.

4.2.2. Demografia Rural

A densidade demográfica rural da região (população rural/área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas) é de 25,78 habitantes por km², enquanto em Santa Catarina é de 19,62 habitantes por km². A densidade demográfica rural é bem maior nas microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia, em relação às microrregiões de Xanxerê e Joaçaba (Tabela 17).

A pressão sobre o uso da terra, além de diferenciada, tem apresentado sérias "implicações quanto à viabilidade da ocupação econômica da mão-de-obra existente na atividade agrícola, pois há claramente um limite na disponibilidade de recursos naturais, se comparada com o número de pessoas que dependem da atividade agrícola para viver" (PBDE/Amosc, 1996).

Este limite se refere principalmente à aptidão de uso das terras. Segundo estudos elaborados pela Epagri, no espaço demarcado pelas microrregiões de Xanxerê, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste (Unidade de Planejamento Regional n. 1 da Epagri), predominam as classes 3 e 4 de aptidão de uso das terras. Ou seja, a maioria das terras localizadas nessa região apresenta alto risco de degradação ou limitações fortes para utilização com culturas anuais; riscos de degradação e/ou limitações permanentes severas. A forte pressão sobre seu uso vem causando efeitos nocivos ao ambiente pela exploração inadequada dos recursos naturais, ameaçando, inclusive, a viabilidade econômica das atividades agrícolas.

TABELA 17 - POPULAÇÃO RURAL, ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E DENSIDADE DEMOGRÁFICA RURAL

MRG	POPULAÇÃO RURAL		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (km ²)		DENSIDADE (ha. p/ km ²)	
	1980	1996	1980	1996	1980	1996
São Miguel do Oeste	129.912	104.057	3.561	3.556	36,48	29,26
Chapecó	193.510	150.265	5.542	5.132	34,92	29,28
Xanxerê	75.700	61.856	4.655	3.782	16,26	16,35
Concórdia	86.324	66.283	2.842	2.569	30,38	25,8
Joaçaba	105.330	88.911	7.632	6.594	13,8	13,48
Região	590.776	471.372	20.884	18.285	28,29	25,78
Santa Catarina	1.473.695	1.297.720	74.738	66.128	19,72	19,62

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Santa Catarina – 1980 e 2000 e Contagem Populacional-1996.

A alta densidade da população rural (aliada às condições naturais desfavoráveis para a atividade agrícola e a conseqüente penosidade e baixa produtividade do trabalho devido à dificuldade de mecanização da lavoura) tem sido apontada como um dos fatores que têm colocado limites à viabilidade socioeconômica de um número cada vez maior de famílias de agricultores da região. Contudo, a pressão sobre o uso da terra é diferenciada nas microrregiões do oeste. A microrregião de Joaçaba apresenta a menor densidade demográfica da região, menor, inclusive, que a média estadual. Além disso, boa parte de suas terras é apta para as atividades agrícolas ali desenvolvidas. Predominam nessa microrregião as classes 2 e 3 de aptidão de uso das terras, apresentando limitações moderadas para sua utilização com culturas anuais e/ou riscos moderados de degradação, com aptidão regular para fruticultura e boa para pastagem e reflorestamento.

Comparando-se a densidade demográfica rural nos anos de 1980 e 1996, percebe-se que a região Oeste apresentou uma diminuição importante em relação ao estado de Santa Catarina, principalmente devido ao significativo esvaziamento demográfico apresentado pelas

microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia, embora estas ainda concentrem a maior parte da população rural da região. Isto pode ser um indicativo de um intenso predomínio do êxodo rural nessas microrregiões. Como resultado, a participação relativa de suas populações rurais na população rural da região vem diminuindo nos últimos anos, enquanto as microrregiões de Xanxerê e Joaçaba vêm aumentando significativamente tal participação (Tabela 18).

Desse modo, o êxodo rural na região Oeste intensificou-se no primeiro quinquênio da década de 90, concentrando-se principalmente nas MRGs de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia. Nas duas últimas, a intensa desruralização vem ocorrendo sem um correspondente aumento da taxa de crescimento da população urbana, o que indica que parte significativa da população rural migra para outras regiões. Nas MRGs de Xanxerê e Joaçaba, parece estar havendo uma maior contenção do êxodo rural, a julgar pela redução das taxas de redução da população rural.

O ritmo de urbanização das principais cidades da região vem diminuindo pelo esgotamento da capacidade urbana de absorver os contin-

TABELA 18 - POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE, ABSOLUTA E POPULAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DA PESQUISA - 1980, 1991, 1996 e 2000

MGR	POPULAÇÃO RURAL ABSOLUTA				POPULAÇÃO RURAL RELATIVA			
	1980	1991	1996	2000	1980	1991	1996	2000
São Miguel do Oeste	129.912	120.366	104.057	89.394	21,99	23,23	22,08	21,58
Chapecó	193.510	168.256	150.265	128.292	32,76	32,47	31,88	30,98
Xanxerê	75.700	64.517	61.856	56.451	12,81	12,45	13,12	13,63
Concórdia	86.324	73.640	66.283	60.283	14,61	14,21	14,06	14,56
Joaçaba	105.330	91.345	88.911	79.730	17,83	17,63	18,86	19,25
Mesoregião Oeste Cat.	590.776	518.124	471.372	414.150	100	100	100	100

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 1980, 1991 e 2000; Contagem populacional, 1996.

gentes populacionais que saem do meio rural, fazendo com que grande parte dessas pessoas se dirija para outras regiões do estado.

A população rural, no período de 1991 a 2000 na mesoregião Oeste Catarinense, decresceu a uma taxa anual de 2,45%. Na MRG de Chapecó, esta diminuição foi de 2,97% ao ano, sobressaindo a queda nos municípios de Campo Erê, União do Oeste, São Carlos Chapecó, Quilombo e Palmitos dentre os principais; por outro lado, observou-se crescimento da população rural, principalmente, em Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Águas Frias e Bom Jesus do Oeste. Na MRG de Concórdia o decréscimo anual da população rural foi de 2,2%, ressaltando-se os municípios de Concórdia, Seara, Itá, Ipumirim e Alto Bela Vista; inversamente, houve acréscimo apenas em Presidente Castelo Branco e Paial.

Na MRG de Joaçaba houve uma queda anual menor da população rural, situando-se em 1,5%, com evidências, principalmente, em Tangará, Lebon Régis, Fraiburgo, Vargem Bonita e Videira; por outro observou-se aumento desta população em seis municípios da MRG sobressaindo-se Calmon, Iomerê e Catanduvas.

Verificou-se uma acentuada diminuição (de 3,25% ao ano) da população rural na maioria dos municípios da MRG de São Miguel do Oeste sendo exceção Barra Bonita com pequeno aumento. As maiores diminuições absolutas se deram em Romelândia, Dionísio Cerqueira, Anchieta, Descanso, Guaraciaba e Itapiranga todos com decréscimos acima de dois mil habitantes no período.

Finalmente, a MRG de Xanxerê teve a menor perda de população rural da região; a taxa negativa anual foi de 1,47%, próxima à de Joaçaba; constatou-se que 70,6% dos municípios tiveram sua população diminuída, liderando esta ocorrência os municípios de Xaxim, São Domingos, Bom Jesus, Ouro Verde e Xanxerê; inversamente Ipuaçu teve sua população rural quadruplicada, se se tomar como base a população distrital de Ipuaçu em 1991, então distrito de Abelardo Luz e partindo da premissa de que a área rural do município tenha permanecido a mesma da do distrito, o que, provavelmente, não deve ter ocorrido; além de Ipuaçu, cresceu também a população rural de Abelardo Luz, Passos Maia, Vargeão e Lajeado Grande.

4.2.3. Composição da População Rural por Gênero e Idade

A região Oeste apresentou um aumento de 15,8% de sua população no período 1980-1996. Embora a população masculina continue maior que a feminina, esta diferença foi reduzida ligeiramente no período (Tabela 19).

A participação da população feminina na população urbana é maior que a masculina, tendo aumentado no período mencionado. O inverso pode ser dito em relação à população rural, onde o sexo masculino ampliou sua participação para 52,2% da população rural regional em 1996. No período 1996-2000 não se verificou grandes modificações nesta assertiva (Tabela 20).

Como mostra a tabela 19, a microrregião de São Miguel do Oeste foi a única a apresentar

redução de sua população total. Entretanto, esta redução ocorreu especificamente pela diminuição do número de pessoas do sexo masculino.

Nas populações urbanas das microrregiões, a participação do sexo feminino é superior à do sexo masculino. Com exceção da MRG de Concórdia, a participação relativa do sexo feminino na população urbana vem aumentando em todas as microrregiões.

Com relação à população rural, observa-se que a participação do sexo masculino vem-se mantendo significativamente superior à do sexo feminino na composição populacional, em conformidade com a situação estadual. Considerando-se a diferença absoluta da população dos dois sexos no período mencionado, percebe-se que nas microrregiões de São Miguel do

TABELA 19 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO OESTE CATARINENSE - 1980, 1996 e 2000.

ANO/MRG	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1980									
SMO	181.003	93.247	87.756	51.091	25.485	25.606	129.912	67.762	62.150
Chapecó	300.565	153.039	147.526	107.055	52.851	54.204	193.510	100.188	93.322
Xanxerê	117.769	59.713	58.056	42.069	20.723	21.346	75.700	38.990	36.710
Concórdia	116.147	59.119	57.028	29.823	14.524	15.299	86.324	44.595	41.729
Joaçaba	215.746	108.798	106.948	110.416	54.201	56.215	105.330	54.597	50.733
TOTAL	931.230	473.916	457.314	340.454	167.784	172.670	590.776	306.132	284.644
1996									
SMO	178.819	90.988	87.831	74.762	36.715	38.047	104.057	54.273	49.784
Chapecó	352.726	177.904	174.822	202.461	99.108	103.353	150.265	78.796	71.469
Xanxerê	137.104	68.963	68.141	75.248	36.921	38.327	61.856	32.042	29.814
Concórdia	128.072	65.035	63.037	61.789	30.472	31.317	66.283	34.563	31.720
Joaçaba	281.180	140.831	140.349	192.269	94.461	97.808	88.911	46.370	42.541
TOTAL	1.077.901	543.721	534.180	606.529	297.677	308.852	471.372	246.044	225.328
2000									
SMO	171.160	86.419	84.741	81.766	39.827	41.939	89.394	46.592	42.802
Chapecó	361.345	181.378	179.967	233.053	114.388	118.665	128.292	66.990	61.302
Xanxerê	142.326	71.455	70.871	85.875	42.055	43.820	56.451	29.400	27.051
Concórdia	137.892	69.860	68.032	77.609	38.158	39.451	60.283	31.702	28.581
Joaçaba	304.043	152.198	151.845	224.313	110.502	113.811	79.730	41.696	38.034
TOTAL	1.116.766	561.310	555.456	702.616	344.930	357.686	414.150	216.380	197.770

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1980, 1991 e 2000; Contagem populacional, 1996.

TABELA 20 - COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NAS MRGS DO OESTE CATARINENSE - 1980, 1991 e 2000

MRG	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1980									
SM O	100	51,5	48,5	100	49,9	50,1	100	52,2	47,8
Chapecó	100	50,9	49,1	100	49,4	50,6	100	51,8	48,2
Xanxerê	100	50,7	49,3	100	49,3	50,7	100	51,5	48,5
Concórdia	100	50,9	49,1	100	48,7	51,3	100	51,7	48,3
Joaçaba	100	50,4	49,6	100	49,1	50,9	100	51,8	48,2
TOTAL	100	50,9	49,1	100	49,3	50,7	100	51,8	48,2
1991									
SM O	100	50,9	49,1	100	49,1	50,9	100	52,2	47,8
Chapecó	100	50,4	49,6	100	49,0	51,0	100	52,4	47,6
Xanxerê	100	50,3	49,7	100	49,1	50,9	100	51,8	48,2
Concórdia	100	50,8	49,2	100	49,3	50,7	100	52,1	47,9
Joaçaba	100	50,1	49,9	100	49,1	50,9	100	52,2	47,8
TOTAL	100	50,4	49,6	100	49,1	50,9	100	52,2	47,8
2000									
SM O	100	50,5	49,5	100	48,7	51,3	100	52,1	47,9
Chapecó	100	50,2	49,8	100	49,1	50,9	100	52,2	47,8
Xanxerê	100	50,2	49,8	100	49,0	51,0	100	52,1	47,9
Concórdia	100	50,7	49,3	100	49,2	50,8	100	52,6	47,4
Joaçaba	100	50,1	49,9	100	49,3	50,7	100	52,3	47,7
TOTAL	100	50,3	49,7	100	49,1	50,9	100	52,2	47,8

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, 1980, 1991 e 2000.

Oeste, Concórdia e Joaçaba, ocorreu uma perda da população do sexo masculino, ligeiramente maior que a do sexo feminino. Já nas microrregiões de Chapecó e Xanxerê ocorre o inverso.

Salienta-se que, embora a participação relativa do sexo feminino na população rural venha diminuindo ligeiramente no decorrer dos anos, aumenta a do sexo masculino; é temerário afirmar-se que há uma tendência clara de "masculinização" da população rural da região. De qualquer modo, pode-se constatar que, enquanto a proporção de mulheres aumenta nas cidades, no meio rural é o contingente masculino que vem ganhando representatividade.

"A idéia de que as moças migram mais pela eventual maior receptividade do mercado de trabalho urbano nem sempre é verdadeira. Em

algumas situações, a saída do campo pode estar ligada a dinâmicas intra-familiares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada." (Abramovay e Camarano, 1997: 10).

No período de 1996 a 2000, a MRG de São Miguel do Oeste teve sua população total diminuída, tanto a masculina como a feminina, como resultado da redução, de ambos os sexos, da população rural; este decréscimo da população rural também ocorreu em todas as microrregiões geográficas e, conseqüentemente, na mesorregião Oeste Catarinense.

A alteração mais significativa na composição populacional da região Oeste ocorreu entre as faixas etárias.

Entre 1980 e 1991, a população regional situada na faixa de 0 a 24 anos diminuiu em termos absolutos, enquanto a população com mais de 24 anos cresceu 45%. Isto resultou num decréscimo da participação da população mais jovem na população total de 62,8% para 53,9 % e num aumento relativo da população de mais de 25 anos de 37,2% para 46,1% (Tabelas 21 e 22). Este processo de envelhecimento relativo da população regional no período ocorreu tanto com a população urbana quanto com a rural, acompanhando a dinâmica demográfica brasileira no período.

As tabelas 21 a 23 mostram a estrutura etária da população da região em 1980,1991 e 2000, por microrregião geográfica, segundo a situação de domicílio. Se se considerarem o crescimento vegetativo e as mudanças de faixas etárias da população no período, do confronto entre essas tabelas pode-se deduzir que embora o êxodo rural tenha ocorrido em todas as faixas de idade, foi bem mais intensa no intervalo de 10 a 30 anos. Ou seja, as mudanças na composição etária da população rural no período 1980-1991 evidenciam que cada vez mais são os jovens em idade escolar e as famílias jovens que deixam o campo na região Oeste Catarinense. O mesmo foi verificado no período 1991 a 2000, de forma mais acentuada que nos períodos anteriormente analisados, quando as pessoas com idade até 24 anos não atingia 50% da população; em 2000, com exceção da população rural da MRG de Xanxerê, esta faixa etária não atinge a metade da população total, o que indica um envelhecimento da população tanto da região Oeste como da de Santa Catarina.

A ordem de grandeza com que vem ocorrendo o fenômeno da migração, estudo recente elaborado pelo CPPP/USP (Abramovay, 1997) confirma o crescimento dessa tendência na região, qual seja, o rejuvenescimento crescente do fluxo migratório na região Oeste, que, somado à queda da taxa de natalidade, vem contribuindo

para o agravamento do processo de envelhecimento da população rural regional.

No período de 1991 a 2000 observou-se uma diminuição da população rural em praticamente todos os estratos etários abaixo dos 40 anos, acontecendo o inverso com a população mais idosa em todas as microrregiões geográficas, o que evidencia um envelhecimento principalmente da população rural do Oeste Catarinense.

4.3. SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA PREDOMINANTES

O nível de detalhamento das variáveis divulgadas pelo IBGE, no Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1995-1996, não permite quantificar os diversos sistemas de produção existentes, seja pela combinação das atividades, seja pelo tamanho ou escala de produção. A tipificação das propriedades do oeste catarinense, efetuada pelo Instituto Cepa/SC com os dados do Censo Agropecuário de 1985, não mais reflete a realidade devido às grandes transformações ocorridas nos sistemas produtivos no decorrer dos últimos dez anos.

As informações sobre os principais sistemas de produção modelados pela Epagri (Testa et al., 1996), com base em pesquisas realizadas no município de Saudades e junto à cooperativa de São Miguel do Oeste, mostram a predominância dos sistemas que combinam as explorações de milho, fumo, feijão, suíno e leite (Tabelas 27 e 28). Essas cinco explorações agrícolas combinadas geram oito sistemas de produção. Os quatro sistemas que combinam duas explorações são adotados por 58,19% dos estabelecimentos agrícolas e os quatro sistemas que combinam três explorações são adotados por 19,26% dos estabelecimentos, totalizando 77,45% dos estabelecimentos da amostra. Para efeito de agrupamento dos sistemas, foram

TABELA 21 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1980

MRG	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS	%		
					TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS
São Miguel do Oeste	Total	181.003	116.664	64.339	100	64,45	35,55
	Rural	129.912	85.363	44.549	100	65,71	34,29
	Urbana	51.091	31.301	19.790	100	61,27	38,73
Chapecó	Total	300.565	192.016	108.549	100	63,89	36,11
	Rural	193.510	125.995	67.515	100	65,11	34,89
	Urbana	107.055	66.021	41.034	100	61,67	38,33
Xanxerê	Total	117.769	75.573	42.196	100	64,17	35,83
	Rural	75.700	49.760	25.940	100	65,73	34,27
	Urbana	42.069	25.813	16.256	100	61,36	38,64
Concórdia	Total	116.147	70.386	45.761	100	60,6	39,4
	Rural	86.324	53.158	33.166	100	61,58	38,42
	Urbana	29.823	17.228	12.595	100	57,77	42,23
Joaçaba	Total	215.746	130.635	85.111	100	60,55	39,45
	Rural	105.330	65.420	39.910	100	62,11	37,89
	Urbana	110.416	65.215	45.201	100	59,06	40,94
Oeste	Total	931.230	585.274	345.956	100	62,85	37,15
	Rural	590.776	379.696	211.080	100	64,27	35,73
	Urbana	340.454	205.578	134.876	100	60,38	39,62
Santa Catarina	Total	3.627.933	2.195.416	1.432.517	100	60,51	39,49
	Rural	1.473.695	925.980	547.715	100	62,83	37,17
	Urbana	2.154.238	1.269.436	884.802	100	58,93	41,07

FONTE: IBGE-1980.

TABELA 22 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 1991

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	MRG	TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS	TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS
São Miguel do Oeste	Total	186.803	102.257	84.546	100	54,74	45,26
	Rural	120.366	67.218	53.148	100	55,84	44,16
	Urbana	66.437	35.039	31.398	100	52,74	47,26
Chapecó	Total	340.495	185.847	154.648	100	54,58	45,42
	Rural	168.256	92.554	75.702	100	55,01	44,99
	Urbana	172.239	93.293	78.946	100	54,16	45,84
Xanxerê	Total	130.287	71.945	58.342	100	55,22	44,78
	Rural	64.517	36.726	27.791	100	56,92	43,08
	Urbana	65.770	35.219	30.551	100	53,55	46,45
Concórdia	Total	130.608	67.522	63.086	100	51,7	48,3
	Rural	73.640	38.084	35.556	100	51,72	48,28
	Urbana	56.968	29.438	27.530	100	51,67	48,33
Joaçaba	Total	262.890	138.924	123.966	100	52,84	47,16
	Rural	91.345	49.086	42.259	100	53,74	46,26
	Urbana	171.545	89.838	81.707	100	52,37	47,63
Oeste	Total	1.051.083	566.495	484.588	100	53,9	46,1
	Rural	518.124	283.668	234.456	100	54,75	45,25
	Urbana	532.959	282.827	250.132	100	53,07	46,93
Santa Catarina	Total	4.541.994	2.385.225	2.156.769	100	52,51	47,49
	Rural	1.333.457	723.102	610.355	100	54,23	45,77
	Urbana	3.208.537	1.662.123	1.546.414	100	51,8	48,2

FONTE: IBGE, 1991.

TABELA 23 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, 2000

MRG	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS	TOTAL	0 A 24 ANOS	MAIS DE 25 ANOS
São Miguel do Oeste	Total	17160	80042	91118	100	46,76	53,24
	Rural	89394	41835	47559	100	46,8	53,2
	Urbana	81766	38207	43559	100	46,73	53,27
Chapecó	Total	361345	172302	189043	100	47,68	52,32
	Rural	128292	59354	68938	100	46,26	53,74
	Urbana	233053	112948	120105	100	48,46	51,54
Xanxerê	Total	142326	70384	71942	100	49,45	50,55
	Rural	56451	28723	27728	100	50,88	49,12
	Urbana	85875	41661	44214	100	48,51	51,49
Concórdia	Total	137892	62002	75890	100	44,96	55,04
	Rural	60283	25914	34369	100	42,99	57,01
	Urbana	77609	36088	41521	100	46,5	53,5
Joaçaba	Total	304043	145854	158189	100	47,97	52,03
	Rural	79730	37668	42062	100	47,24	52,76
	Urbana	224313	108186	116127	100	48,23	51,77
Oeste	Total	1116766	530584	586182	100	47,51	52,49
	Rural	414150	193494	220656	100	46,72	53,28
	Urbana	702616	337090	365526	100	47,98	52,02
Santa Catarina	Total	5356360	2523905	2832455	100	47,37	52,63
	Rural	1138429	537891	600538	100	48,42	51,58
	Urbana	4217931	1986014	2231917	100	47,09	52,91

FONTE: IBGE, 2000

TABELA 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1980

MRG	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	0 - 9 ANOS	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A 29
São Miguel do Oeste	Total	181.003	50.689	24.855	22.981	18.139	14.432
	Rural	129.912	37.178	18.580	16.935	12.670	9.625
	Urbana	51.091	13.511	6.275	6.046	5.469	4.807
Chapecó	Total	300.565	81.476	41.156	38.757	30.627	24.230
	Rural	193.510	55.040	27.864	24.273	18.818	14.361
	Urbana	107.055	26.436	13.292	14.484	11.809	9.869
Xanxerê	Total	117.769	32.290	16.004	15.092	12.187	9.358
	Rural	75.700	21.845	10.669	9.683	7.563	5.575
	Urbana	42.069	10.445	5.335	5.409	4.624	3.783
Concórdia	Total	116.147	29.219	14.625	14.557	11.985	9.849
	Rural	86.324	22.471	11.372	10.804	8.511	6.872
	Urbana	29.823	6.748	3.253	3.753	3.474	2.977
Joaçaba	Total	215.746	53.264	27.856	27.698	21.817	16.880
	Rural	105.330	27.549	14.547	13.382	9.942	7.501
	Urbana	110.416	25.715	13.309	14.316	11.875	9.379

(continua)

(conclusão)

M R G	SITUAÇÃO DE DOMÍLIO	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 OU MAIS	IGNORADA
	Total	20.293	14.015	8.967	4.560	2.011	61
São Miguel do Oeste	Rural	13.786	9.976	6.628	3.189	1.309	36
	Urbana	6.507	4.039	2.339	1.371	702	25
	Total	34.337	23.131	14.703	8.116	3.787	245
Chapecó	Rural	20.635	15.001	9.771	5.225	2.357	165
	Urbana	13.702	8.130	4.932	2.891	1.430	80
	Total	13.029	9.050	5.721	3.290	1.620	128
Xanxerê	Rural	7.893	5.671	3.628	2.087	1.029	57
	Urbana	5.136	3.379	2.093	1.203	591	71
	Total	13.833	9.527	6.470	3.940	2.054	88
Concórdia	Rural	9.809	7.004	4.953	2.971	1.494	63
	Urbana	4.024	2.523	1.517	969	560	25
	Total	25.812	18.683	12.119	7.376	4.118	123
Joaçaba	Rural	11.755	8.992	5.970	3.583	2.058	51
	Urbana	14.057	9.691	6.149	3.793	2.060	72

FONTE: BGE 1980.

computadas somente as explorações que respondessem por 15% ou mais do VBP (valor bruto da produção) ou da MB (margem bruta) e quando as explorações de cada combinação somassem 70% ou mais do VBP ou MB. Os resultados mostram que cerca de 90% dos estabelecimentos possuem produção diversificada. Os estabelecimentos que obtiveram 70% ou mais do VBP em uma única exploração atingiram 7,5% no município de Saudades e 9,1% entre os sócios da cooperativa de São Miguel do Oeste.

A tipificação dos estabelecimentos rurais do município de Ipira, realizada com informações do censo municipal de abril/95 (Prefeitura Municipal de Ipira, 1996), apesar de ter sido elaborado com metodologia diferente, apresentou resultados com forte correspondência com os de Saudades e São Miguel do Oeste. Os estabelecimentos agropecuários do município de Ipira que exploram milho ou suínos, mais os que combinam as explorações de milho + leite ou

milho + suínos, representam 60,3% dos estabelecimentos do município. Fazem parte deste contingente os tipos que representam, no mínimo, 5% do número de estabelecimentos ou que participam, no mínimo, com 5% no valor do VBP total. Estes tipos contribuem com 51,9% no VBP do município.

4.4. CAPITALIZAÇÃO, FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA

As análises do setor agrícola catarinense, do ponto de vista socioeconômico, se encaminham para duas vertentes. O enfoque econômico remete as conclusões para um quadro que apresenta uma agricultura pujante, cujo crescimento é inquestionável. Por outro lado, o enfoque social apresenta uma realidade preocupante para uma parcela significativa da população rural, que não dispõe de renda suficiente para sua sobrevivência no meio em que vive.

TABELA 25 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 1991

M R G	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	0 - 9 ANOS	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A 29
	Total	186 803	44.791	21.392	19.238	16.836	16.443
São Miguel do Oeste	Rural	120 366	28.984	14.364	13.036	10.834	10.052
	Urbana	66 437	15.807	7.028	6.202	6.002	6.391
	Total	340 495	81.106	37.197	34.675	32.869	31.913
Chapecó	Rural	168 256	40.017	18.860	17.798	15.879	14.879
	Urbana	172 239	41.089	18.337	16.877	16.990	17.034
	Total	130 287	30.813	14.800	13.815	12.517	11.942
Xanxerê	Rural	64 517	15.651	7.854	7.071	6.150	5.554
	Urbana	65 770	15.162	6.946	6.744	6.367	6.388
	Total	130 608	28.221	14.035	12.992	12.274	12.126
Concórdia	Rural	73 640	15.973	8.308	7.464	6.339	6.167
	Urbana	56 968	12.248	5.727	5.528	5.935	5.959
	Total	262 890	58.596	28.046	26.219	26.063	25.486
Joaçaba	Rural	91 345	20.710	10.113	9.512	8.751	8.074
	Urbana	171 545	37.886	17.933	16.707	17.312	17.412

(continua)

(conclusão)

M R G	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 OU MAIS
	Total	27.211	17.765	11.681	7.397	4.049
São Miguel do Oeste	Rural	16.718	11.217	7.836	4.889	2.436
	Urbana	10.493	6.548	3.845	2.508	1.613
	Total	50.184	32.123	20.315	12.790	7.323
Chapecó	Rural	23.317	15.994	11.051	6.868	3.593
	Urbana	26.867	16.129	9.264	5.922	3.730
	Total	18.540	12.164	7.850	4.892	2.954
Xanxerê	Rural	8.558	5.930	3.984	2.398	1.367
	Urbana	9.982	6.234	3.866	2.494	1.587
	Total	19.864	13.450	8.498	5.594	3.554
Concórdia	Rural	10.628	7.784	5.255	3.560	2.162
	Urbana	9.236	5.666	3.243	2.034	1.392
	Total	38.379	25.818	17.101	10.652	6.530
Joaçaba	Rural	12.281	9.055	6.448	4.008	2.393
	Urbana	26.098	16.763	10.653	6.644	4.137

FONTE: IBGE 1991.

TABELA 26 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, POR GRUPO DE IDADE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - 2000

M R G	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	0 - 9 ANOS	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A 29
São Miguel do Oeste	Total	171.160	31.878	18.613	17.125	12.426	11.810
	Rural	89.394	16.802	10.135	9.050	5.848	5.568
	Urbana	81.766	15.076	8.478	8.075	6.578	6.242
Chapecó	Total	361.345	69.015	37.607	36.094	29.586	28.608
	Rural	128.292	24.216	14.227	12.531	8.380	8.404
	Urbana	233.053	44.799	23.380	23.563	21.206	20.204
Xanxerê	Total	142.326	29.346	14.719	14.503	11.816	11.157
	Rural	56.451	12.441	6.033	5.848	4.401	4.055
	Urbana	85.875	16.905	8.686	8.655	7.415	7.102
Joaçaba	Total	304.043	59.810	29.717	29.486	26.841	25.251
	Rural	79.730	15.798	8.064	7.587	6.219	5.921
	Urbana	224.313	44.012	21.653	21.899	20.622	19.330
Concórdia	Total	137.892	23.359	13.147	13.514	11.982	10.992
	Rural	60.283	9.797	576	5.888	4.253	4.098
	Urbana	77.609	13.562	7.171	7.626	7.729	6.894

(continua)

(conclusão)

M R G	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	30 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 OU MAIS
São Miguel do Oeste	Total	171.160	26.770	22.091	14.513	9.436	6.498
	Rural	89.394	13.257	11.803	8.349	5.210	3.372
	Urbana	81.766	13.513	10.288	6.164	4.226	3.126
Chapecó	Total	361.345	59.287	43.968	27.944	17.278	11.598
	Rural	128.292	19.674	16.498	12.105	7.391	4.866
	Urbana	233.053	39.613	27.470	15.839	9.887	7.092
Xanxerê	Total	142.326	22.230	16.721	10.807	6.567	4.460
	Rural	56.451	8.142	6.481	4.612	2.647	1.791
	Urbana	85.875	14.088	10.240	6.195	3.920	2.669
Joaçaba	Total	304.043	49.809	35.354	23.451	14.683	9.641
	Rural	79.730	12.223	9.319	4.101	4.576	2.922
	Urbana	224.313	37.586	26.035	16.350	10.107	6.719
Concórdia	Total	137.892	22.655	18.200	11.726	7.179	5.138
	Rural	60.283	9.233	8.490	6.063	3.797	2.688
	Urbana	77.609	13.422	9.710	5.663	3.382	2.450

FONTE: BGE - Censo Demográfico 2000.

TABELA 27 - PERCENTUAL MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE APRESENTAM SISTEMAS DE PRODUÇÃO COM DUAS COMBINAÇÕES, NO MUNICÍPIO DE SAUDADES E NA COOPERATIVA SÃO MIGUEL DO OESTE

SISTEMA	PERCENTUAL MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS
Milho + fumo	21,34
Milho + suínos	18,2
Milho + leite	10,36
Milho + feijão	8,29
TOTAL	58,19

FONTE: Epagri - O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense.

TABELA 28 - PERCENTUAL MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS QUE APRESENTAM SISTEMAS DE PRODUÇÃO COM TRÊS COMBINAÇÕES NO MUNICÍPIO DE SAUDADES E NA COOPERATIVA SÃO MIGUEL DO OESTE

SISTEMA	PERCENTUAL MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS
Milho + leite + fumo	8,4
Milho + suíno + leite	5,67
Milho + leite + feijão	2,67
Milho + suíno + feijão	2,52
TOTAL	19,26

FONTE: Epagri - O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense.

A comparação entre o rendimento médio mensal obtido pela população urbana e pela população rural de Santa Catarina, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), efetuada na semana de 24 a 30 de setembro de 1995, é significativamente desfavorável aos que vivem na zona rural. Nas faixas de remuneração mensal, a participação dos que são domiciliados no meio rural é mais elevada, atingindo nas classes de renda de até 1 salário mínimo 5,4 pontos percentuais acima da registrada no meio urbano. Entretanto, o que chama mais a atenção é o elevado número de pessoas que, apesar de economicamente ativas, não possuem nenhuma remuneração. Este contingente alcança no meio rural 39,8%

da população, contra apenas 10,3% na área urbana (Tabela 29).

O desequilíbrio se acentua ainda mais quando se observam as maiores faixas salariais. Para os rendimentos com faixas de remuneração superior a dois salários mínimos, o número relativo das pessoas com idade superior a dez anos e economicamente ativas, na semana de referência da pesquisa alcançava 35,7 pontos percentuais em favor da população urbana.

Este desequilíbrio diminuiu no período 1995 a 1999 quando a população urbana sem rendimentos teve uma elevação de mais de 500%, passando a representar 35,94 da população acima de 10 anos de idade contra 44,77 na área rural.

Verificou-se que a população assalariada aumentou 23,74% na área urbana e 17,5% na rural para um crescimento da população urbana de 18,31% e um decréscimo de 13,1% na rural. No entanto, houve uma diminuição no número de pessoas, tanto no meio urbano como no rural, que recebeu mais de 3 salários mínimos, com o conseqüente aumento do número de pessoas que receberam menos que este valor, indicando, provavelmente, uma piora na distribuição de renda, principalmente na área urbana. (Tabela 30).

Os números da agricultura, quando analisados em termos médios, apresentam resultados animadores, conferindo ao setor resultados altamente positivos. O produto interno bruto de Santa Catarina, em valores correntes, evoluiu de 8,608 bilhões de dólares em 1986 para 29,891 bilhões de dólares em 1996, representando um crescimento de 247,3% no período. A participação do setor primário (agricultura, pecuária e industrialização caseira), alcançou seu ponto máximo em 1992, atingindo a marca de 18,79%. Ao longo do período, a performance do setor primário foi positiva,

TABELA 29 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS, NA SEMANA DE 24 A 30 DE SETEMBRO DE 1995, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, - SANTA CATARINA - 1995

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SM)	URBANA (Pessoas)	%	RURAL (Pessoas)	%
Até 1/2 sm	32.583	1,8	24.585	2,9
Mais de 1/2 até 1 sm	128.634	7,3	99.475	11,6
Mais de 1 até 2 sm	292.717	16,5	146.360	17
Mais de 2 até 3 sm	301.892	17	99.485	11,6
Mais de 3 até 5 sm	336.752	19	86.905	10,1
Mais de 5 até 10 sm	295.024	16,6	40.022	4,7
Mais de 10 até 20 sm	135.499	7,6	9.720	1,1
Mais de 20	54.319	3,1	2.288	0,3
Sem rendimento	182.366	10,3	341.915	39,8
Sem declaração	12.581	0,7	9.143	1,1
TOTAL	1.772.367	100	859.898	100

FONTE : BGE / Pnad, Santa Catarina, 1995 (p.17).

TABELA 30 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS COM 10 OU MAIS ANOS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMÍLIO, - SANTA CATARINA - 1999

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SM)	URBANA (Pessoas)	%	RURAL (Pessoas)	%
Até 1/2 sm	42.496	1,37	21.525	1,99
Mais de 1/2 até 1 sm	224.500	7,26	150.241	13,87
Mais de 1 até 2 sm	417.026	13,49	170.411	15,73
Mais de 2 até 3 sm	419.364	13,57	116.913	10,8
Mais de 3 até 5 sm	364.571	11,79	90.165	8,33
Mais de 5 até 10 sm	289.643	9,37	37.807	3,49
Mais de 10 até 20 sm	134.347	4,35	8.142	0,75
Mais de 20	59.912	1,94	1.164	0,11
Sem rendimento	1.110.922	35,94	484.912	44,77
Sem declaração	28.501	0,92	1.744	0,16
TOTAL	3.091.332	100	1.083.024	100

FONTE : BGE / Pnad, Santa Catarina, 1999.

mantendo sua participação relativa sempre acima dos índices registrados em meados da década de 1980. Cabe ressaltar, no entanto, que não se consideraram a inflação da moeda norteamericana, nem as desvalorizações da moeda

nacional frente ao dólar, principalmente quando a taxa cambial era estipulada pelo Banco Central, sem qualquer participação do mercado. No entanto, a partir 1996 observou-se um declínio na participação do setor primário, com pequena reação em 1999 e 2000 superando a participação de 1996. (Tabela 31)

Os resultados positivos observados no cálculo do produto interno bruto agrícola são parcialmente anulados pelo tamanho da dívida acumulada pelo setor, principalmente após a implantação do Plano Real e do processo de globalização da economia. O montante da dívida agrícola de Santa Catarina, estimado pela Câmara Setorial de Crédito Rural da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, é de aproximadamente 1,3 bilhão de reais.

A região Oeste Catarinense participou, na safra 95/96, segundo o valor da produção do Censo Agropecuário 1995-1996, com aproximadamente 54,7% no valor da produção do estado, distribuídos nas microrregiões geográficas de Joaçaba, Chapecó, Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste, respectivamente, com 15,3%, 14,0%, 9,0%, 8,4% e 8,0%.

O valor da produção e das despesas de todos os estabelecimentos agrícolas da região, divulgados pelo Censo Agropecuário 1995-1996, permite a elaboração de parâmetros que diferenciam os municípios de acordo com o valor agregado médio por pessoa ocupada na agricultura⁶. O valor agregado foi obtido pela diferença entre o valor bruto da produção total e a despesa total

⁶ Normalmente os responsáveis e membros não remunerados da família.

TABELA 31 - PRODUTO INTERNO BRUTO DE SANTA CATARINA E A PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS TRÊS SETORES DA ECONOMIA - 1986-2000

ANOS	VALORES CORRENTES (R \$)	SETOR PRIMÁRIO (%)	SETOR SECUNDÁRIO (%)	SETOR TERCIÁRIO (%)
1986	8.607.764.929,00	12,98	45,89	41,13
1987	9.387.003.275,00	14,52	46,25	39,23
1988	11.127.534.691,00	14,98	43,51	41,5
1989	14.669.675.382,00	14,97	43,51	41,5
1990	17.014.311.026,00	16,55	43,4	40,05
1991	14.278.470.303,00	15,5	43,93	40,57
1992	15.099.326.224,00	18,79	41,57	39,64
1993	17.662.154.285,00	17,79	42,85	39,36
1994	23.372.548.647,00	17,93	42,9	39,18
1995	27.929.263.868,00	17,39	43,13	39,48
1996	29.454.000.000,00	13,65	36,8	49,55
1997	31.875.000.000,00	12,84	35,88	51,28
1998	32.434.000.000,00	12,85	35,63	51,52
1999	35.317.000.000,00	13,88	37,86	48,26
2000	39.237.000.000,00	13,77	38,31	47,92

FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico.

O valor da produção oriunda da exploração animal representou 64,73% do valor da produção total da região, valor do qual 29,95% foi obtido com a exploração de animais de pequeno porte, 26,57 % com animais de médio porte e 8,21% com animais de grande porte. A exploração animal tem importante participação em todas as micror-regiões. Entretanto, a produção de animais de pequeno porte (especialmente aves) destaca-se nas microrregiões de Chapecó (31,9%), e Joaçaba (27,1%), e a produção de animais de médio porte (predominantemente suínos) é mais importante nas microrregiões de Concórdia (28,7%) e Joaçaba (24,3%). Já a produção de animais de grande porte (em especial bovinos) tem maior participação nas microrregiões de Chapecó (28,9%) e São Miguel do Oeste (23,1%) (Tabela 34).

com a manutenção e custeio de todas as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agrícolas existentes nos municípios.

No ano agrícola 95/96, o valor da produção agropecuária da mesorregião Oeste Catarinense totalizou R\$ 1.829.482.037,00. Neste montante, a maior participação foi da microrregião de Joaçaba, seguida, em ordem decrescente de participação, pelas microrregiões de Chapecó, Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste (Tabela 32).

Em 2001 o valor bruto da produção apresentou-se 80,57% superior ao observado no período anteriormente analisado, havendo uma elevação em torno de 3,55% considerando que a inflação medida pelo IGP-DI, no período, foi de 77,07%. As microrregiões de Concórdia e Joaçaba tiveram seus valores de produção aumentados ocorrendo o inverso nas microrregiões de Chapecó, Xanxerê e, em menor percentual, São Miguel do Oeste. (Tabela 33)

No período 1996 a 2001 não houve modificações significativas na participação das microrregiões geográficas na produção dos diferentes tipos de criação permanecendo Chapecó e Joaçaba mais dedicadas à criação de aves, Concórdia e Joaçaba à suinocultura ; Chapecó e São Miguel do Oeste à bovinocultura.

TABELA 32 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO NO PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 1995 A 31 DE JULHO DE 1996 E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1995-1996

MICRORREGIÃO	VALOR (R \$)	PARTICIPAÇÃO (%)
São Miguel do Oeste	267.286.445,00	14,61
Chapecó	468.614.770,00	25,61
Concórdia	300.891.120,00	16,45
Joaçaba	512.391.457,00	28,01
Xanxerê	280.298.245,00	15,32
TOTAL	1.829.482.037,00	100

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

TABELA 33 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2001

MICRORREGIÃO	VALOR (R \$ mil)	PARTICIPAÇÃO (%)
São Miguel do Oeste	472.266,00	14,3
Chapecó	736.488,00	22,29
Concórdia	674.991,00	20,43
Joaçaba	960.737,00	29,08
Xanxerê	459.029,00	13,9
TOTAL	3.303.511,00	100

FONTE: BGE e Instituto C epa/SC.

O valor bruto da produção dos pequenos animais elevou-se, no período, em apenas 33,20%, para uma inflação de 77,05%, indicando desvalorização do preço recebido pelos produtores da região, haja vista que houve um aumento da produção física. A produção de animais de porte médio compreendendo-se a suinocultura, teve seu valor bruto aumentado em 103,10% bastante inferior ao acréscimo de 192,27% do valor da produção dos grandes animais, representada, principalmente, pela produção de leite.

O valor da produção pecuária da mesorregião Oeste Catarinense cresceu 82,06% no período considerado. (Tabela 35)

A exploração de produtos vegetais foi responsável por 35,27% do valor da produção agropecuária da mesorregião Oeste em 95/96. Deste percentual, 25,06% foi obtido com culturas de lavouras temporárias e 6,25% com lavouras permanentes. O restante foi distribuído nas explorações selvícolas (2,23%), na extração vegetal (0,88%) e na horticultura (0,85%). Nas microrregiões, as maiores lavouras temporárias

foram registradas nas microrregiões de São Miguel do Oeste (38,91%), Chapecó (30,56%) e Xanxerê (30,57%). A microrregião de Joaçaba destaca-se entre as demais pela maior diversificação da produção. Dos 41,85% de participação do valor da produção vegetal desta microrregião no valor da produção agropecuária, 18,07% é proveniente da lavoura permanente, 15,12% da lavoura temporária, 6,64% da silvicultura, 1,11% da horticultura e floricultura e 0,91% da extração vegetal (Tabela 36).

O comportamento do valor da produção dos principais produtos vegetais no período 1996 - 2001 não acompanhou a desvalorização da moeda, situando-se em apenas 70,52% em função do pequeno aumento do valor da produção das lavouras temporárias em consequência da diminuição do valor em todas as microrregiões geográficas, salvo Xanxerê que obteve um pequeno aumento. A horticultura também apresentou um decréscimo relativo apesar da elevação do valor na MRG de Joaçaba em função da expan-

TABELA 34 - VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NO ANO AGRÍCOLA 95/96 POR GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS

REGIÃO	TOTAL	ANIMAL			
		Total	Grande Porte	Médio Porte	Pequeno Porte
Mesorregião Oeste	1.829.482	1.184.238	150.167	486.88	547.983
Chapecó	468.615	308.811	43.424	90.499	174.888
Concórdia	300.891	244.873	23.262	139.644	81.967
Joaçaba	512.391	297.947	31.243	118.135	148.568
SM O	267.286	152.151	34.753	71.614	45.783
Xanxerê	280.298	180.458	17.484	66.196	96.777
Participação do grupo de atividade no VBP total					
Mesorregião	100	64,73	8,21	26,57	29,95
Chapecó	100	65,9	9,27	19,31	37,32
Concórdia	100	81,38	7,73	46,41	27,24
Joaçaba	100	58,15	6,1	23,06	28,99
SM O	100	56,92	13	26,79	17,13
Xanxerê	100	64,38	6,24	23,62	34,53
Participação da microrregião na produção regional					
Mesorregião	100	100	100	100	100
Chapecó	25,6	26,1	28,9	18,6	31,9
Concórdia	16,4	20,7	15,5	28,7	15
Joaçaba	28	25,2	20,8	24,3	27,1
SM O	14,6	12,8	23,1	14,7	8,4
Xanxerê	15,3	15,2	11,6	13,6	17,7

FONTE: BGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 35 - VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL POR GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO AS MICROREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2001

REGIÃO	TOTAL	ANIMAL			
		Total	Grande Porte	Médio Porte	Pequeno Porte
Mesoregião Oeste	3 303 511	2 156 070	438 887	987 268	729 915
Chapecó	736 488	460 660	116 003	186 632	158 025
Concórdia	674 991	596 192	67 467	315 313	213 412
Joaçaba	960 737	523 708	80 351	235 537	207 820
SM O	472 266	301 841	112 941	132 212	56 688
Xanxerê	459 029	273 669	62 125	117 574	93 970
Participação do grupo de atividade no VBP total					
Mesoregião	100	64,96	13,29	29,89	21,78
Chapecó	100	62,55	15,75	25,34	21,46
Concórdia	100	88,33	10	46,71	31,62
Joaçaba	100	53,47	8,36	24,52	20,59
SM o	100	63,91	23,91	28	12
Xanxerê	100	59,62	13,54	25,61	20,47
Participação da microrregião na produção regional					
Mesoregião	100	100	100	100	100
Chapecó	22,29	21,47	26,43	18,9	21,95
Concórdia	20,43	27,78	15,37	31,94	29,64
Joaçaba	29,08	23,94	18,31	23,86	27,48
SM o	14,3	14,06	25,73	13,39	7,88
Xanxerê	13,9	12,75	14,16	11,91	13,05

FONTE: BGE e Instituto Cepa/SC.

TABELA 36 - VALOR DA PRODUÇÃO VEGETAL NO PERÍODO DE 1º DE AGOSTO DE 1995 A 31 DE JULHO DE 1996, SEGUNDO GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

REGIÃO	VEG TOTAL	LAV. PERM.	LAV. TEMP.	HORT. FLOR.	SILVICULT.	EXT. VEG
Mesoregião	645 244	114 325	458 470	15 607	40 727	16 114
Chapecó	159 804	7 038	143 228	4 384	1 648	3 505
Concórdia	56 018	3 539	48 089	1 608	384	2 399
Joaçaba	214 445	92 584	77 480	5 680	34 041	4 659
SM O	115 136	5 614	103 992	2 795	614	2 121
Xanxerê	99 841	5 549	85 681	1 141	4 040	3 430
Participação do grupo de atividade no VBP total						
Mesoregião	35,27	6,25	25,06	0,85	2,23	0,88
Chapecó	34,1	1,5	30,56	0,94	0,35	0,75
Concórdia	18,62	1,18	15,98	0,53	0,13	0,8
Joaçaba	41,85	18,07	15,12	1,11	6,64	0,91
SM O	43,08	2,1	38,91	1,05	0,23	0,79
Xanxerê	35,62	1,98	30,57	0,41	1,44	1,22
Participação da microrregião na produção regional						
Mesoregião	100	100	100	100	100	100
Chapecó	24,8	6,2	31,2	28,1	4	21,8
Concórdia	8,7	3,1	10,5	10,3	0,9	14,9
Joaçaba	33,2	8,1	16,9	36,4	83,6	28,9
SM O	17,8	4,9	22,7	17,9	1,5	13,2
Xanxerê	15,5	4,9	18,7	7,3	9,9	21,3

FONTE: BGE - Censo Agropecuário - 1995-1996.

são da cultura do tomate. O valor bruto de produção da extração vegetal cresceu 70,44%, menos que a inflação no período, e deveu-se, principalmente a expansão da erva-mate na MRG de Xanxerê. O valor bruto das lavouras permanentes aumentou em 114,85% em decorrência da expansão do valor bruto da produção de frutíferas, principalmente, a maçã, na MRG de Joaçaba. O maior acréscimo do valor bruto da produção no período foi o da silvicultura, em torno de 173,34% resultado do crescimento nas MRG de Joaçaba, Xanxerê e Chapecó (Tabela 37).

O valor agregado por estabelecimento na mesorregião Oeste Catarinense no ano agrícola (95/96) foi, em média, de R\$ 7.733,21. Os valores médios mais altos pertenceram às microrregiões de Joaçaba e Xanxerê, atingindo, respectivamente, R\$ 12.272,00 e R\$ 9.769,00. Nas microrregiões onde predominam os menores estabelecimentos, os valores foram de R\$ 7.363,00 em Concórdia, R\$ 6.475,00 em São Miguel do Oeste e R\$ 6.077,00 em Chapecó.

O grupo de estabelecimentos agrícolas enquadrados na classe econômica predominante de lavouras temporárias representou 44,76% do total no ano agrícola 95/96, seguido pelo grupo de atividade mista (agricultura + pecuária) e pelo grupo pecuária, com 29,00% e 22,85%, respectivamente (Tabela 38). Estes três grupos de atividade econômica predominante somaram 96,61% dos estabelecimentos e foram responsáveis por 92,24% do montante do valor agregado da mesorregião.

Nas microrregiões geográficas de Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê, mais de 50% dos estabelecimentos agrícolas foram enquadrados no grupo de atividade econômica lavouras temporárias. No entanto, em termos econômicos, é o grupo pecuária que possui a melhor performance financeira, agregando mais valor à produção. A maior participação relativa da pecuária foi verificada nas microrregiões de Concórdia (63,74%) e Joaçaba (44,21%). O grupo de atividade mista está distribuído mais

TABELA 37 - VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS VEGETAIS, SEGUNDO GRUPO DA ATIVIDADE ECONÔMICA - 2001

REGIÃO	VEG TOTAL	LAV. PERM.	LAV. TEMP.	HORT. FLOR.	SILVICULT.	EXT. VEG
Mesorregião	1.100.255	245.622	693.768	22.076	111.325	27.464
Chapecó	266.605	12.013	240.183	482	7.226	6.701
Concórdia	69.160	2.747	59.976	1.857		4.580
Joaçaba	409.521	211.320	86.862	19.737	88.272	3.330
SM O	162.682	17.482	144.592			608
Xanxerê	192.287	2.060	162.155		15.827	12.245
Participação do grupo de atividade no VBP total						
Mesorregião	33,31	7,44	21	0,67	3,37	0,83
Chapecó	36,2	1,63	32,61	0,07	0,98	0,91
Concórdia	10,25	0,42	8,9	0,28		0,68
Joaçaba	42,63	22	9,04	2,05	79,29	0,35
SM O	34,45	3,7	30,62			0,13
Xanxerê	41,89	0,45	35,33		13,73	2,67
Participação da microrregião na produção regional						
Mesorregião	100	100	100	100	100	100
Chapecó	24,23	4,89	34,62	2,19	6,49	24,4
Concórdia	6,29	1,12	8,65	8,41		16,68
Joaçaba	37,22	86,03	12,52	89,4	79,29	12,12
SM O	14,78	7,12	20,84			2,21
Xanxerê	17,48	0,84	23,37		14,22	44,59

FONTE: BGE e Instituto Cepsa/SC.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 38 - VALOR AGREGADO MÉDIO POR ESTABELECIMENTO NO ANO AGRÍCOLA 95/96, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPO DE ÁREA TOTAL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR AGREGADO		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		VALOR AGREGADO MÉDIO
	(R \$)	%	Absoluto	%	(R \$)
TOTALS MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE	682.679.632	100	88.279	100	7.733,21
Grupo da Atividade Econômica					
Lavoura temporária	215.713.350	31,6	39.512	44,76	5.459,44
Lavoura permanente	26.676.953	3,91	1.592	1,8	16.756,88
Pecuária	270.303.030	39,59	20.174	22,85	13.398,58
Produção mista (lavoura e pecuária)	143.695.883	21,05	25.599	29	5.613,34
Outros	26.290.416	3,85	1.402	1,59	18.752,08
Grupos de Área (ha)					
Menos de 10	102.395.981	15	29.629	33,56	3.455,94
10 a menos de 20	197.958.034	29	32.229	36,51	6.142,23
20 a menos de 50	220.634.700	32,32	20.977	23,76	10.517,93
50 a menos de 100	58.227.869	8,53	3.482	3,94	16.722,54
Mais de 100	103.463.048	15,16	1.962	2,22	52.733,46
TOTALS MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ	187.218.152	100	30.809	100	6.076,74
Grupo da atividade econômica					
Lavoura temporária	76.950.424	41,1	16.227	52,67	4.742,12
Lavoura permanente	960.317	0,51	270	0,88	3.556,73
Pecuária	60.844.403	32,5	5.309	17,23	11.460,61
Produção mista (lavoura e pecuária)	46.076.444	24,61	8.688	28,2	5.303,46
Outros	2.386.564	1,27	315	1,02	7.576,39
Grupos de área total (ha)					
Menos de 10	40.650.425	21,71	12.173	39,51	3.339,39
10 a menos de 20	68.981.924	36,85	11.617	37,71	5.938,02
20 a menos de 50	54.880.391	29,31	5.999	19,47	9.148,26
50 a menos de 100	14.079.092	7,52	753	2,44	18.697,33
Mais de 100	8.626.320	4,61	267	0,87	32.308,31
TOTALS MICRORREGIÃO DE CONCÓRDIA	96.377.291	100	13.089	100	7.363,23
Grupo da atividade econômica					
Lavoura temporária	13.841.404	14,36	3.537	27,02	3.913,32
Lavoura permanente	494.047	0,51	172	1,31	2.872,37
Pecuária	61.435.087	63,74	5.021	38,36	12.235,63
Produção mista (lavoura e pecuária)	20.065.503	20,82	4.219	32,23	4.755,99
Outros	541.250	0,56	140	1,07	3.866,07
Grupos de área total (ha)					
Menos de 10	13.922.483	14,45	3.800	29,03	3.663,81
10 a menos de 20	32.311.575	33,53	4.896	37,41	6.599,59
20 a menos de 50	38.227.822	39,66	3.777	28,86	10.121,21
50 a menos de 100	9.967.647	10,34	509	3,89	19.582,80
Mais de 100	1.947.764	2,02	107	0,82	18.203,40

(continua)

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

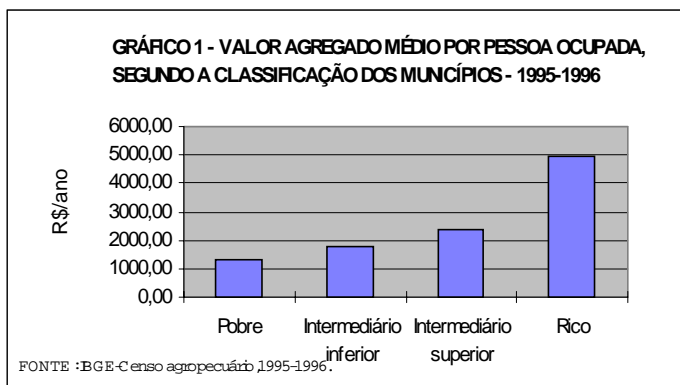
(conclusão)

D I S C R I M I N A Ç Ã O	V A L O R A G R E G A D O		N Ú M E R O D E E S T A B E L E C I M E N T O S		V A L O R A G R E G A D O M É D I O
	(R \$)	%	A b s o l u t o	%	(R \$)
T O T A I S M I C R O R R E G I Ã O D E J O A Ç A B A	166.163.839	100	13.540	100	12.272,07
Grupo da atividade econômica					
Lavoura temporária	27.250.750	16,4	4.213	31,12	6.468,25
Lavoura permanente	22.263.436	13,4	805	5,95	27.656,44
Pecuária	73.468.507	44,21	4.370	32,27	16.812,02
Produção mista (lavoura e pecuária)	21.923.569	13,19	3.577	26,42	6.129,04
Outros	21.257.577	12,79	575	4,25	36.969,70
Grupos de área total(ha)					
Menos de 10	12.327.747	7,42	2.921	21,57	4.220,39
10 a menos de 20	26.758.617	16,1	4.005	29,58	6.681,30
20 a menos de 50	59.180.105	35,62	4.548	33,59	13.012,34
50 a menos de 100	21.072.484	12,68	1.172	8,66	17.979,94
Mais de 100	46.824.886	28,18	894	6,6	52.376,83
T O T A I S M I C R O R R E G I Ã O D E S Ã O M I G U E L D O O E S T E	134.417.445	100	20.758	100	6.475,45
Grupo da atividade econômica					
Lavoura temporária	58.816.127	43,76	10.487	50,52	5.608,48
Lavoura permanente	877.977	0,65	143	0,69	6.139,70
Pecuária	33.749.422	25,11	3.456	16,65	9.765,46
Produção mista (lavoura e pecuária)	40.391.616	30,05	6.540	31,51	6.176,09
Outros	582.303	0,43	132	0,64	4.411,39
Grupos de área total(ha)					
Menos de 10	27.474.219	20,44	7.447	35,88	3.689,30
10 a menos de 20	54.252.888	40,36	8.303	40	6.534,13
20 a menos de 50	41.956.094	31,21	4.335	20,88	9.678,45
50 a menos de 100	6.370.707	4,74	475	2,29	13.412,01
Mais de 100	4.363.537	3,25	198	0,95	22.038,07
T O T A I S M I C R O R R E G I Ã O D E X A N X E R Ê	98.502.905	100	10.083	100	9.769,21
Grupo da atividade econômica					
Lavoura temporária	38.854.645	39,45	5.048	50,06	7.697,04
Lavoura permanente	2.081.176	2,11	202	2	10.302,85
Pecuária	40.805.611	41,43	2.018	20,01	20.220,82
Produção mista (lavoura e pecuária)	15.238.751	15,47	2.575	25,54	5.917,96
Outros	1.522.722	1,55	240	2,38	6.344,68
Grupos de área total(ha)					
Menos de 10	8.021.107	8,14	3.2880	32,61	2.439,51
10 a menos de 20	15.653.030	15,89	3.408	33,8	4.593,03
20 a menos de 50	26.390.288	26,79	2.318	22,99	11.384,94
50 a menos de 100	6.737.939	6,84	573	5,68	11.759,06
Mais de 100	41.700.541	42,33	496	4,92	84.073,67

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1995-1996.

uniformemente por toda a região, tem apresentado maior valor agregado nas microrregiões de São Miguel do Oeste (30,05%) e de Chapecó (24,61%), indicando menor nível de especialização das atividades agrícolas nestas microrregiões frente às demais (Tabela 38).

Para indicar a distribuição espacial do nível de renda dos estabelecimentos agrícolas, calculou-se o valor agregado médio por município, distribuindo-os em quatro grupos de renda, delimitados pelo primeiro quartil, pela mediana e pelo terceiro quartil da variável valor agregado. Os resultados desta classificação encontram-se no mapa 2⁽⁷⁾ enquanto o gráfico 1 mostra os valores calculados que determinaram esta classificação.



As informações disponíveis não permitem estimar com precisão o número dos estabelecimentos que se encontram em situação econômica precária, pois foi possível calcular o valor agregado médio por grupo de atividade econômica e por grupo de área total, mas não conhecemos a distribuição de frequência do valor agregado por estabelecimento agropecuário.

Entretanto, com base em informações qualitativas e no conhecimento factual, fizeram-se algumas projeções partindo do pressuposto de que a distribuição do valor agregado médio por estabelecimento possui uma distribuição tipicamente assimétrica à direita, onde a mediana possui valor menor que a média. Com base neste procedimento, pode-se inferir que mais da metade dos estabelecimentos da mesorregião Oeste obteve, no período em referência, valor agregado inferior à média alcançada na região. Esta inferência é corroborada pelos resultados da Pnad-1995 para Santa Catarina, que revelam que mais da metade (54,19%) das pessoas com mais de 10 anos de idade e economicamente ativas, que viviam na zona rural naquele ano, não tinham renda ou possuíam remuneração inferior a um salário mínimo mensal.

O valor agregado médio das atividades agrícolas na mesorregião Oeste Catarinense na safra 95/96 foi de cerca de 6,44 salários mínimos mensais por família, o que equivale a pouco mais de dois salários mínimos por pessoa ocupada/mês (Tabelas 38 e 39). Nos estabelecimentos enquadrados no grupo de atividade econômica principal, lavouras temporárias ou produção mista, o valor agregado médio por pessoa ocupada não ultrapassa 1,43 salários mínimos por mês. Nos estabelecimentos com menos de dez hectares de área total, o valor agregado médio por indivíduo reduz-se a apenas um salário mínimo (Tabela 39). Assim, os níveis baixos de renda na agricultura regional se concentram nas microrregiões onde predomina a exploração de lavouras temporárias e onde o número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares é proporcionalmente maior.

⁷ Os municípios cujos valores se situaram no primeiro quartil foram denominados pobres; os que se situaram entre o primeiro quartil e a mediana denominaram-se intermediário inferior; os que se situaram entre a mediana e o terceiro quartil denominaram-se intermediário superior; finalmente, os situados acima do terceiro quartil foram denominados ricos.

TABELA 39 - VALOR AGREGADO MÉDIO POR ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA NAS MICRORREGIÕES DO OESTE CATARINENSE NO ANO AGRÍCOLA 95/96, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

(Salário Mínimo)

ESPECIFICAÇÃO	MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE	MICRORREGIÃO				
		CHAPECÓ	CONCÓRDIA	JOAÇABA	SÃO MIGUEL DO OESTE	XANXERÊ
TOTAL	6,44	5,06	6,14	10,23	5,4	8,14
Grupo da atividade econômica						
Lavoura temporária	4,55	3,95	3,26	5,39	4,67	6,41
Lavoura permanente	13,96	2,96	2,39	23,05	5,12	8,59
Pecuária	11,17	9,55	10,2	14,01	8,14	16,85
Produção mista (lavoura e pecuária)	4,68	4,42	3,96	5,11	5,15	4,93
Outros	15,63	6,31	3,22	30,81	3,68	5,29
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	2,88	2,78	3,05	3,52	3,07	2,03
10 a menos de 20	5,12	4,95	5,5	5,57	5,45	3,83
20 a menos de 50	8,76	7,62	8,43	10,84	8,07	9,49
50 a menos de 100	13,94	15,58	16,32	14,98	11,18	9,8
Mais de 100	43,94	26,92	15,17	43,65	18,37	70,06

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1995-1996.

(1) Refere-se aos responsáveis e em em bros não remunerados da família.

(2) NOTA: O valor agregado anual foi dividido em 12 meses. O salário mínimo vigente na época era de R\$ 100,00.

A pesquisa de campo, realizada no mês de outubro de 1997 junto a técnicos e lideranças rurais, validou estas inferências baseada nas informações censitárias; seus resultados associam o problema do êxodo rural aos baixos níveis de renda da atividade agrícola. Na opinião dos entrevistados, a migração rural-urbana está fortemente vinculada à menor capacidade de obtenção de renda na agricultura. De fato, nas microrregiões de Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia, onde o valor agregado por pessoa ocupada é menor, o esvaziamento rural é bem mais intenso (Tabela 40).

O poder aquisitivo das famílias rurais é muito baixo. Existe na área de abrangência da pesquisa um total estimado de 16.879 famílias em estado econômico precário. Em termos relativos, significa dizer que cerca de 15% dos 112.017 domicílios rurais existentes na região encontram-se em estado de extrema pobreza,

obtendo um rendimento bruto familiar mensal (receita total - despesas com a produção) equivalente a meio salário mínimo ou menos (Tabelas 41 e 42). A preços de outubro de 1997, época em que a pesquisa foi efetuada, cada família nesta condição supria suas necessidades básicas com no máximo R\$ 60,00/mês.

Entre os anos de 1996 e 2000, na mesorregião Oeste Catarinense o número de domicílios particulares permanentes diminuiu em 7,81%, com decréscimo em todas as microrregiões exceto em Concórdia que apresentou um aumento de 27,74% em relação a 1996, compensando a forte queda de 31,10% da região de Joaçaba. (Tabela 42)

O número estimado de famílias rurais das classes de renda entre meio e 2 salários mínimos representa 52,59% dos domicílios recenseadas pelo IBGE na região (Tabela 43).

MAPA 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O NÍVEL DE VALOR AGREGADO POR PESSOA OCUPADA NA AGRICULTURA

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 40 - VALOR AGREGADO MÉDIO POR PESSOA OCUPADA NA AGRICULTURA DO OESTE CATARINENSE NO ANO AGRÍCOLA 95/96, SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

(Salário Mínimo)

ESPECIFICAÇÃO	MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE	MICROREGIÃO DE CHAPECÓ	MICROREGIÃO DE CONCÓRDIA	MICROREGIÃO DE JOAÇABA	MICROREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE	MICROREGIÃO DE XANXERÊ
Totais	2,01	1,59	1,8	3,39	1,65	2,57
Grupo da atividade econômica						
Lavoura temporária	1,43	1,24	1	1,83	1,41	2,08
Lavoura permanente	5,26	1,42	1,11	7,57	2,08	3,58
Pecuária	3,44	2,97	2,87	4,63	2,62	5,14
Produção mista (lavoura e pecuária)	1,42	1,36	1,14	1,61	1,56	1,47
Outros	6,34	2,64	1,26	12,87	1,6	1,91
Grupos de área total (ha)						
Menos de 10	1,01	0,97	1,01	1,39	1,06	0,72
10 a menos de 20	1,55	1,51	1,62	1,86	1,62	1,14
20 a menos de 50	2,46	2,11	2,25	3,27	2,21	2,75
50 a menos de 100	3,81	4,2	3,93	4,25	2,91	2,99
Mais de 100	16,4	9,77	4,86	17,98	5,51	25,59

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

(1) Refere-se aos responsáveis e membros não remunerados da família.

(2) NOTA: O valor agregado anual é dividido em 12 meses. O salário mínimo vigente na época era de R\$ 100,00.

TABELA 41 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL, E DO NÚMERO DE DOMÍCILOS PERMANENTES, POR MICROREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA - 1996

M R G	ATÉ 1/2 SM	1/2 -- 1 SM	1 -- 2 SM	MAIS DE 2 SM	Nº DOMÍCILOS PARTICULARES PERMANENTES
São Miguel do Oeste	5.703	6.164	6.327	5.806	24.000
Chapecó	4.844	7.985	11.861	10.935	35.620
Xanxerê	1.639	2.730	4.857	5.210	14.436
Concórdia	2.222	3.797	4.350	5.651	16.019
Joaçaba	2.471	4.024	6.815	8.623	21.942
Oeste Catarinense	16.879	24.700	34.211	36.225	112.017,00

FONTE: Pesquisa de Campo e IBGE - Contagem Populacional, 1996.

TABELA 42 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL, E DO NÚMERO DE DOMÍLIOS PERMANENTES, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA - 2000

M R G	ATÉ 1/2 SM	1/2 -- 1 SM	1 -- 2 SM	M A I S DE 2 SM	N ° DOM ÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
São Miguel do Oeste	1.179	5.420	6.493	8.445	22.008
Chapecó	1.687	7.224	8.213	13.506	32.038
Xanxerê	834	3.470	3.456	4.865	13.644
Concórdia	366	4.777	6.089	8.451	20.462
Joaçaba	503	2.829	3.962	7.480	15.119
Oeste Catarinense	4.569	23.720	28.213	42.747	103.271

FONTE: BGE Censo Demográfico 2000

TABELA 43 - PERCENTUAL MÉDIO DAS FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA, EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE DOMÍLIOS EXISTENTES EM 1996

M R G	ATÉ 1/2 SM	1/2 -- 1 SM	1 -- 2 SM	M A I S DE 2 SM	N ° DOM ÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
São Miguel do Oeste	23,76	25,68	26,36	24,19	100
Chapecó	13,6	22,42	33,3	30,7	100
Xanxerê	11,35	18,91	33,65	36,09	100
Concórdia	13,87	23,7	27,15	35,27	100
Joaçaba	11,26	18,34	31,06	39,3	100
Oeste Catarinense	15,07	22,05	30,54	32,34	100

FONTE: Pesquisa de Campo e BGE - Contagem Populacional, 1996.

Este contingente está em fase de transição, podendo alcançar a consolidação econômica da propriedade ou a sua inviabilização total. Entre as microrregiões geográficas, a estrutura de distribuição de renda é bastante semelhante, exceto na de São Miguel do Oeste, onde é relativamente maior o número de famílias economicamente precárias e o percentual de famílias tidas como consolidadas (Tabela 43)

Uma comparação entre as tabelas 43 e 44 indica maior concentração da renda bruta média no estrato com valores superiores a dois salários mínimos passando de 32,34% para 41,39% do número de recebedores; os demais tiveram seus percentuais diminuídos ou pequeno aumento como o situado entre meio e um salário mínimo. (Tabela 44)

Se, por um lado, a maioria dos técnicos e lideranças rurais da região admite que ainda possa haver solução para viabilização econômica e social destas famílias no meio rural, por outro lado, as famílias com rendimento mensal de até meio salário mínimo mensal são tidas por muitos entrevistados como potencialmente excluídas do campo e que fatalmente irão se somar aos "sem-renda" dos centros urbanos.

Segundo os entrevistados na pesquisa, o baixo nível de renda obtido nos estabelecimentos agrícolas se deve, por um lado, aos baixos preços recebidos pelos produtos aí gerados e, por outro, ao alto custo dos insumos utilizados. A produção em pequena escala devido à insuficiência de terra agricultável nas pequenas propriedades agrícolas do oeste catarinense foi citada como fator limitante da renda neste perfil de unidade produtiva.

A compressão dos preços dos produtos agrícolas tem forçado os agricultores a aumentar a produção para compensar a perda de renda monetária da propriedade, mas o esgotamento da fronteira agrícola, principalmente nas microrregiões de Chapecó, Concórdia e São Miguel do Oeste impossibilita o aumento da área de lavouras. O aumento da produtividade, por sua vez, é dificultado pela degradação dos solos (devido à exploração e ao manejo inadequados), que não respondem adequadamente ao uso de fertilizantes. A alternativa da exploração pecuária intensiva também apresenta limitações, justificada principalmente dentro de uma lógica de desenvolvimento produtiva pela falta de competitividade e de recursos para investimento das pequenas unidades de produção.

TABELA 44 - PERCENTUAL MÉDIO DAS FAMÍLIAS RURAIS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA BRUTA MÉDIA MENSAL, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA, EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE DOMÍLIOS EXISTENTES - 2000

M R G	ATÉ 1/2 SM	1/2 -- 1 SM	1 -- 2 SM	M A I S D E 2 SM	Nº DOMÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
São M iguel do Oeste	5,36	24,63	29,5	38,37	100
C hapecó	5,27	22,55	25,64	42,16	100
X anxerê	6,11	25,43	25,33	35,66	100
C oncórdia	1,79	23,35	29,76	41,3	100
J oaçaba	3,33	18,71	26,21	49,47	100
O este C atarinense	4,42	22,97	27,32	41,39	100

FONTE: BGE - Censo Demográfico 2000.

O fator renda também é responsável pela atração que os centros urbanos exercem, principalmente os de médio e grande porte. As causas apontadas como mais atrativas para o homem do campo para migrar para a cidade são a estrutura socioeconômica que oferece perspectiva de emprego com trabalho mais "leve", carga horária pré-definida e com renda mensal. A perspectiva de dispor mensalmente de proventos para a manutenção da família é muito valorizado pelo homem do campo, pois a incerteza de obtenção de boas colheitas é uma constante na vida do agricultor. Além disso, muitas vezes, a remuneração do agricultor só se dá no final da safra. Desta forma, é perceptível que os fatores de atração da cidade são a outra face da realidade vivida na propriedade agrícola.

5. COMPOSIÇÃO E OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

Na década de 60, a população do oeste catarinense cresceu a uma taxa bem superior à de seu crescimento vegetativo devido ao movimento migratório de outras regiões em direção a ela. De 1970 a 1980, esta taxa foi de cerca de 2,6% ao ano, 0,4% superior ao incremento populacional do estado no período. Na década de 80, este processo sofreu uma drástica inversão e o crescimento demográfico da região atingiu uma taxa equivalente à metade da estadual. Nesta década, o ritmo de crescimento da população urbana reduz-se sensivelmente (de 3,9% a.a. para 2,5% a.a.) e intensifica-se o êxodo rural a ponto de provocar redução absoluta população rural ao final da década.

Nos anos 90, além de se assistir a um recrudescimento do processo expulsório da população rural - que a fez diminuir a uma taxa

de (-2,4%) ao ano -, nota-se o início da expulsão de população urbana principalmente em direção ao Vale do Itajaí, ao Norte Catarinense e à Grande Florianópolis. Com efeito, a mesorregião Oeste praticamente manteve estável sua população até meados da década de 90 (cresceu tão somente 0,3% a.a. entre 1991 e 1996, contra 1,4% a.a. no estado).

Nas últimas décadas, a população rural regional vem evoluindo de forma coerente com o processo geral de industrialização/urbanização do país e da região, com redução substancial de sua participação na população total a cada década. Em 1980, 63,4% da população oestina residia no meio rural e em 1996 apenas 43,7% se encontrava nesta situação. Em que pese o ritmo acelerado de desruralização da população da região entre 1991 e 1996, a taxa de urbanização populacional é ainda bastante baixa comparada à do estado e do país (56,3% contra 73,1% e 78,4%, respectivamente).

Na mesorregião em pauta, a população rural seguiu sendo majoritária em todas as suas microrregiões até pouco antes de 1991, quando alcançou 47,4% no contexto regional. Baixou para 41,4% em 1996. Ainda é maioria nas MRGs São Miguel do Oeste e Concórdia (53,5% e 51%, respectivamente).

5.1 ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

A ausência de levantamento da população economicamente ativa (PEA) nos últimos censos e as dificuldades de operacionalização do conceito de PEA nos levantamentos censitários⁸ limitam esta análise às informações do pessoal ocupado (PO) na agricultura da

⁸ O forte aumento da taxa de ocupação do pessoal na agricultura do oeste se deve basicamente à contínua perda de representatividade da população infantil na população rural da região. Ver Silva e Bottan (1984).

mesorregião Oeste Catarinense. O contingente de força de trabalho rural regional englobado nesse conceito vem elevando sistematicamente sua participação na população rural. Em 1970, a população ocupada na agricultura oestina representava 56% da população rural, elevando-se para 64% e 72% sua participação em 1980 e 1995-1996, respectivamente (Tabela 45).

A mesorregião Oeste, da mesma forma que o restante do estado, presenciou a elevação absoluta de seu contingente de PO até 1985. Essa evolução foi fortemente positiva na década de 1970 (24%), fraca de 1980 a 1985 (4%) e fortemente negativa entre 1985 e 1995-1996 (-16%), acompanhando a dinâmica populacional do período (Tabela 45).

Em nível estadual, essa queda foi mais acentuada, pois o PO estadual, após crescer 10% no período 1970-1980 e 6% entre 1980 e 1985, decresceu 19% até 1996, resultando num decréscimo de cerca de 6% no período todo.

Dentre as categorias de pessoal ocupado na agricultura mesorregional em 1995-1996, a mão-de-obra familiar somava quase 282 mil pessoas, ou 88% do total. Em 1985, a mão-de-obra familiar representava 91% e em 1970 correspondia a 95% do total de mão-de-obra agrícola regional (Tabela 46). Em contrapartida, os empregados permanentes elevaram sua participação de 1,6% em 1970 para 6,3% em 1995-1996. No mesmo período, os trabalhadores em regime temporário elevaram sua representatividade de 2,0% para 4,4% do pessoal ocupado na agricultura mesorregional no período em análise. O conjunto formado pelos parceiros de mão-de-obra, mais aqueles cujo(s) regime(s) de trabalho não foram especificados, mantiveram-se pouco expressivos no período (Tabela 46).

Os estabelecimentos agrícolas da região com área total menor ou igual a 50 hectares são responsáveis pelo emprego de cerca de 90% da mão-de-obra rural da região. Nos estabelecimen-

tos com menos de 50 hectares, a força de trabalho vem se mantendo desde 1980 quase totalmente baseada nos membros da unidade familiar (entre 90% e 95%) (Tabela 47). Já nas médias e grandes propriedades agrícolas, aumentou consideravelmente entre 1980 e 1995-1996 a participação dos membros da família dos agricultores na composição da mão-de-obra. Ou seja, nos estratos acima de 50 hectares de área total, a importância dos empregados permanentes e temporários na execução dos trabalhos agrícolas foi sensivelmente reduzida no período (Tabela 47). Atualmente, apenas nos estabelecimentos com mais de 200 hectares a mão-de-obra contratada ultrapassa, em média, 50% da força de trabalho empregada.

O grau de intensificação do uso de mão-de-obra na agricultura regional é bem superior ao da média estadual. Enquanto no estado, em 1996, empregavam-se cerca de 110 pessoas por 1.000 hectares, no oeste este índice atingiu quase 150 (Tabela 48) A criação de pequenos animais e o relativo "represamento" de mão-de-obra familiar nas pequenas propriedades do oeste explicam o uso mais intensivo da mão-de-obra agrícola na região. Após um incremento na intensidade de uso de mão-de-obra agrícola entre 1980 e 1985, na região Oeste, a exemplo de Santa Catarina, vem perdendo intensidade a utilização da mão-de-obra agrícola nos últimos anos. As melhores tecnologias nas explorações agrícolas têm permitido elevar a eficiência e a produtividade do trabalho agrícola.

Desse modo, da evolução recente na estrutura de ocupação da mão-de-obra agrícola regional pode-se depreender:

a) A agricultura da região Oeste Catarinense vem passando por um lento processo de substituição de sua mão-de-obra familiar por mão-de-obra contratada.

b) Este movimento de alteração nas condições do emprego rural vem ocorrendo em

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 45 - POPULAÇÃO RURAL E PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E SANTA CATARINA - 1970, 1980, 1985, 1991 E 1995-1996

TOTAL MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	ANO				EVOLUÇÃO INTERCENSITÁRIA			
	1970	1980	1985	1996	1980/1970	1985/1980	1996/1985	1996/1970
Pessoal ocupado na Agricultura	528.497	574.165	501.949	444.906	8,6	-12,6	-11,4	-15,8
N.ºs Absolutos	296.538	366.996	381.484	322.193	23,8	3,9	-15,5	8,7
N.ºs Relativos à População Rural	56,1	63,9		72,4				
N.ºs Relativos à P. O. do Estado	38,8	43,9	43	44,8				

(continua)

(continuação)

TOTAL MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO			
	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1970/1996
População Rural	0,832	-1,215	-2,384	-0,66
Pessoal ocupado na Agricultura				
N.ºs Absolutos	2,155	0,353	-3,322	0,32
N.ºs Relativos à População Rural				
N.ºs Relativos à P. O. do Estado				

(continua)

(continuação)

TOTAL SANTA CATARINA	ANO				EVOLUÇÃO INTERCENSITÁRIA			
	1970	1980	1985	1996	1980/1970	1985/1980	1996/1985	1996/1970
População Rural	1.655.691	1.473.695	1.333.457	1.310.114	-11	-9,5	-1,8	-20,9
Pessoal ocupado na Agricultura								
N.ºs Absolutos	763.501	836.755	887.287	718.694	9,6	6	-19	-5,9
N.ºs Relativos à População Rural	46,1	56,8		54,9				
N.ºs Relativos à P. O. do Estado	100	100	100	100				

(continua)

(conclusão)

TOTAL SANTA CATARINA	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO			
	1970/1980	1980/1991	1991/1996	1970/1996
População Rural	-1,158	-0,905	-0,353	-0,896
Pessoal ocupado na Agricultura				-0,896
N.ºs Absolutos	0,92	0,534	-4,127	-0,232
N.ºs Relativos à População Rural				
N.ºs Relativos à P. O. do Estado				

FONTE: BGE - Censos Demográficos - Santa Catarina, 1960, 1970, 1980 e 1995-1996.

BGE - Censos Agropecuários - Santa Catarina, 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 46 - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA OCUPADA NA AGRICULTURA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE - 1970 A 1995-1996

ANO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL REGIONAL				TOTAL
	Mão-de-obra familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros + outra condição	
1970	95,0	1,6	2,0	0,9	100,0
1980	91,1	3,7	4,4	0,7	100,0
1985	90,8	4,0	4,3	1,0	100,0
1995/96	88,1	6,3	4,4	1,2	100,0

(continua)

(conclusão)

ANO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL ESTADUAL (%)				TOTAL
	Mão-de-obra familiar	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros + outra condição	
1970	38,1	39,3	25,3	19,5	39
1980	43,3	44,5	37,6	30	42,1
1985	42,4	44,3	35,6	24,8	37,1
1995/96	45,8	48,2	30,1	37,7	44,8

FONTE: Fundação BGE. - Censos Agropecuários - Santa Catarina, 1970, 1980, 1985 e 1995-1996.

TABELA 47 - COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE POR CLASSE DE ÁREA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE MÃO-DE-OBRA - 1980 E 1995-1996

1980	PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL NO TOTAL DA CLASSE DE ÁREA								
	-10 ha	10-20 ha	20-50 ha	50-100 ha	100-200 ha	200-500 ha	500-1000 ha	+ de 1000 ha	TOTAL
Mão-de-obra familiar	96,4	95,3	92,0	79,7	59,7	24,6	17,4	10,2	91,1
Empregados permanentes	1,3	1,2	2,9	8,9	17,9	37,4	55,7	66,5	3,7
Empregados temporários	1,7	3,0	4,5	10,3	20,1	29,7	25,8	21,7	4,4
Parceiros + outra condição	0,6	0,4	0,6	1,1	2,2	8,3	1,0	1,5	0,7

(continua)

(conclusão)

1995-1996	PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL NO TOTAL DA CLASSE DE ÁREA							
	0-10 ha	10-20 ha	20-50 ha	50-100 ha	100-200 ha	200-500 ha	500-1000 ha	Mais de 1000
Mão-de-obra Familiar	95,2	94,7	89,5	73,6	49,4	27,6	16,2	4,4
Empregados permanentes	2	1,7	4,2	13,8	30,7	40,5	67,4	80,6
Empregados temporários	2,1	2,9	4,8	10	16,7	26	14,4	11,5
Parceiros + Outra condição	0,7	0,8	1,5	2,6	3,2	6	1,9	3,4

FONTE: BGE - Censos Agropecuários 1980 e 1995-1996.

TABELA 48 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DO OESTE CATARINENSE POR 1.000 HECTARES DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1980, 1985 E 1995-1996

MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA	PESSOAS OCUPADAS POR 1.000 HECTARES		
	1980	1985	1995/96
São Miguel do Oeste	216,1	244,7	189,7
Chapecó	229,1	238,5	205,8
Xanxerê	95	116,7	101,2
Concórdia	200,9	188,5	185,8
Joaçaba	70,3	70,1	88,6
Mesorregião Oeste Catarinense	149	158,4	146,7
Santa Catarina	112	119,6	108,7

FONTE: Fundação BGE. Censos Agropecuários - Santa Catarina, 1980, 1985 e 1995-1996.

todos os estratos de área, com leve queda de participação da mão-de-obra familiar nos estratos de até 50 hectares e aumento desta participação nos médios e grandes estabelecimentos agrícolas (acima de 50 hectares).

c) A mão-de-obra contratada ultrapassa 50% da força de trabalho agrícola apenas nas propriedades agrícolas com mais de 50 hectares.

d) A região Oeste apresenta uma intensidade de ocupação de mão-de-obra agrícola por unidade de área bem superior à da média estadual, refletindo a maior pressão sobre a terra e a maior concentração de atividades com maior demanda por trabalho na região.

5.2. MIGRAÇÃO, ÊXODO RURAL E CONFLITOS DE TERRA

A análise dos movimentos migratórios mostrou que a dinâmica populacional da mesorregião Oeste na década de 80 foi marcada por uma intensa urbanização, enquanto nos anos

90 verificou-se um arrefecimento do crescimento urbano, além de uma intensificação da desruralização da região.

A dinâmica apresentada por cada microrregião teve suas particularidades. O processo foi mais sentido nas MRGs de São Miguel do Oeste e Concórdia, por se tratar de microrregiões predominantemente rurais. A MRG de Concórdia, apesar de ter apresentado a maior taxa média de crescimento da população urbana da mesorregião Oeste na década de 80, reduziu sobremaneira essa taxa no primeiro quinquênio da década de 90.

Se na década de 80 a perda de população rural era, de certa forma, compensada pelo aumento da população urbana (parte significativa da população rural que migrava era incorporada à população urbana da microrregião), no início da década de 90 se manifesta um deslocamento populacional microrregional, especialmente da população rural, para outras regiões.

A MRG de São Miguel do Oeste, por sua vez, apresentou em todo o período analisado um nível de urbanização muito baixo e uma crescente

desruralização⁹, que se acentuou bastante nos últimos anos. No início da década de 90, observa-se uma redução significativa do crescimento urbano e uma diminuição ainda maior da população rural. Estas microrregiões são as únicas que desde 1980 vêm diminuindo a participação relativa das suas respectivas populações na população total da mesorregião.

A MRG de Chapecó, apesar da grande perda de população rural observada, especialmente nos últimos anos, foi capaz de absorver na sua “economia urbana” parcela da população rural migrante, inclusive de toda a região. Do mesmo modo, a MRG de Joaçaba possui uma grande concentração de população urbana, tendo já na década de 70 iniciado o processo de inversão dessa população sobre a rural. Entretanto, juntamente com a MRG de Xanxerê, que foi uma das microrregiões que mais sofreram perda de população rural durante a década de 80, reduziu no primeiro quinquênio da década de 90 a intensidade do êxodo rural. Uma das prováveis razões, como será visto adiante, é o expressivo número de assentamentos e acampamentos ali localizados.

De um modo geral, tem-se observado na região uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas, notadamente em alguns poucos municípios, principalmente naqueles pertencentes às microrregiões que concentram o maior número de indústrias de transformação, a saber; MRGs de Chapecó e Joaçaba. Estas duas microrregiões concentram 63,1% das indústrias de transformação da mesorregião, empregando 69,3% pessoas ocupadas nas indústrias da região.

No período 1993-2000 verificou-se um percentual de 62,1% na expansão do número de indústrias de transformação, com um aumento de 54,2% no número de empregados., sobresaindo-se as microrregiões de Chapecó e São Miguel do Oeste, que ultrapassaram os 83% no crescimento do número de indústrias. Chapecó mais que duplicou o número de empregados (138,4%) e São Miguel quase dobrou este número (98,2%). A menor expansão relativa foi verificada na microrregião de Joaçaba. (Tabela 49).

TABELA 49 - NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E DE EMPREGADOS, POR MICRORREGIÃO - 1993 e 2000

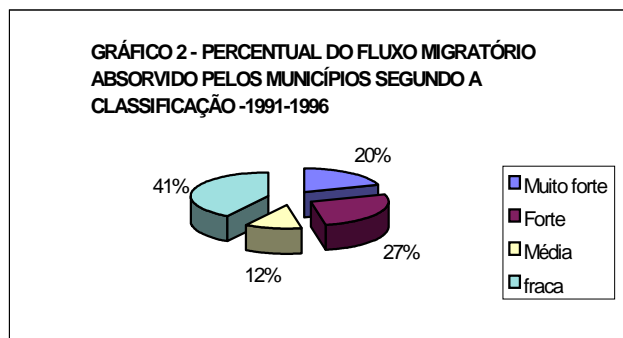
MICRORREGIÃO	NÚMERO DE EMPRESAS		NÚMERO DE EMPREGADOS	
	1993	2000	1993	2000
São Miguel do Oeste	273	502	2.472	4.899
Chapecó	569	1.060	8.847	21.088
Xanxerê	252	391	4.840	6.217
Joaçaba	696	969	20.683	24.694
Concórdia	217	332	5.771	8.803
OESTE	2.007	3.254	42.613	65.701

FONTE: Sebrae - Santa Catarina em Dados, Florianópolis, v.8, 1997. e Ministério do Trabalho - Rais 2000

Em síntese, pode-se afirmar que a dinâmica da economia regional é dada por não mais que 20 municípios, majoritariamente concentrados em duas microrregiões: Joaçaba e Chapecó, o que denota um crescimento econômico desigual. Essa afirmação é corroborada pelo fato de que a intensidade de absorção de imigrantes é alta apenas em alguns dos municípios dessas microrregiões, sendo baixa na imensa maioria dos demais. O município de Chapecó, sozinho,

⁹ Os municípios cujos valores se situaram no primeiro quartil foram denominados pobres; os que se situaram entre o primeiro quartil e a mediana denominaram-se intermediário inferior; os que se situaram entre a mediana e o terceiro quartil denominaram-se intermediário superior; finalmente, os situados acima do terceiro quartil foram denominados ricos.

absorveu 20% da população imigrante entre 1991 e 1996 (Tabela 50 e gráfico 2).



Apesar da importância dessas microrregiões para a economia regional e da atração que ainda exercem sobre a população migrante, o relativo esvaziamento demográfico da mesorregião a partir de 1980 é evidente (Tabela 51).

A participação da população da mesorregião Oeste na população estadual passou de 25,7% em 1980, para 22,2% em 1996 (Tabela 51). É importante assinalar que a perda relativa de população do oeste no período ocorreu principalmente pela saída da região de pessoas egressas do meio rural. Ou seja, embora parte das pessoas que deixaram o campo no período 1980-1991 tenha migrado para as cidades da região, o maior contingente foi deslocado para outras regiões de Santa Catarina. Este processo foi mais intenso nos anos noventa, quando as cidades do oeste catarinense não foram mais capazes de absorver o contingente de força de trabalho vindo do campo.

Analisando-se o censo de 2000, observa-se relativamente à população catarinense, que a população total e a urbana

seguiram a trajetória declinante de participação relativa, não acontecendo o mesmo com a população rural, que inverteu esta trajetória no último censo. (Tabela 51)

Embora alguns estudiosos considerem que o período mais severo da desruralização brasileira foi a década de 80, a contagem populacional de 1996 revela que na região Oeste Catarinense o êxodo rural foi intensificado no início dos anos 90. Neste caso, as especulações sobre uma eventual migração de retorno ou contenção do êxodo rural no final dos anos 80 e início dos anos 90 não se confirmaram.

Segundo estimativas dos entrevistados na pesquisa de campo, só no período nov/96-out/97 mais de 26 mil pessoas deixaram o campo na região Oeste. Desses, cerca de 60% eram pessoas que migraram em conjunto com sua família (Tabela 52). Associando-se estas estimativas à população rural existente em 1996, deduz-se que o êxodo rural vem sofrendo uma forte intensificação com taxas de decréscimo da população rural superior a 5% a.a. (Tabela 53).

Para os próximos dez anos, segundo os entrevistados da pesquisa de campo, é estimada uma redução de cerca de 35% no número de propriedades agrícolas da região, ou seja, mais de 30 mil unidades familiares de produção.

Mesmo considerando que esses dados foram fornecidos arbitrariamente, tendo como base o conhecimento empírico dos entrevistados, eles se tornam importantes ao fornecer uma idéia de grandeza da intensificação do fenômeno do êxodo rural na região e neste sentido foram considerados.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 50 - IMIGRAÇÃO OCORRIDA NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE 1991 A 1996

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO-RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO-RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA (%)	PERCENTUAL DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1991-1996	INTENSIDADE DE ABSORÇÃO DE IMIGRANTES (1)
Chapecó	112.800	16.178	14,34	20,00	Muito forte
Caçador	50.762	3.744	7,38	4,63	forte
Vitória	35.922	3.642	10,14	4,50	forte
São Miguel do Oeste	36.855	3.417	9,27	4,23	forte
Frutibundo	26.649	3.281	12,31	4,06	forte
Xanxerê	37.638	2.633	7,00	3,26	forte
Concórdia	60.019	2.560	4,27	3,17	forte
Joaçaba	28.139	2.488	8,84	3,08	forte
São Lourenço do Oeste	17.233	1.962	11,39	2,43	média
Maravilha	21.852	1.346	6,16	1,66	média
Seara	15.363	1.345	8,75	1,66	média
Xaxim	20.126	1.309	6,50	1,62	média
Capinzal	13.694	1.308	9,55	1,62	média
Itá	8.426	1.253	14,87	1,55	média
Dionísio Cerqueira	13.720	1.243	9,06	1,54	média
Ipiranga	15.236	1.112	7,30	1,37	fraca
Palmiotto	17.749	1.019	5,74	1,26	fraca
Hervaldo Oeste	17.832	1.011	5,67	1,25	fraca
Palm Sola	8.857	985	11,12	1,22	fraca
Pinhalzinho	10.673	974	9,13	1,20	fraca
Campos Novos	26.272	922	3,51	1,14	fraca
Lebon Régis	10.804	911	8,43	1,13	fraca
Abelardo Luz	13.563	884	6,52	1,09	fraca
Passos Maia	3.693	865	23,42	1,07	fraca
São José do Cedro	17.673	843	4,77	1,04	fraca
Água Doce	7.133	792	11,10	0,98	fraca
Guarujá do Sul	4.776	766	16,04	0,95	fraca
Ponte Serrada	8.566	751	8,77	0,93	fraca
Tangará	11.833	734	6,20	0,91	fraca
Catanduvas	6.959	730	10,49	0,90	fraca
Ipocrito do Oeste	7.718	703	9,11	0,87	fraca
Descanso	10.877	678	6,23	0,84	fraca
Rio das Antas	5.753	654	11,37	0,81	fraca
Águas de Chapecó	6.443	637	9,89	0,79	fraca
Quilombinho	16.167	609	3,77	0,75	fraca

(continua)

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

(continuação)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO- RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO- RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA (%)	PERCENTUAL DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1991-1996	INTENSIDADE DE ABSORÇÃO DE IMIGRANTES (1)
Vargem Bonita	5.221	593	11,36	0,73	fraca
São Domingos	11.454	558	4,87	0,69	fraca
São Carlos	12.230	540	4,42	0,67	fraca
Matos Costa	2.702	511	18,91	0,63	fraca
Guaraciaba	12.434	493	3,96	0,61	fraca
Galvão	7.069	492	6,96	0,61	fraca
Caxambu do Sul	5.895	487	8,26	0,60	fraca
Cunha Porã	10.776	478	4,44	0,59	fraca
Salto Veloso	3.510	459	13,08	0,57	fraca
Comandante Friaes	9.927	412	4,15	0,51	fraca
Calmon	2.293	409	17,84	0,51	fraca
Mondaí	10.158	409	4,03	0,51	fraca
Treze Ilhas	4.027	392	9,73	0,48	fraca
Nova Erechim	3.114	385	12,36	0,48	fraca
Anchieta	9.599	370	3,85	0,46	fraca
São João do Oeste	6.119	366	5,98	0,45	fraca
Iani	7.600	364	4,79	0,45	fraca
Saudades	9.072	337	3,71	0,42	fraca
Piratuba	4.909	332	6,76	0,41	fraca
Tunápolis	5.546	321	5,79	0,40	fraca
Cabi	7.428	305	4,11	0,38	fraca
Bitaré	3.936	303	7,70	0,37	fraca
Belmonte	3.349	297	8,87	0,37	fraca
Faxinal dos Guedes	9.266	293	3,16	0,36	fraca
Piñeiro Preto	2.374	292	12,30	0,36	fraca
Jaborá	4.407	289	6,56	0,36	fraca
Moderb	5.914	288	4,87	0,36	fraca
Romeândia	9.419	287	3,05	0,35	fraca
Guatambu	4.745	277	5,84	0,34	fraca
Marema	6.644	274	4,12	0,34	fraca
Planalto Alegre	2.637	271	10,28	0,34	fraca
Nova Itaberaba	2.999	261	8,70	0,32	fraca
Peritiba	3.189	251	7,87	0,31	fraca
Puaçu	1.833	250	13,64	0,31	fraca
Sul Brasil	3.884	248	6,39	0,31	fraca

(continua)

(conclusão)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO-RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1996, NÃO-RESIDENTE NO MUNICÍPIO EM 1991 E NÃO-NATIVA (%)	PERCENTUAL DE ABSORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO PERÍODO DE 1991-1996	INTENSIDADE DE ABSORÇÃO DE IMIGRANTES (1)
Arroio Trinta	3.335	242	7,26	0,30	fraca
Riqueza	6.278	241	3,84	0,30	fraca
Vargeão	2.784	241	8,66	0,30	fraca
Iraceminha	5.727	238	4,16	0,29	fraca
Santa Helena	2.802	237	8,46	0,29	fraca
Xavantina	4.961	229	4,62	0,28	fraca
União do Oeste	4.991	223	4,47	0,28	fraca
Ouro	6.977	217	3,11	0,27	fraca
Coronel Martins	2.639	185	7,01	0,23	fraca
Serra Alta	3.861	158	4,09	0,20	fraca
Ipumirim	7.253	154	2,12	0,19	fraca
Ipira	4.765	149	3,13	0,18	fraca
Irati	3.195	144	4,51	0,18	fraca
São Miguel Boa Vista	2.255	131	5,81	0,16	fraca
Lindóia do Sul	5.278	125	2,37	0,15	fraca
Pres. Castelo Branco	1.796	116	6,46	0,14	fraca
Arabutã	4.319	108	2,50	0,13	fraca
Arvoredo	2.730	106	3,88	0,13	fraca
Jardinópolis	2.243	92	4,10	0,11	fraca
Lacerdópolis	2.080	90	4,33	0,11	fraca
Novo Horizonte	5.948	65	1,09	0,08	fraca
Paraíso	5.387	59	1,10	0,07	fraca
Cordilheira Alta	2.506	35	1,40	0,04	fraca
Águas Frias	1.959	33	1,68	0,04	fraca
Erval Velho	4.626	29	0,63	0,04	fraca
Lajeado Grande	1.172	29	2,47	0,04	fraca
Ouro Verde	3.840	11	0,29	0,01	fraca
Macleira	1.922	5	0,26	0,01	fraca
SOMA TOTAL	1.051.083	80.875	7,69	-----	

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(1) Calculou-se a participação relativa de absorção de imigrantes de cada município. Dividiu-se o intervalo entre a menor e a maior participação relativa encontrada (desconsiderando a participação do município de Chapecó, que, devido a características próprias, destaca-se muito dos demais municípios), em três partes iguais e em seguida agruparam-se os municípios cujos percentuais se enquadrassem nestas partes. Somente o município de Chapecó absorveu 20 % das imigrações e foi denominado de muito forte; os municípios enquadrados no primeiro grupo (de 3,07% a 4,63%) foram denominados de forte, os enquadrados no segundo grupo (de 1,53% a 3,06%) foram denominados média e os enquadrados no terceiro grupo (de 0,01% a 1,53%) foram denominados de fraca.

TABELA 51 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE NA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1980, 1991, 1996 e 2000

ANO	SANTA CATARINA	MESORREGIÃO OESTE	PARTICIPAÇÃO
População Total			
1980	3.627.933	931.230	25,7
1991	4.541.994	1.051.083	23,1
1996	4.875.244	1.077.901	22,1
2000	5.356.360	1.116.766	20,9
População Urbana			
1980	2.154.238	340.454	15,8
1991	3.208.537	532.959	16,6
1996	3.565.130	606.529	17
2000	4.217.931	702.616	16,7
População Rural			
1980	1.473.695	590.776	40,1
1991	1.333.457	518.124	38,8
1996	1.310.114	471.372	36
2000	1.138.429	414.150	36,4

FONTE: BGE, Censos Demográficos - 1980, 1991, 1996 e 2000.

TABELA 52 - ESTIMATIVA DO ÊXODO RURAL NO OESTE CATARINENSE NO PERÍODO DE NOVEMBRO /96 A OUTUBRO /97

M RG	TOTAL	Nº DE INDIVÍDUOS QUE MIGRAM ISOLADAMENTE	Nº DE FAMÍLIAS	TAMANHO MÉDIO DA FAMÍLIA	Nº DE PESSOAS QUE MIGRAM COM A FAMÍLIA
São Miguel do Oeste	5.124	1.849	826	4	3.276
Chapecó	10.782	4.402	1.513	4,2	6.380
Xanxerê	3.605	1.139	599	4,1	2.466
Concórdia	3.710	1.483	571	3,9	2.227
Joaçaba	3.212	1.310	443	4,3	1.903
TOTAL	26.434	10.182	3.952	4,1	16.252

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA 53 - ESTIMATIVA DO ÊXODO TOTAL NO PERÍODO DE NOVEMBRO/96 A OUTUBRO /97, POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E PARTICIPAÇÃO DO ÊXODO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE EM 1996, NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

M RG	ÊXODO TOTAL (A)	POPULAÇÃO RURAL	
		Residente (B)	% (A/B)
São Miguel do Oeste	5.124	104.057	4,9
Chapecó	10.782	151.165	7,1
Xanxerê	3.605	61.856	5,8
Concórdia	3.710	66.283	5,6
Joaçaba	3.212	88.911	3,6
TOTAL	26.434	472.272	5,6

FONTE: BGE Contagem Populacional de 1996 e Pesquisa de Campo.

Apesar da difícil acessibilidade a técnicas e equipamentos necessários à leitura dos dados dos censos demográficos que fornecessem uma estimativa do êxodo rural no período analisado, fazem-se estimativas dos saldos migratórios para as microrregiões¹⁰.

As estimativas dos saldos migratórios indicam que cerca de 15.500 pessoas migraram do oeste para outras regiões de Santa Catarina e/ou outros estados no período 1980-1991. A microrregião de São Miguel do Oeste foi a que apresentou a maior taxa de expulsão populacional, enquanto na de Joaçaba registraram-se os menores níveis migratórios (Tabela 54). A migração da população oestina para outras regiões continuou no período 1991-1996 de maneira igualmente intensa (Tabela 55). É importante destacar que, na sua grande maioria, as mais de 230 mil pessoas que saíram da região no período 1980-1996 são oriundas do meio rural.

O êxodo rural vem sendo um dos principais fatores de exclusão socioeconômica da população rural no oeste catarinense. O movimento migratório da população rural da região vem ocorrendo especialmente no sentido de esvaziamento do contingente populacional regional. Segundo depoimentos colhidos na pesquisa de campo, o deslocamento das pessoas ocorre predominantemente para (mapa 3):

- ⇒ Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, cujo fluxo foi contido ainda no início dos anos 90, com a crise do setor calçadista;
- ⇒ colônias velhas da Serra Gaúcha, nas regiões de fruticultura;
- ⇒ São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, para trabalhar em restaurantes no litoral e

churrascarias às margens das BRs e marginais;

- ⇒ centros de expansão da construção civil no litoral de Santa Catarina e centros de indústria metal-mecânica, madeireira e têxtil no norte do estado e no Vale do Itajaí.

O saldo migratório da região Oeste Catarinense no período 1996 a 2000 foi negativo, em 1,95%, não sendo maior pelos saldos migratórios positivos da microrregião geográfica de Concórdia e Joaçaba que apresentaram, respectivamente, valores de 3,04% e 1,80%. A que mais perdeu população foi a microrregião de São Miguel do Oeste.

Paralelamente, tem ocorrido uma forte migração interna entre os municípios situados ao sul das microrregiões de Chapecó, Concórdia e Joaçaba, especialmente em direção aos municípios de Chapecó, Maravilha, Seara, Concórdia e Capinzal. A população situada ao norte dessas microrregiões tem-se dirigido também para a região de fruticultura e horticultura da MRG de Joaçaba, particularmente em torno de Caçador e Fraiburgo.

A pesquisa de campo indica que a migração de jovens é intensa e incide sobre ambos os sexos (Tabela 58). Predomina a mão-de-obra familiar dos estratos de área entre 5 e 50 hectares (especialmente de 5 a 10 hectares) no contingente de pessoas que deixam o campo. Em geral, trata-se de agricultores descapitalizados, com pouca infra-estrutura de produção, que exploram produtos básicos e cuja produção agrega pouco valor. Os agricultores com pequena escala de produção, insuficiente para a manutenção da família, forçam, muitas vezes, a migração de seus filhos jovens com potencial de competir no mercado de trabalho urbano.

¹⁰ O saldo líquido migratório é a diferença entre a população total esperada face ao crescimento vegetativo (natalidade menos a mortalidade) e a população encontrada no momento do recenseamento. Os dados fornecidos pelo registro civil do IBGE não consideram a situação de domicílio da população registrada, o que dificulta separar a situação urbana da rural.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 54 - ESTIMATIVA DE SALDO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO DO OESTE CATARINENSE POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA NO PERÍODO DE 1980 A 1991

M R G	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO ESPERADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	SALDO MIGRATÓRIO	(%)
	1980	1991	1991	Do período	
São Miguel do Oeste	181.003	234.529	186.806	-47.726	-20,35
Chapecó	300.565	396.517	340.495	-56.022	-14,13
Xanxerê	117.769	153.142	130.287	-22.855	-14,92
Concórdia	116.147	145.486	130.608	-14.878	-10,23
Joaçaba	215.746	276.857	262.890	-13.967	-5,04
Região Oeste	931.230	1.206.531	1.051.083	-155.448	-12,88
Santa Catarina	3.627.933	4.629.182	4.541.994	-87.188	-1,88

FONTE: BGE - Estatísticas do Registro Civil, 1980-1994.

TABELA 55 - ESTIMATIVA DE SALDO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA NO PERÍODO DE 1991 A 1996

M R G	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO ESPERADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	SALDO MIGRATÓRIO	(%)
	1991	1996	1996	Do período	
São Miguel do Oeste	186.803	205.108	178.819	-26.289	-12,82
Chapecó	340.495	376.776	352.726	-24.050	-6,38
Xanxerê	130.287	144.599	137.104	-7.495	-5,18
Concórdia	130.608	141.032	128.072	-12.960	-9,19
Joaçaba	262.890	289.310	281.180	-8.130	-2,81
Região Oeste	1.051.083	1.156.825	1.077.901	-78.924	-6,82
Santa Catarina	4.541.994	4.950.869	4.875.244	-75.625	-1,53

FONTE: BGE - Estatísticas do Registro Civil, 1980-1994.

Nota: O crescimento vegetativo dos anos 1995 e 1996 foram estimados com base na média do período de 1991 a 1994.

TABELA 56 - ESTIMATIVA DO SALDO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO CATARINENSE POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA -1996 a 2000

M R G	POPULAÇÃO RESIDENTE	POPULAÇÃO ESPERADA	POPULAÇÃO RESIDENTE	SALDO MIGRATÓRIO	(%)
	1996	2000	2000	Do período	
São Miguel do Oeste	178.819	187.396	171.160	-16.236	-8,66
Chapecó	352.726	372.853	361.345	-11.508	-3,09
Xanxerê	137.104	146.170	142.326	-3.844	-2,63
Concórdia	128.072	133.826	137.892	4.066	3,04
Joaçaba	281.180	298.673	304.043	5.370	1,8
Região Oeste	1.077.901	1.138.918	1.116.766	-22.152	-1,95
Santa Catarina	4.875.244	5.128.612	5.356.360	227.748	4,44

FONTE: BGE - Estatística do Registro Civil - 1998.

Nota: O crescimento vegetativo nos anos de 1997 e 1999 foi estimado pela média de 1998.

MAPA 3 - PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS DA MESORREGIÃO DO OESTE CATARINENSE

TABELA 57 - CRESCIMENTO VEGETATIVO EM SANTA CATARINA, NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICA - 1980-1998

M R G	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
São Miguel do Oeste	5.207	4.940	6.014	4.977	4.857	5.513	5.262	4.795	5.048
Chapecó	10.757	9.443	10.947	8.686	8.629	9.339	9.941	8.380	8.947
Xanxerê	3.866	3.398	3.989	3.003	3.447	3.340	3.843	2.994	3.417
Concórdia	3.310	3.117	2.964	2.762	2.632	2.697	2.827	2.645	2.694
Joaçaba	6.074	5.990	6.253	5.396	5.468	5.488	5.645	5.400	5.807
Oeste Catarinense	29.214	26.888	30.167	24.824	25.033	26.377	27.518	24.214	25.913
Santa Catarina	98.669	97.873	108.012	90.801	88.022	92.471	93.300	87.226	93.510

(continua)

(conclusão)

M R G	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (est.)	1996 (est.)	1997 (est.)	1998 (est.)
São Miguel do Oeste	4.302	3.863	3.955	3.871	3.384	3.630	3.710	3.710	2.859	2.859
Chapecó	7.467	7.083	7.090	7.662	6.579	7.583	7.229	7.229	6.709	6.709
Xanxerê	2.656	2.552	2.734	2.876	2.497	3.257	2.841	2.841	3.022	3.022
Concórdia	2.568	2.191	2.242	2.146	2.089	1.967	2.111	2.111	1.918	1.918
Joaçaba	5.509	4.983	5.172	5.241	5.215	5.433	5.265	5.265	5.831	5.831
Oeste Catarinense	225.502	20.672	21.193	21.796	19.764	21.870	21.156	21.156	20.339	20.339
Santa Catarina	85.943	80.867	83.224	82.222	79.020	83.600	82.017	82.017	84.456	84.456

FONTE: IBGE - Estatísticas do Registro Civil, 1980-1994-1998.

Nota: O crescimento vegetativo dos anos 1995 e 1996 foi estimado com base na média do período de 1991 a 1994. Para 1997 a estimativa foi feita com base no ano de 1998.

TABELA 58 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA MIGRAÇÃO POR SEXO E GRUPO DE FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO OESTE CATARINENSE

MRG	% MÉDIO DE MIGRAÇÃO POR SEXO		% MÉDIO DE MIGRAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA				
	Masc.	Fem.	16 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	+ de 51 anos
São Miguel do Oeste	53	47	43	40	10	4	3
Chapecó	48	52	36	30	18	9	6
Xanxerê	51	49	31	31	17	14	11
Concórdia	52	48	34	38	12	8	9
Joaçaba	49	50	47	22	12	10	8
TOTAL	51	49	38	32	14	9	8

FONTE: Pesquisa de Campo.

O quadro apresentado pelos técnicos e lideranças rurais da região denota certo desânimo quanto ao futuro da agricultura regional de pequena escala. Alguns dos fatores que inviabilizam a permanência dos indivíduos na propriedade agrícola, segundo os entrevistados, estão relacionados à baixa rentabilidade das explorações agrícolas, à ausência de políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar, ao reduzido tamanho das propriedades e à conseqüente insuficiência de terras próprias para lavoura.

De acordo com as informações obtidas, 29% das famílias de agricultores do oeste catarinense podem ser consideradas “carentes de terra” (Tabelas 59 e 60).

Além dos fatores acima mencionados, foram apontados alguns outros, como mostra a tabela 61, que estariam vinculados às causas da migração rural.

Uma das principais conseqüências do êxodo rural é o aumento dos conflitos de terra. Levantamento de acumulação interna, feito pelo Incra em outubro de 97, mostra que 69,6% dos acampamentos de sem-terra do estado estão localizados no oeste de Santa Catarina, “abrigo” 2.413 famílias acampadas, ou seja, 75,7% do total de famílias acampadas no estado (Tabela 62). Ressalta-se que estes acampamentos se encontram apenas em cinco municípios do oeste, localizados em duas microrregiões: Xanxerê e Joaçaba.

Do total de famílias acampadas na região Oeste, 73,2% são oriundas de Santa Catarina, enquanto 14,21% são naturais do estado Paraná

e 11,89% do estado do Rio Grande do Sul (Tabela 63). Das famílias acampadas naturais de Santa Catarina, cerca de 92% são da própria mesorregião Oeste Catarinense, especialmente de Chapecó e Xanxerê (Tabela 64).

A demanda e os conflitos por terra no oeste catarinense têm levado o Incra a realizar projetos de assentamento na região. Dos 95 assentamentos implantados em Santa Catarina nas últimas décadas, 68 estão localizados na mesorregião Oeste Catarinense, abarcando 80% das famílias assentadas (aproximadamente 10.760 pessoas. As microrregiões de Xanxerê e Joaçaba detêm a maior parte dos projetos de assentamento da região (75% dos assentamentos, 83% das famílias e 82% das pessoas assentadas) (Tabela 65).

Segundo informações obtidas no 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil, encomendado pelo Incra em 1996, 82,67% dos beneficiários envolvidos nos projetos de assentados em Santa Catarina eram “agricultores/camponeses” antes de ser assentamento (conforme Incra 1996). A partir deste dado, conclui-se que a maioria do público dos assentamentos, em sua origem, é de agricultores.

A dinâmica agrária da região Oeste Catarinense dos últimos anos deixa evidente a estreita relação entre êxodo rural e conflitos por terra na região¹¹. Este fenômeno, muito mais que uma tendência natural do “desenvolvimento rural”, vem ameaçando o próprio desenvolvimento regional.

A relativa contenção da migração rural, observada nas MRG de Xanxerê e Joaçaba, está

⁽¹¹⁾ O 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil, elaborado em 1996, revela que 82,67% dos beneficiários dos projetos de assentamento em Santa Catarina eram agricultores/camponeses antes de ser assentados.

TABELA 59 - NÚMERO DE FAMÍLIAS CARENTES DE TERRA SEGUNDO A CATEGORIA DE PRODUTOR RURAL, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

MRG	TOTAL	Nº DE FAMÍLIAS			
		Proprietários de Minifúndios	Arrendatários e Parceiros	Trabalhadores Rurais	Filhos de Peq. Produtores
São Miguel do Oeste	7.577	3.107	1.970	379	2.197
Chapecó	11.283	4.513	2.595	1.241	2.934
Xanxerê	4.049	1.417	688	648	1.296
Concórdia	4.411	1.588	970	353	1.500
Joaçaba	4.850	1.552	1.019	922	1.358
TOTAL	32.170	11.903	6.756	4.504	9.329

FONTE: Pesquisa de Campo.

TABELA 60 - RELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE FAMÍLIAS CARENTES DE TERRA E NÚMERO DE DOMÍLIOS RURAIS PARTICULARES PERMANENTES, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

MRG	TOTAL DE FAMÍLIAS CARENTES DE TERRA (A)	Nº DE DOMÍLIOS RURAIS PARTICULARES PERMANENTES (B)	% (A/B)
São Miguel do Oeste	7.577	24.000	32
Chapecó	11.283	35.620	32
Xanxerê	4.049	14.436	28
Concórdia	4.411	16.019	28
Joaçaba	4.850	21.942	22
TOTAL	32.170	112.017	29

FONTE: Pesquisa de Campo.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 61 - FREQUÊNCIA RELATIVA DAS OPINIÕES APONTANDO AS PRINCIPAIS CAUSAS DA MIGRAÇÃO RURAL, POR MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA

CAUSAS GERAIS	CAUSAS ESPECÍFICAS	SMO	CHAPECÓ	XANXERÊ	CONCÓRDIA	JOAÇABA
FATORES DE EXCLUSÃO						
Baixa rentabilidade do setor agrícola	Baixa rentabilidade da produção agrícola	25	20	21	20	31
	Baixos preços dos produtos agrícolas	8	10	0	6	5
	Custo de produção alto e preço do produto baixo	8	9	12	3	5
	Baixa produtividade	3	2	3	0	0
Baixo nível de conhecimento técnico-administrativo	Falta de profissionalização do agricultor	5	5	9	14	11
	Falta de assistência técnica	2	1	3	6	3
Atividade de alto risco	Incerteza de colheita	2	4	0	0	1
	Falta de perspectiva na agricultura	2	7	6	14	5
Baixo investimento na atividade agrícola	Descapitalização do agricultor	2	4	12	0	5
	Pouco recurso financeiro p/investimentos	0	4	3	6	3
	Propriedade não estruturada (instalações, mecanização)	0	4	0	0	4
Propriedade com área insuficiente e ou im própria	Propriedade com área total insuficiente	5	8	9	9	4
	Baixa fertilidade das terras	5	1	3	0	0
	Pouca área arável	3	7	3	17	5
Política agrícola inadequada ao pequeno agricultor	Falta política agrícola	12	4	0	3	0
	Falta de incentivos	3	2	0	0	0
	Crédito com taxas de juros incompatíveis c/ atividade agrícola	7	3	0	3	9
Deficiência de infraestrutura física e social no meio rural	Deficiência de estradas, energia elétrica, escola, saúde, lazer, etc.	0	3	9	0	1
Outros	Polição (dejetos suínos e agrotóxicos)	0	1	0	0	0
	Depreciação da condição de agricultor	3	0	0	0	1
	Falta mão-de-obra (êxodo dos jovens)	5	1	6	0	1
	Trabalho duro com carga horária alta	0	1	3	0	4
Total de opiniões (%)		100	100	100	100	100
Fatores de atração						
Perspectiva de emprego c/salário mensal garantido	Emprego c/renda mensal garantida	47	49	48	50	39
	Maior ganho financeiro	14	6	12	4	14
Melhor qualidade de vida	Perspectiva de melhor qualidade de vida (lazer, conforto, saúde, etc.)	25	27	20	32	26
	Trabalho mais leve, com horário pré-estabelecido	8	6	4	7	9
Disponibilidade de escolas	Estudo dos jovens	6	12	16	7	12
Total de opiniões (%)		100	100	100	100	100

FONTE: Pesquisa de Campo.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 62 - NÚMERO DE ACAMPAMENTOS E DE FAMÍLIAS ACAMPADAS EM SANTA CATARINA NOS MÊSES DE OUTUBRO DE 1997

MESORREGIÃO	MICROREGIÃO	MUNICÍPIO	Nº ACAMPAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS	%
Norte Catarinense	Canoíhas	Mafra	1	31	
Norte Catarinense	Canoíhas	Papanduva	1	44	
Norte Catarinense	Canoíhas	Timbó Grande	1	357	
Norte Catarinense	Joinville	Garuva	1	38	
Norte Catarinense	São Bento do Sul	Rio Negrinho	1	42	
Subtotal			5	512	16,1
Oeste Catarinense	Joaçaba	Água Doce	1	45	
Oeste Catarinense	Joaçaba	Fraiburgo	1	208	
Oeste Catarinense	Joaçaba	Matos Costa	5	599	
Oeste Catarinense	Xanxerê	Abelardo Luz	2	853	
Oeste Catarinense	Xanxerê	Passos Maiores	7	708	
Subtotal			16	2.413	75,7
Semana	Curitibanos	Curitibanos	1	104	
Semana	Curitibanos	Santa Cecília	1	160	
Subtotal			2	264	8,3
TOTAL			23	3.189	100

FONTE: Incra - Sistema de informações e projetos de reforma agrária.

TABELA 63 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ACAMPADAS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM, EM OUTUBRO DE 1997

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	%
Minas Gerais	5	0,21
Paraná	343	14,21
Rio de Janeiro	1	0,04
Rio Grande do Sul	287	11,89
Santa Catarina	1.767	73,23
São Paulo	10	0,41
TOTAL	2.413	100

FONTE: Incra - Sistema de informações e projetos de reforma agrária.

TABELA 64 - ORIGEM E NÚMERO DE FAMÍLIAS ACAMPADAS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES E AS MICROREGIÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA, EM OUTUBRO DE 1997

MESORREGIÃO	MICROREGIÃO	FAMÍLIAS	%
Norte catarinense	Canoíhas	66	
Subtotal		66	3,74
Oeste Catarinense	Chapecó	562	
Oeste Catarinense	Concórdia	125	
Oeste Catarinense	Joaçaba	283	
Oeste Catarinense	São Miguel do Oeste	135	
Oeste Catarinense	Xanxerê	517	
Subtotal		1.622	91,79
Semana	Campos de Lages	7	
Semana	Curitibanos	63	
Subtotal		70	3,96
Sul Catarinense	Crímina	7	
Sul Catarinense	Araquá	2	
Subtotal		9	0,51
TOTAL		1.767	100

FONTE: Incra - Sistema de informações e projetos de reforma agrária.

Migração Rural e Estrutura Agrária no Oeste Catarinense

TABELA 65 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS E DE FAMÍLIAS ASSENTADAS POR MESORREGIÃO E MICROREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CATARINA ATÉ MARÇO DE 1998

MESORREGIÃO	MICROREGIÃO	MUNICÍPIO	NÚMERO ASSENTAMENTOS	Nº DE FAMÍLIAS
Norte Catarinense	Canoíhas	Bea Vista do Toldo	1	25
Norte Catarinense	Canoíhas	Mafra	4	80
Norte Catarinense	Canoíhas	Monte Castelo	1	22
Norte Catarinense	Canoíhas	Papanduvas	1	13
Norte Catarinense	Canoíhas	Santa Terezinha	3	93
Norte Catarinense	Canoíhas	Timbó Grande	4	151
Norte Catarinense	Joinville	Araquari	1	10
Norte Catarinense	Joinville	Garuva	1	15
Norte Catarinense	São Bento Sul	Ribonegrinho	1	8
Norte Catarinense Total			17	417
Oeste Catarinense	Chapecó	Chapecó	1	13
Oeste Catarinense	Chapecó	Guatambu	1	33
Oeste Catarinense	Concórdia	Iani	1	25
Oeste Catarinense	Joaçaba	Água Doce	2	125
Oeste Catarinense	Joaçaba	Caçador	1	110
Oeste Catarinense	Joaçaba	Camon	2	330
Oeste Catarinense	Joaçaba	Catanduvas	2	40
Oeste Catarinense	Joaçaba	Frabugo	5	155
Oeste Catarinense	Joaçaba	Lebon Régis	6	192
Oeste Catarinense	Joaçaba	Matos Costa	4	139
Oeste Catarinense	SMO	Anchieta	2	31
Oeste Catarinense	SMO	Bandeirantes	1	9
Oeste Catarinense	SMO	Dionísio Cerqueira	2	104
Oeste Catarinense	SMO	Palmasola	2	32
Oeste Catarinense	SMO	Paraíso	1	73
Oeste Catarinense	SMO	Romeândia	1	21
Oeste Catarinense	SMO	São José do Cedro	2	123
Oeste Catarinense	SMO	São Miguel do Oeste	3	94
Oeste Catarinense	Xanxerê	Abelardo Luz	16	1185
Oeste Catarinense	Xanxerê	Bom Jesus	1	18
Oeste Catarinense	Xanxerê	Coronel Martins	1	84
Oeste Catarinense	Xanxerê	Passos Maia	9	284
Oeste Catarinense	Xanxerê	Ponte Serrada	1	32
Oeste Catarinense	Xanxerê	Vargeão	1	50
Oeste Catarinense Total			68	3302
Semana	Curitibanos	Campos Novos	3	170
Semana	Curitibanos	Curitibanos	1	30
Semana	Curitibanos	Vargem	1	30
Semana Total			5	230
Sul Catarinense	Araquari	Santa Rosa do Sul	1	50
Sul Catarinense Total			1	50
Vale do Itajaí	Blumenau	Ribonegrinho	1	25
Vale do Itajaí	Ituporanga	Vidal Ramos	2	63
Vale do Itajaí	Ribonegrinho	José Boiteux	1	33
Vale do Itajaí Total			4	121
TOTAL GLOBAL			95	4120

FONTE: Inca - Sistema de informações e projetos de reforma agrária.

associada à presença dos acampamentos de sem-terra e assentamentos ali localizados, ou seja, a “migração de retorno” é muito mais um resultado do processo de exclusão socioeconômica provocado por um desenvolvimento desigual do que um processo de inclusão. De fato, grande parte dos assentamentos e acampamentos de Santa Catarina está concentrada na mesorregião Oeste e seu público constitui-se majoritariamente de agricultores da própria região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS

Embora alguns estudiosos da agricultura brasileira afirmem que o êxodo rural sofreu um certo arrefecimento, sugerindo, inclusive, a existência de uma volta ao campo, esta pesquisa não confirma esta tese. A região Oeste Catarinense experimentou um expressivo êxodo rural durante a década de 80, momento que se intensificou no primeiro quinquênio da década de 90, continuando, em menor ritmo, no segundo quinquênio. Este processo de desruralização do território regional tende a continuar nos próximos anos.

Os resultados desta pesquisa mostram que a agricultura oestina não proporciona níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção, especialmente nos estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 20 hectares. A renda obtida das atividades agrícolas parece não ser mais suficiente para que as unidades familiares se viabilizem economicamente, tornando impossível a continuidade dos membros da família na condição de agricultor familiar.

A existência de um grande número de agricultores com insuficiência de terras tem contribuído para intensificar a migração rural em níveis superiores à capacidade urbana de absorver tais contingentes. Aliás, são as unidades familiares de produção que fornecem os grandes contingentes da migração rural oestina, colocando uma questão crucial para a política governamental de assentamentos.

Os dados revelam um agravamento contínuo da exclusão socioeconômica na região Oeste Catarinense. Os migrantes rurais são cada vez mais jovens e, entre eles, é tendencialmente crescente a proporção de mulheres. O fato de o êxodo rural estar aumentando, particularmente entre os mais jovens, tem ameaçado o próprio “desenvolvimento rural” da região, sendo notório o processo de envelhecimento relativo da população que vive no campo.

Os centros regionais urbanos, por outro lado, vêm dando sinais de esgotamento de sua capacidade de gerar empregos e absorver o contingente populacional que sai do campo a cada ano. O resultado imediato é o processo migratório de boa parte da população rural da região para outras regiões de Santa Catarina e a outros estados da federação. O acelerado ritmo com que a região Oeste vem perdendo população permite vislumbrar, num futuro imediato, a formação de áreas pouco povoadas e economicamente deprimidas no espaço territorial regional.

Este processo não é algo inexorável. A ressignificação da pequena agricultura familiar da região, pela sua representatividade socioeconômica em todos os municípios do oeste, constitui o natural ponto de partida para uma efetiva reorientação do desenvolvimento econômico regional para bases mais sustentáveis. Como salienta o relatório FAO/Incr

(1994), políticas governamentais com o objetivo de eliminar os obstáculos à expansão e ao fortalecimento da agricultura familiar precisam ser reformuladas. Seus estratos mais fragilizados, que não conseguem garantir condições razoáveis para a geração seguinte, tendem a aumentar o contingente de trabalhadores sem-terra.

A mudança de significado (e de papel) da pequena produção agrícola passa pelo entendimento de que “o espaço rural não é apenas um local de produção agrícola, mas um espaço de iniciativas diversas e de vida, para uma parte importante da população, ampliando o papel da agricultura familiar” (Mattei, 1998). Fazem-se necessárias, pois, estratégias adequadas para tornar o meio rural um espaço propício à construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem. O sentido da migração campo-cidade, que parecia objetivar o acesso a condições mínimas próprias da vida urbana, já há tempo não vem se materializando.

Os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, bem mais precários que os do meio urbano. Possivelmente o acesso e a melhoria da qualidade da educação no meio rural amplie as chances de o campo ser um espaço que desperta nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida, antes de se constituir na antecâmara da partida em direção às cidades (Abramovay, 1997).

A reorientação do desenvolvimento regional deve assentar-se na potencialização da absorção da mão-de-obra no meio rural em condições dignas, com uso sustentável dos recursos naturais e em condições de competitividade econômica. A idéia de “ruralização” das atividades urbanas com a interiorização dos empreendimentos econômicos e serviços sociais pode trazer novo significado

à vida no campo e sustentar processos de desenvolvimento mais equilibrados e equitativos.

Para a construção deste novo cenário para a região, é necessário que a definição, a adoção, a natureza e o alcance das políticas públicas sejam resultado de um amplo debate da sociedade local, especialmente dos segmentos diretamente envolvidos. Os resultados da pesquisa sugerem que o debate seja orientado, fundamentalmente, pelos seguintes grupos de políticas: políticas de incentivo à agricultura familiar; políticas de geração de renda a partir de ocupações não-agrícolas; políticas de ampliação da infraestrutura; políticas fundiárias e políticas ambientais.

A seguir são esboçadas algumas propostas (mínimas) que devem estar contidas nesse debate.

Políticas de Incentivo à Agricultura familiar

- ⇒ Ações orientadas à ampla efetivação e ao aprofundamento do Pronaf.
- ⇒ Criação de mecanismos de agilização dos procedimentos das linhas de crédito individual de custeio e investimento.
- ⇒ Incentivos à disseminação de cooperativas de crédito pode ser uma alternativa.
- ⇒ Estímulo a novas formas de organização da produção, a exemplo das cooperativas de leite.
- ⇒ Incentivo a culturas alternativas que proporcionem maior agregação de valor, tais como: cultivo de plantas medicinais, flores e plantas ornamentais, etc..

Políticas de Geração de Infra-Estrutura

- ⇒ Além dos serviços básicos (saúde, educação, transportes e comunicações), deve ser

contemplada a infra-estrutura de lazer. A pesquisa de campo chamou a atenção para um fato. Percebeu-se que, de um modo geral, o perfil da mão-de-obra local dificulta seu acesso a postos de trabalho que exijam maior qualificação. Neste sentido, sugere-se intensificar a formação básica, ou seja, ampliar o ensino de primeiro grau e melhorar o acesso aos estudos de segundo grau aos jovens agricultores, principalmente no que concerne à oferta de cursos práticos, com especialização nas reais necessidades dos agricultores familiares, suas organizações e de acordo com as tendências do desenvolvimento regional.

Políticas de Geração de Renda a Partir de Ocupações não-agrícolas

- ⇒ A geração de renda para famílias rurais que possuem estabelecimentos com menos de 10 hectares dificilmente será viabilizada somente nas atividades agrícolas. Sugere-se a implementação de políticas de geração de emprego e renda em ocupações ou atividades rurais não-agrícolas. Nesta perspectiva, propõe-se incentivar um processo já em curso, como é o caso das (agro)indústrias de pequeno porte, através de uma linha de crédito especial em que sejam observadas as condições de carência, juros e prazos compatíveis com aquela realidade.
- ⇒ Satisfeitas as condições de infra-estrutura de transporte, energia elétrica, comunicações, etc. e as de meio ambiente, a organização do turismo rural proporcionaria oportunidades de aumento da renda e melhoria das condições de vida das populações rurais.

Políticas Fundiárias

- ⇒ Formação, pelos conselhos municipais de Agricultura, de um banco de dados no qual conste a disponibilidade de terras para venda e/ou arrendamento, bem como das propriedades abandonadas. Este banco é fundamental como instrumento básico de auxílio na definição e execução de medidas de acesso à terra.
- ⇒ Instituir mecanismos legais e técnicos que permitam arrendamento a longo prazo, com taxas compatíveis com a função da terra para produção agrícola e com garantia para ambas as partes.
- ⇒ Dar continuidade à discussão sobre a viabilidade da efetivação de mecanismos institucionais, como as sociedades de ordenamento agrário propostas pelo relatório FAO/Incrá/94, que regulamente o mercado de terras e aumente a chance de que elas sejam transferidas a agricultores familiares, principalmente os mais jovens.
- ⇒ Reorganizar e aprimorar o Fundo de Terras.
- ⇒ Estabelecer uma política de reaglutinação de minifúndios, onde aos estabelecimentos unifamiliares abaixo de 10 hectares e com baixa densidade econômica sejam incorporadas áreas para atingir o módulo rural da região.
- ⇒ Incorporação de áreas subutilizadas ao patrimônio produtivo estadual com base no trabalho de agricultores familiares, quando se tratar de áreas potencialmente destinadas ao desenvolvimento de projetos de assentamentos rurais.
- ⇒ Tomar providências legais para melhorar a eficácia do ITR, principalmente no que se

refere ao estabelecimento de um sistema de declaração que permita uma efetiva fiscalização pelos poderes públicos municipais, estaduais e federais.

⇒ Regularização dos títulos de propriedades rurais, a fim de permitir que um maior número de agricultores tenha acesso ao crédito rural, à previdência e a outros instrumentos de política agrícola.

Políticas Ambientais

⇒ Apesar de o trabalho realizado não ter tratado diretamente das questões ambientais, percebeu-se que a degradação dos recursos naturais e o mau uso do solo se constituem em fatores limitantes para o desenvolvimento

regional. É fundamental que sejam pensadas políticas ambientais para a região.

Por fim, reafirmamos o caráter exploratório deste trabalho. A reorientação do desenvolvimento regional implica o aprofundamento de vários aspectos aqui levantados. Neste sentido, é necessário ampliar a capacidade de promoção de diagnósticos, a partir dos quais se possam obter informações sobre as potencialidades da região. Tais potencialidades poderão ser mobilizadas produtivamente pelas comunidades no processo de planejamento e condução das ações locais de desenvolvimento, constituindo-se, pois, num dos principais instrumentos para identificar os principais obstáculos à expansão e ao fortalecimento da agricultura familiar e apontar ações concretas que permitam liberar seu potencial.

Verso texto

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A.A. **O êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11, 1997, Caxambu. Anais... Caxambu, 1997. (mimeo.)
- ABRAMOVAY, R.; TESTA, V. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Chapecó, 1997.
- BITTENCOURT, G.; BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na Região Sul do Brasil**. Curitiba: Deser, 1996.
- CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense**. Campina Grande: UFPb, 1987. 370 p.
- D'INCAO, M. C. **O bóia-fria**: acumulação e miséria. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Aptidão de uso das terras do estado de Santa Catarina nas unidades de planejamento da Epagri**. Florianópolis, 1997.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, 1994.
- FAO/INCRA. **A agricultura familiar na Região Sul**. (Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1996).
- CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- CENSO AGROPECUÁRIO – SANTA CATARINA – 1995 -1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- CENSO DEMOGRÁFICO MÃO-DE-OBRA - SANTA CATARINA – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- CENSO DEMOGRÁFICO – SANTA CATARINA – 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população – 1996**. Rio de Janeiro: 1997. 724 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Demográfico - 2000 – Rio de Janeiro, 2000 , 520 p.
- HOFFMANN, R.; KASSOUF, A. L. Modernização e desigualdade na agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 43, n. 2, p. 273-303, abr./ jun. 1989.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **I Censo da reforma agrária do Brasil - 1996**. s.n.t.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os migrantes na área metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 1979.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico geral do setor agrícola**: evolução, situação atual e perspectivas. Florianópolis, 1990.

- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA CATARINENSE - 1995. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1996.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA – 1996. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1997.
- MAGALHÃES, R. **Mapa do desenvolvimento rural na Região Sul**; relatório de pesquisa. Curitiba: Deser, 1997. (mimeo.)
- MATTEI, L. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense; **Idéias e Ações**, Florianópolis: Cepagro, n. 4, 1998.
- MIOR, L.C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**. Natal: Sober, 1997. (mimeo.)
- PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.3, n.7, p. 87-103, 1989.
- LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas**: reflexões sobre a reforma agrária. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 11., 1997, Caxambu. Anais... Caxambu, 1997. (mimeo.)
- RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.
- RENK, A. **Questões sobre migração urbana e êxodo rural em Chapecó**. Chapecó: Grifos, 1991.
- SANTA CATARINA EM DADOS. Florianópolis. Fiesc: v.8, 1997.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico – Amosc**. Florianópolis, 1996.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico – Ammoc**. Florianópolis, 1996.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico – Amarp**. Florianópolis, 1996.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico – Amurc**. Florianópolis, 1997.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico – Amaí**. Florianópolis, 1998.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247 p.
- VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: USP/Hucitec, 1991.
- ZANCHET, M. S. **Estrutura agrária, modernização e distribuição da renda na agropecuária catarinense em 1980**. Piracicaba: Esalq, 1990. Tese de Mestrado.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO - REGIÃO SUL - 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, n.5, 1995.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL - BRASIL - 1980 - 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1981 - 1996.

IPIRA. Prefeitura Municipal. ***Ipira do diagnóstico agropecuário à implantação de um plano de ação.*** Florianópolis: Instituto Cepa/SC/Epagri, 1996.

BOLETIM INFORMATIVO. Florianópolis: Secretaria da Fazenda, v.6, n.4, 1997.

AURAS, M. ***Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla.*** Florianópolis, UFSC/Cortes/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

SILVA, C. A. F.; WAITUCH, J. M. ***Oeste Catarinense - população e mão-de-obra rural.*** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1991.

SILVA, C. A. F.; BOTTAN A. ***Estrutura agrária - evolução em Santa Catarina, 1960-1980.*** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1984.

THOMÉ, N. ***Trem de ferro: a ferrovia do contestato.*** Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TORESAN, L. ***Colonização e evolução econômica: breves considerações - Oeste Catarinense.*** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 1990.

BRUNNER, A. ***Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no Extremo Sul do Brasil, (1978, 1988).*** s.n.t. (mimeo.)

Verso bibliografia

LISTA DE GRÁFICOS

1. Valor agregado médio por pessoa ocupada, segundo a classificação dos municípios – 1995-1996 59
2. Percentual do fluxo migratório absorvido pelos municípios, segundo a classificação – 1991-1992 70

LISTA DE MAPAS

1. Índice de Gini de concentração da terra na mesorregião oeste catarinense, 1996 22
2. Classificação dos municípios do oeste de Santa Catarina, segundo o nível de valor agregado por pessoa ocupada na agricultura 60
3. Principais fluxos migratórios da mesoregião do oeste catarinense 77

LISTA DE TABELAS

1. Estrutura fundiária da mesorregião oeste catarinense e de Santa Catarina – 1985 e 1995-1996 19
2. Estrutura fundiária das microrregiões pertencentes à mesorregião oeste catarinense – 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 20
3. Índice de Gini da concentração da terra na mesorregião oeste catarinense, suas microrregiões geográficas e no estado de Santa Catarina – 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 21
4. Evolução da área média dos estabelecimentos agrícolas segundo as microrregiões geográficas do oeste catarinense – 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 23
5. Crescimento relativo (%) em número de área dos estabelecimentos rurais da mesorregião oeste catarinense e de Santa Catarina – 1970/1996 24
6. Tendências da estrutura fundiária e do destino das propriedades e a compra de terras rurais na mesorregião oeste catarinense 26
7. Evolução da condição do produtor segundo a área e o número de estabelecimentos na mesorregião oeste catarinense e em Santa Catarina – 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 27
8. Área média dos estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor, na mesorregião oeste catarinense e em Santa Catarina – 1970, 1980, 1985 e 1995-1996 28

9. Crescimento das áreas agrícolas, exploradas e trabalhadas totais, em valores absolutos e relativos nas microrregiões, na região e no estado – 1960, 1970, 1980 e 1985	29
10. Utilização das terras agrícolas na mesorregião oeste catarinense – 1980, 1985 e 1995	29
11. Evolução percentual da distribuição da população segundo a situação de domicílio – mesorregião oeste catarinense – Santa Catarina e Brasil – 1980, 1991, 1996 e 2000	30
12. População residente e taxa de crescimento populacional, segundo a situação de domicílio, por microrregião geográfica da área da pesquisa – 1980, 1991, 1996 e 2000	32
13. População absoluta por situação de domicílio, segundo as microrregiões e os municípios - 1980, 1991 e 1996	33
14. População total residente, absoluta e população relativa, segundo a situação de domicílio, por microrregião geográfica da área da pesquisa – 1980, 1991 e 1996	36
15. Diferença absoluta da população rural residente, por microrregião geográfica da área da pesquisa – 1980, 1991, 1996 e 2000	38
16. População rural residente e perda relativa, por microrregião geográfica da área da pesquisa – 1980, 1991, 1996 e 2000	38
17. População rural, área dos estabelecimentos agrícolas e densidade demográfica rural	40
18. População rural residente absoluta e população relativa, segundo a situação de domicílio, por microrregião geográfica da área da pesquisa – 1980, 1991, 1996 e 2000	41
19. População residente, por situação de domicílio e sexo, segundo as microrregiões geográficas do oeste catarinense – 1980, 1996 e 2000	42
20. Composição percentual da população por sexo e situação de domicílio nas MRGs do oeste catarinense – 1980, 1991 e 2000	43
21. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade e situação de domicílio – 1980	45
22. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade e situação de domicílio, 1991	45
23. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade de situação de domicílio – 2000	46
24. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade de situação de domicílio – 1980	46
25. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade e situação de domicílio – 1991	48

26. População residente, segundo as microrregiões geográficas, por grupo de idade e situação de domicílio – 2000	49
27. Percentual médio dos estabelecimentos pesquisados que apresentam sistemas de produção com duas combinações, no município de Saudades e na cooperativa São Miguel do Oeste	50
28. Percentual médio dos estabelecimentos pesquisados que apresentam sistemas de produção com três combinações, no município de Saudades e na cooperativa São Miguel do Oeste	50
29. Rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, na semana de 24 a 30 de setembro de 1995, segundo a situação de domicílio – Santa Catarina – 1995	51
30. Rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, segundo a situação de domicílio – Santa Catarina – 1999	51
31. Produto interno bruto de Santa Catarina e participação relativa dos três setores da economia – 1986-2000	52
32. Valor bruto da produção no período de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996 e participação relativa das microrregiões geográficas – 1995-1996	52
33. Valor bruto da produção e participação relativa das microrregiões geográficas – 2001	53
34. Valor da produção animal no ano agrícola 95/96 por grupo de atividade econômica, segundo as microrregiões geográficas	53
35. Valor da produção animal por grupo da atividade econômica, segundo as microrregiões geográficas - 2001	54
36. Valor da produção vegetal no período de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996, segundo grupo da atividade econômica	54
37. Valor da produção dos principais produtos vegetais, segundo grupo da atividade econômica – 2001	55
38. Valor agregado médio por estabelecimento no ano agrícola 95/96, por grupo de atividade econômica e grupo de área total	56
39. Valor agregado médio por estabelecimento agrícola nas microrregiões do oeste catarinense no ano agrícola 95/96, segundo os grupos de atividade econômica e grupos de área total	60

40. Valor agregado médio por pessoa ocupada na agricultura do oeste catarinense no ano agrícola 95/96, segundo grupos de atividade econômica e grupos de área total	61
41. Estimativa do número de famílias rurais, segundo as classes de renda bruta média mensal, e do número de domicílios permanentes, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa – 1996	61
42. Estimativa do número de famílias rurais, segundo as classes de renda bruta média mensal, e do número de domicílios permanentes, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa – 2000	62
43. Percentual médio das famílias rurais, segundo as classes de renda bruta média mensal, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa, em relação ao número de domicílios existentes em 1996	62
44. Percentual médio das famílias rurais, segundo as classes de renda bruta média mensal, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa, em relação ao número de domicílios existentes em 2000	63
45. População rural e pessoal ocupado na agricultura da mesorregião catarinense e Santa Catarina – 1970, 1980, 1985, 1991 e 1995-1996	66
46. Composição da mão-de-obra ocupada na agricultura da mesorregião oeste catarinense – 1970 a 1995-1996	67
47. Composição do pessoal ocupado na agricultura da mesorregião oeste catarinense por classe de área, segundo as categorias de mão-de-obra – 1980 e 1995-1996	67
48. Número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas do oeste catarinense por 1.000 hectares de área total, segundo as microrregiões geográficas – 1980, 1985 e 1995-1996	68
49. Número de indústrias de transformação e de empregados, por microrregião – 1993 e 2000	69
50. Imigração ocorrida nos municípios da mesorregião oeste catarinense no período de 1991 a 1996	71
51. Participação da população da mesorregião oeste na população do estado de Santa Catarina – 1980, 1991, 1996 e 2000	74
52. Estimativa do êxodo rural no oeste catarinense no período de novembro/96 a outubro/97	74
53. Estimativa do êxodo total no período de novembro/96 a outubro/97, população rural residente e participação do êxodo em relação à população rural residente em 1996, na área de abrangência da pesquisa	74

54. Estimativa do saldo migratório da população do oeste catarinense por microrregião geográfica no período de 1980 a 1991	76
55. Estimativa do saldo migratório da população catarinense, por microrregião geográfica, no período de 1991 a 1996	76
56. Estimativa do saldo migratório da população catarinense, por microrregião geográfica, no período de 1996 a 2000	76
57. Crescimento vegetativo em Santa Catarina, na mesorregião oeste catarinense e nas microrregiões geográficas – 1980-1998	78
58. Participação relativa da migração por sexo e grupo de faixa etária, segundo as microrregiões geográficas do oeste catarinense	78
59. Número de famílias carentes de terra segundo a categoria de produtor rural, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa	80
60. Relação entre número de famílias carentes de terra e número de domicílios rurais particulares permanentes, por microrregião geográfica da área de abrangência da pesquisa	80
61. Frequência relativa das opiniões apontando as principais causas da migração rural, por microrregião geográfica	71
62. Número de acampamentos e de famílias acampadas em Santa Catarina no mês de outubro de 1997	82
63. Número de famílias acampadas na região oeste catarinense, segundo unidade da federação de origem, em outubro de 1997	82
64. Origem e número de famílias acampadas na região oeste catarinense, segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas de Santa Catarina, em outubro de 1997	82
65. Número de assentamentos e de famílias assentadas por mesorregião e microrregião geográfica de Santa Catarina até março de 1998	83